



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 80

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 25 de novembro de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos
(substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Cláudio Almeida)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

A sessão iniciou-se com a leitura, por Sua Excelência a Presidente da ALRAA, de um **Voto de Pesar** pelo **falecimento de Alberto Romão Madruga da Costa**, subscrito por todos os Grupos e Representações Parlamentares.

Após a votação que registou a aprovação por unanimidade foi guardado um minuto de silêncio em memória de Alberto Romão Madruga da Costa.

Posteriormente deu-se início ao debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 41/X – “Plano Anual Regional para 2015”](#) e da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 42/X – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015”](#).

Aberto o debate com a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), usaram de seguida da palavra os Srs. Deputados Duarte Freitas

(PSD), Francisco César (PS), Aníbal Pires (PCP), as Sras. Deputadas Graça Silva (PS), Zuraida Soares (BE), os Srs. Deputados André Bradford (PS), Artur Lima (CDS-PP), Joaquim Machado (PSD), Bruno Belo (PSD), Cláudio Lopes (PSD), António Marinho (PSD), Paulo Estêvão (PPM), a Sra. Deputada Graça Silva (PS), os Srs. Deputados José San-Bento (PS), João Bruto da Costa (PSD), a Sra. Deputada Cecília Pavão (PS), os Srs. Deputados Domingos Cunha (PS), Luís Rendeiro (PSD), Paulo Parece (PSD), a Sra. Deputada Arlinda Nunes (PS), os Srs. Deputados André Rodrigues (PS), Duarte Moreira (PS), Valdemiro Vasconcelos (PSD), José Ávila (PS) e ainda a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 28 minutos.

Presidente: Bom dia a todos, Sras. e Srs. Deputados.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Secretário: Muito bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado
Cecília do Rosário Farias **Pavão**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)
António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Paulo Henrique **Parece** Baptista
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**
Artur Manuel Leal de **Lima**
António **Félix** Flores **Rodrigues**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 57 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.
Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, antes de entrarmos na Agenda da nossa Reunião, irei ler um voto de pesar, subscrito por todas as bancadas com assento na nossa Assembleia, relativo ao **falecimento de Alberto Romão Madruga da Costa.**

Depois da votação faremos um minuto de silêncio.

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Alberto Romão Madruga da Costa

Primeiro e até agora único cidadão que desempenhou as mais altas funções nos dois órgãos de governo próprio dos Açores é o registo que inscreve Alberto Romão Madruga da Costa na História desta Região Autónoma, num percurso ímpar de quarenta anos dedicados à causa pública.

Para quem conheceu o Homem, Madruga da Costa foi muito mais do que Deputado, Líder Parlamentar, Presidente desta Assembleia Legislativa, Secretário Regional e Presidente do Governo, servidor da sua terra e do Partido Social Democrata.

Madruga da Costa distinguiu-se, sobretudo, pela integridade do seu carácter, pelo seu humanismo solidário, pela sua bonomia rica de humildade e plena de bom senso.

O seu espírito de missão e a sua capacidade de diálogo evidenciaram-se ao longo da sua carreira, sempre pautada pela eficácia do seu profissionalismo e pela elevada estatura das suas qualidades pessoais.

A atividade serena que ofereceu como valioso contributo ao processo autonómico faz dele uma referência que os Açores manterão como exemplo e a que a República e a Região prestaram homenagem nas condecorações pelo Presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem de Mérito e com a Insígnia Autónoma de Valor.

Nascido na Horta em 15 de abril de 1940 e falecido em Ponta Delgada em 14 de novembro de 2014, foi aluno do Liceu da Horta, estudou na Universidade de Lisboa e de Coimbra, onde concluiu o quarto ano de Filologia Germânica, e regressado ao Faial, ingressou no Banco Português do Atlântico.

Foi, todavia, na política que atingiu a sua notoriedade assente nas características pessoais que os seus pares lhe admiravam.

Os seus 74 anos assentes em reflexão e sabedoria, exercitadas também como diretor do jornal Correio da Horta e administrador não executivo da EDA, faziam prever ainda uma prestação social forte ao lado de uma família que sempre ocupou um espaço primordial na sua vida.

A Região enlutou-se na sua morte. Sinal inequívoco de que a sua ação ficará entre nós bem como a simplicidade distinta que persistiu em manter até à sua última morada.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe a aprovação deste Voto de Pesar como tributo à memória de Alberto Romão Madruga da Costa bem como dele dar conhecimento à sua família, ao Governo Regional dos Açores, ao Governo da República, à Assembleia da República e à Presidência da República.

Horta, Sala das Sessões, 25 de novembro de 2014.

Os Líderes Parlamentares, *Berto Messias, Duarte Freitas, Artur Lima, Zúrida Soares, Aníbal Pires e Paulo Estêvão*

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária. O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Proponho então à Assembleia que façamos um minuto de silêncio.

(Foi feito um minuto de silêncio em memória de Alberto Romão Madruga da Costa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o período legislativo deste mês de novembro, reveste-se de uma grande importância, uma vez que serão debatidos e votados o Plano Regional Anual e o Orçamento para 2015.

Estas matérias regem-se pelos artigos 163.º a 165.º do nosso Regimento e os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes.

Para o debate na generalidade os tempos são os seguintes:

O Governo Regional e o Partido Socialista dispõem de 245 minutos;

PSD, 160 minutos;

CDS, 50 minutos e as Representações Parlamentares, 15 minutos.

Para a apresentação destes instrumentos tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos hoje a discussão da proposta do Plano Anual e do Orçamento da nossa Região para 2015.

Estes documentos visam, em primeiro lugar, assegurar o cumprimento dos nossos compromissos com os Açorianos.

Ouvimos, como sempre fizemos, os partidos políticos e as organizações representativas dos empresários e dos trabalhadores, recolhendo sugestões que, em vários domínios, conduziram a melhorias que ainda poderão ser mais aprofundadas no âmbito do debate que agora iniciamos e do acolhimento de propostas de alteração que os senhores deputados entendam fazer.

O Orçamento e o Plano de Investimentos de 2015 correspondem ao segundo ano da aplicação da nova Lei de Finanças Regionais.

Ao contrário do que alguns tentaram fazer parecer, esta nova lei reduziu efetivamente os recursos financeiros disponibilizados à Região pela República.

Da conjugação da variação das receitas fiscais efetivamente geradas no correspondente ano, e das transferências do Orçamento do Estado, resultou este ano uma redução de 27 milhões de euros para os Açores.

Afirmar que os Açores beneficiam de mais receitas fiscais, mas omitir que as transferências do Orçamento de Estado são reduzidas em 67 milhões de euros, não foi um contributo sério para o debate protagonizado por alguma oposição.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: A conclusão é simples: com a nova Lei de Finanças Regionais imposta pela República, os Açores ficam com menos dinheiro para o Governo da República poupar nas transferências para os Açores.

Mas, este conjunto de documentos – Plano e Orçamento – é também o terceiro a ser aprovado após a assinatura do memorando de entendimento com a República.

É pois, também, o momento para fazer o balanço destes documentos.

Há dois anos, alguns, sempre os mesmos, afirmavam que o memorando de entendimento com a República punha em causa a nossa Autonomia, exigia que o Orçamento da Região tivesse um visto ou aprovação prévia da República, implicaria o despedimento de funcionários públicos e, até, o fim dos complementos remuneratórios e sociais de que os Açorianos beneficiam.

Tudo isto foi afirmado, sem fundamento, em plena campanha eleitoral.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Vocês é que disseram isso!

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Muito bem!

O Orador: Hoje, com este Plano e Orçamento, demonstramos mais uma vez que afinal nada disso se verificou e que, como sempre dissemos, mantemos intacta a nossa Autonomia, a estabilidade da nossa administração pública e a possibilidade de não só manter, mas reforçar, como está previsto no orçamento para o próximo ano, uma via açoriana de apoio às famílias e empresas.

Para bem dos Açores e dos Açorianos, mais uma vez falharam nas suas previsões aqueles que pretendiam puxar os Açores para baixo.

Deputados Berto Messias e Francisco César (*PS*): Muito bem!

O Orador: O Orçamento e o Plano de investimentos que vos apresentamos pretendem dar continuidade à política de estabilidade das finanças públicas regionais, num quadro que tem assegurado a sustentabilidade da Região, pesem os constrangimentos que nos afetam.

Esta realidade tem sido sistematicamente confirmada e consolidada por todas as entidades nacionais e europeias, como a Comissão Europeia, o FMI, o Banco Central Europeu, o INE, o Tribunal de Contas e o Banco de Portugal.

“Os resultados evidenciados pelo Governo dos Açores, que tem demonstrado um sentido de equilíbrio muito grande, e portanto, em contínuo equilíbrio orçamental” não é uma constatação feita pelo Governo dos Açores, mas sim uma citação do líder do PSD, Pedro Passos Coelho, recentemente, na ilha do Pico.

É esta a avaliação que o Governo da República faz da gestão das finanças públicas regionais, o que, aliás, confirma os dados recentemente divulgados pelo INE e pelo Banco de Portugal.

Efetivamente, em relação ao último ano, o INE e o Banco de Portugal confirmaram que os Açores, nos termos do novo Sistema Contabilístico Europeu SEC2010 – que alargou e tornou mais abrangente o perímetro da Administração Pública –, as necessidades líquidas de financiamento da Região representaram no último ano apenas 0,18% do nosso nível de produção (PIB), enquanto no país ultrapassou os 4,9% do PIB nacional.

Ou seja, comparando com o país, os Açores registaram no último ano um saldo orçamental 27 vezes superior em relação ao correspondente nível de produção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é o Plano, é o balanço!

O Orador: Estes dados recentemente publicados também desmentiram categoricamente aqueles que afirmavam que os resultados financeiros dos Açores se deviam a um processo de desorçamentação, pois o novo sistema contabilístico europeu SEC2010 passou a integrar mais empresas públicas, como os Hospitais EPE e a SPRIH, entre outras.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Qual processo?

O Orador: E, ao contrário do que alguns afirmavam, contabilizadas estas empresas públicas, no último ano o saldo orçamental da Região não só se manteve como até melhorou 0,9 milhões de euros.

Foi, pois, mais uma falácia que caiu, a bem dos Açores e para desgosto de alguns.

Os Açores, hoje, já não constituem qualquer peso ou encargo, em termos percentuais, para a consolidação das contas públicas nacionais, e este é um património que, além de orgulhar os Açorianos, deve essencialmente constituir-se como um capital fundamental na defesa dos Açores e dos Açorianos sempre que as visões centralistas se tentarem impor ou os interesses dos Açores estiverem em causa.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Longe vão, também, os tempos em que o montante da dívida era objeto de dúvida, levando alguns a anunciar, no habitual frenesim pré-eleitoral, valores de dívida pública que afinal – veio a confirmar-se – eram mais de quatro vezes superiores à realidade.

Foi mais uma vã tentativa de, querendo atacar o Governo, tentarem prejudicar os Açores e os Açorianos.

Mas, felizmente, não conseguiram, e todas as entidades nacionais e internacionais confirmaram, de forma sistemática, a realidade das finanças públicas regionais apresentadas pelo Governo dos Açores.

Mas o Governo dos Açores não encara a sustentabilidade e o equilíbrio das finanças públicas regionais como o seu objetivo final. Para nós, é, sim, um instrumento que nos permite reforçar e consolidar uma via para apoiar os Açorianos.

Para o Governo dos Açores os Açorianos não são números ou estatísticas. Não reduzimos a política à dimensão de uma folha de cálculo, mas utilizamos, sim, o rigor e o equilíbrio das nossas finanças públicas para reforçar o apoio aos Açorianos e desenvolver a nossa Região.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro), Deputado Berto Messias e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Queremos ter finanças públicas sólidas para poder apoiar mais as famílias e as empresas, e não conseguir o equilíbrio das finanças públicas à custa do sacrifício dos Açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

No entanto, é bom que estejamos todos convictos de que o esforço e o contributo que os Açores fizeram nos últimos anos para a consolidação orçamental do país foram superiores, em termos comparativos, aos verificados no resto do país, tendo para o efeito a Região abdicado de um nível acrescido de despesas e investimentos.

Efetivamente, é bom lembrar que, se no último ano os Açores tivessem o mesmo défice – face ao correspondente nível de produção – do que aquele que se verificou no país, teria sido possível aumentar o investimento público e o apoio às famílias e empresas em 170 milhões de euros. Só num ano, repito.

Importa, pois, questionar se deveremos continuar a impor a nós próprios um nível de solidariedade orçamental para com o país superior àquele que o restante território nacional assume, abdicando assim os Açores da obtenção de financiamento adicional que permitiria um significativo acréscimo no investimento e do correspondente impacto na criação de mais emprego.

Não nos devem bastar os elogios generalizados pela boa gestão das finanças públicas regionais – importa que esse reconhecimento se materialize em benefício dos Açores e dos Açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os auto elogios!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Mas também não permitiremos que aqueles que num passado recente desmereciam a situação das finanças públicas regionais, agora, curiosamente, justifiquem, com a boa situação das nossas finanças públicas, a inviabilização da reposição das transferências que nos foram retiradas.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: A adoção de políticas de apoio às famílias e às empresas tem sido possível, nos Açores, exatamente pela sustentabilidade das finanças públicas regionais.

Em 2015 possibilitaremos, assim, que as famílias açorianas recebam mais 49 milhões de euros de rendimento líquido do trabalho do que se vivessem no continente ou na Madeira, ou que paguem menos 64 milhões de euros na aquisição de bens e serviços consumidos na Região do que se o fizessem no resto do país.

É esta via açoriana que permite também que os funcionários públicos nos Açores tenham uma remuneração complementar que representa um acréscimo de rendimento face à remuneração que teriam no restante território nacional, ...

Deputados Ricardo Cabral e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... que os pensionistas beneficiem de um acréscimo de 26 milhões de euros na sua pensão do que se vivessem no continente ou na Madeira, ou que tenham um apoio adicional de 22 milhões de euros no apoio social, como, por exemplo, na aquisição de medicamentos e no abono de família, entre outras medidas sociais e de apoio ao emprego, do que teriam no resto do país.

É também a via açoriana que construímos que assegura às nossas empresas mais 35 milhões de euros de proveitos resultantes da menor incidência do IRC e de impostos especiais sobre consumo e que garante que os Açorianos possam pagar menos 30 milhões de euros em combustíveis do que no restante território nacional.

Estas medidas – a via açoriana que construímos e reforçamos – asseguram, só no próximo ano, apoios e benefícios às famílias e empresas açorianas de mais de 230 milhões de euros que não teriam se vivessem na Madeira ou no continente português.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Alguns dirão, como sempre, que 230 milhões de euros são pouco, e que querem mais, mas são os mesmos que quando tiveram maioria nesta Assembleia sempre inviabilizaram estas medidas, e que quando estão na República cortam exatamente naquilo que o Governo dos Açores cria e reforça.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quantos anos?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta via açoriana é um património dos Açorianos que foi criado e consolidado e que iremos, em 2015, não só manter, como reforçar nos limites dos nossos recursos e das nossas competências.

É nossa tarefa, de todos os dias, fazer tudo o que for necessário para apoiar as famílias e as empresas açorianas, proteger o emprego e estimular a atividade económica.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Outra vez?

O Orador: Foi por isso que, por exemplo, assegurámos a estabilidade dos rendimentos dos funcionários públicos através da remuneração complementar, ao mesmo tempo que aumentámos, de forma significativa, o plano de investimentos públicos para o próximo ano que, assim o esperamos, estimulará a atividade económica, criará emprego e dinamizará a economia.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Para o Governo dos Açores os funcionários públicos não são um custo que importa diminuir ou um inimigo que urge combater. Nos Açores, os funcionários públicos são um elemento essencial e imprescindível na melhoria da qualidade da prestação do serviço público que queremos continuar a empreender.

Por isso, não aplicaremos na Região o regime de mobilidade especial/requalificação profissional, nem procederemos ao despedimento de funcionários públicos, e vamos continuar a efetuar todas as novas contratações

ou renovações de contratos que sejam necessárias para assegurar um serviço público de qualidade e de proximidade ...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ...e onde os funcionários se sintam como aliados e não como obstáculos.

Para o Governo dos Açores a qualidade da prestação das funções do Estado deve ser melhorada e aprofundada, e não destruída. Por isso, não aceitaremos que, sob a capa de pretensa reforma do Estado, se destrua um estado social que constitui a pedra basilar da nossa democracia e demorou gerações a construir.

O orçamento que vos apresentamos ascende a 1.386,7 milhões de euros e, se excluirmos as operações extraorçamentais, o valor atinge 1.187,7 milhões de euros.

Este orçamento consolida a autonomia financeira da Região, sendo que as receitas próprias já representam mais de 60% no total das receitas efetivas – mais 20% do que quando iniciámos esta legislatura – e regista um aumento do peso das despesas de investimento em detrimento das despesas de funcionamento.

A diminuição das despesas de funcionamento assenta nas despesas correntes da Administração, que, excluindo as transferências para o Serviço Regional de Saúde, irão registar uma redução de cerca de 5 milhões de euros face aos valores orçamentados para 2014, prosseguindo-se assim a contenção da despesa pública, para que a Administração continue a despender cada vez menos com o seu funcionamento e os Açorianos possam dispor de cada vez mais recursos.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Destaca-se a forte representatividade das despesas em funções sociais, com uma dotação global de 713 milhões de euros, representando 62% na estrutura da despesa, e evidenciando-se os setores da Educação e da Saúde, para os quais serão canalizados 83% das verbas afetas às funções sociais.

O esforço de rigor e contenção da despesa corrente é ainda mais significativo quando as receitas correntes serão superiores em 172 milhões de euros às despesas correntes, o que representará um contributo decisivo para a Região poder aumentar significativamente o investimento público e assim assegurar a concretização dos investimentos estratégicos previstos para esta legislatura.

Os documentos que vos apresentamos pretendem assegurar um aumento muito significativo do investimento público como um contributo decisivo para a retoma económica, para o crescimento do emprego e para o reforço do apoio a quem mais precisa.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Quando assistimos no nosso País, e um pouco por toda a Europa, a uma retração do investimento público, é ainda mais significativo este enorme esforço que fazemos para aumentar em 70 milhões de euros o investimento público, que representa, em termos de investimento direto, um acréscimo de 13%.

O valor do investimento público previsto para 2015 ascende a 731 milhões de euros, dos quais 489 milhões são financiados diretamente pelo Orçamento da Região.

A dotação financeira afeta ao objetivo “Aumentar a Competitividade e a Empregabilidade da Economia Regional” representa cerca de metade do valor global do investimento público e corresponde a 349,5 milhões de euros.

As áreas de intervenção que concretizam o objetivo de “Promover a Qualificação e a Inclusão Social” representam 24,1% do investimento e correspondem a um investimento de 176,1 milhões de euros.

O objetivo de “Aumentar a Coesão Territorial e a Sustentabilidade” foi dotado com 203,7 milhões de euros, o que representa 27,8% do valor global do investimento público.

O investimento no programa de transportes e infraestruturas tecnológicas regista um aumento de 27%, a solidariedade social mais 17%, o programa “Educação, Ciência e Cultura” um incremento de 17%, a competitividade empresarial e emprego cresce 9% – sendo que os sistemas de incentivo ao

investimento privado registam um aumento de 46% –, a promoção e desenvolvimento turístico 18% e o investimento em infraestruturas rurais e florestais tem disponível mais 14%.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): E os resultados? Os resultados são fraquinhos. Dinheiro nunca falta!

O Orador: São estas as nossas prioridades estratégicas, que definimos de forma clara e rigorosa nos documentos que vos apresentamos e que asseguram os investimentos do Plano Regional para 2015, os quais esperamos que contribuam para incrementar a retoma económica e, por consequência, a consolidação das empresas, a estabilização dos rendimentos das famílias e criação de mais emprego.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Alguns dirão – como sempre – que é pouco, mas são os mesmos que votaram contra a reposição das transferências do Estado que foram retiradas à Região, alegando, imagine-se, que os Açores têm muito dinheiro.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Com o objetivo de dinamização da atividade económica, demos início à execução da Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Um sucesso!

O Orador: ... desenvolvendo medidas de carácter estrutural, com as quais se pretende melhorar o nível de competitividade das empresas, proporcionar melhores condições de empregabilidade e, deste modo, impulsionar o crescimento da economia açoriana a médio e longo prazos.

Apenas no âmbito da execução desta Agenda foram já diretamente beneficiados 21.035 Açorianos, apoiadas 1.732 empresas e criados diretamente 2.173 novos postos de trabalho.

Para assegurar a sua plena execução, aguardamos pela operacionalização do novo Quadro Comunitário de Apoio, de modo a iniciar a execução das mais estruturais e importantes medidas previstas na Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, nomeadamente a nova política de apoios às empresas e ao emprego consubstanciada no novo Sistema de Incentivos COMPETIR +.

Este novo Sistema de Incentivos, apoiado por todos os parceiros sociais, irá assumir um papel crucial na nova dinâmica da economia regional, contribuindo, de forma conjugada, para mutações essenciais no panorama empresarial.

A transformação do padrão de especialização da economia, a crescente incorporação nas empresas de fatores dinâmicos de competitividade, o fomento de projetos de investimento de carácter estratégico e a promoção da produtividade, pela prossecução da eficiência coletiva nas vertentes da cooperação empresarial e da articulação desta com as infraestruturas de suporte a entidades do sistema científico e tecnológico, constituem-se os pressupostos de base em que assenta esta nova política de incentivos.

A melhoria da competitividade da economia regional terá de ser baseada no reforço da capacidade concorrencial do nosso tecido empresarial e na relevância do valor económico dos nossos recursos endógenos.

O alargamento da base económica de exportação constitui uma aposta decisiva do COMPETIR +, privilegiando todos os projetos de investimento dirigidos à produção de bens transacionáveis, inseridos na criação de valor associado a recursos endógenos e a serviços de valor acrescentado, que corporizam as três grandes áreas temáticas de especialização prioritárias para o desenvolvimento dos Açores: o setor agroalimentar, o turismo e a economia do mar, considerando-se paralelamente outras vertentes como a indústria transformadora, a economia digital e a logística.

A nova política de incentivos apoia também o reforço do comércio intrarregional e as competências de exportação, favorecendo a penetração e o posicionamento das empresas açorianas no mercado global.

Torna-se, de igual modo, necessário melhorar o contexto em que as nossas empresas desenvolvem a sua atividade, incentivando processos de cooperação e de ações coletivas, e desenvolver economias de aglomeração que correspondam a iniciativas de resposta a riscos e oportunidades comuns. Nesse sentido, foi criada no COMPETIR + uma linha de apoio especificamente dirigida à melhoria da eficiência empresarial.

A requalificação do tecido urbano será alvo de uma particular atenção, pelo que a nova linha de apoio ao urbanismo sustentável integrado vai certamente contribuir para uma intervenção vasta e abrangente nos centros urbanos, através de uma abordagem integrada e inovadora, visando a dinamização da atividade empresarial e a revitalização dos espaços urbanos em que a mesma se desenvolve.

Paralelamente aos sistemas de incentivos, inovaremos na implementação em 2015 de instrumentos financeiros públicos de financiamento das empresas para estímulo, incentivo e orientação do investimento empresarial.

As empresas açorianas terão à sua disposição, muito brevemente, o mais abrangente, inovador e intenso sistema de apoios do país, constituindo-se assim como um fator adicional para a sua competitividade.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Mas, o aumento muito significativo do apoio disponibilizado às empresas enquadra também um novo paradigma: a diferenciação da intensidade do apoio não em função do volume de investimentos, mas em função dos resultados da eficácia e eficiência desses investimentos, medidos pelo valor para a economia efetivamente gerado e o emprego criado pelas empresas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: E, para reforçar ainda mais o apoio às empresas para criarem mais emprego, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ainda mais?

O Orador: ... introduzimos mais uma inovação nos novos sistemas de incentivos: as despesas com os novos trabalhadores serão comparticipadas neste novo sistema de incentivos em igualdade de circunstâncias com qualquer outra componente do investimento.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Esta nova medida, totalmente inovadora no contexto nacional, permitirá potenciar de forma muito significativa a criação de emprego pelas empresas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A profunda reforma do sistema de incentivos às empresas, a entrada em funcionamento do novo quadro comunitário de apoio, que irá introduzir na economia açoriana mais de 1.500 milhões de euros a partir do próximo ano, e o reforço do investimento público previsto no Plano Investimentos da Região – associados à execução dos 581 novos projetos de investimento das empresas que deram entrada só no primeiro semestre deste ano, no valor de 188 milhões de euros e que preveem a criação no futuro de 1428 novos postos de trabalho –, permitirão consolidar o facto de os Açores serem a região do país onde, comparativamente, mais empresas foram criadas (4) por cada empresa que fecha, o dobro do verificado no restante território nacional.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: A conjugação destas realidades com o incremento que já se verifica no consumo interno e no aumento das exportações, bem como com a nova política de financiamento do Banco Central Europeu e as boas perspetivas de incremento do investimento externo na Região, asseguram o início de uma retoma progressiva, sólida e sustentável da atividade económica nos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Há anos que diz isso!

O Orador: É este o nosso caminho: a reforma, a inovação, a reestruturação e a renovação da nossa estrutura produtiva, criando condições para, de forma progressiva, consolidar a criação de mais emprego nos Açores.

Consciente das dificuldades, o Governo Regional elegeram como desígnio o combate ao desemprego, não só criando um vasto conjunto de medidas de apoio

ao tecido empresarial e de requalificação dos trabalhadores, como alocando a essas medidas o máximo de recursos possível.

Partilharam já deste nosso esforço os 3.819 açorianos que, através do programa Aquisição Básica de Competências, obtiveram a escolaridade mínima, conferindo-lhes maiores possibilidades de acesso ao mercado de trabalho; os 885 jovens açorianos que através do programa PIIIE asseguraram emprego em empresas regionais após a conclusão dos seus estágios; os 892 açorianos que, com o apoio do programa Integra, foram contratados por empresas que aumentaram o seu quadro de pessoal; os 131 açorianos que já criaram o seu próprio emprego através do programa CPE Premium; os 264 açorianos que mantiveram o seu emprego através do Programa de Estabilização do Emprego (PEE), entre muitos outros açorianos.

Todo esse esforço, dos açorianos e das empresas, contribuiu para que, de acordo com o INE, existam agora menos 2.441 açorianos desempregados do que havia há um ano e mais 2.156 açorianos a trabalhar.

O crescimento do emprego nos Açores, face ao período homólogo do ano anterior, foi o maior verificado desde 2009, o que demonstra uma recuperação consistente da criação de emprego nos Açores.

Esta convicção é reforçada com os dados revelados na passada sexta-feira pelo Governo da República, segundo os quais se verifica uma diminuição, no último ano, de 11% de desempregados inscritos nos Açores, sendo o nono mês consecutivo em que se verifica uma redução dos desempregados inscritos.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Desça à terra!

O Orador: No entanto, não estamos satisfeitos – porque cada desempregado é um problema que nos exige uma solução que pretendemos encontrar.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Os Açorianos desempregados não são números, são pessoas que merecem uma resposta eficaz e rápida.

Os Açorianos desempregados não são uma estatística, são vidas a que urge dar mais sentido.

Os Açorianos desempregados não são arma de arremesso político, são famílias que merecem ter um futuro melhor e cujos sonhos urge concretizar.

Os Açorianos desempregados são, por tudo isso, a nossa principal prioridade e a promoção da criação de emprego constitui o fundamento das nossas políticas públicas de investimento.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Cada Açoriano que recupera o emprego dá-nos mais energia e convicção para reforçar a ação proativa na proposição de políticas, de medidas que contribuam positivamente para a prospeção de soluções para os Açorianos que ainda não conseguiram emprego.

É com esse espírito positivo, de puxar os Açores para cima, que o Governo Regional irá continuar a implementar todas as medidas, a montante e a jusante, no limite dos nossos recursos e das nossas competências, para contribuir para que a alegria dos 2.153 Açorianos que recuperaram o emprego no último ano seja também sentida pelos 19.000 Açorianos que ainda não têm emprego.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Reafirmamos, sem hesitações, a firme disposição de tudo fazer, no limite das nossas competências e dos nossos recursos, para apoiar as famílias e as empresas açorianas.

O Governo dos Açores também assume, com humildade, que pode não ter ainda conseguido fazer tudo quanto pretendia fazer, mas não aceita dar por perdida nenhuma de todas as batalhas que tiverem de ser travadas pelos Açores e pelos Açorianos.

É isso que nos importa. É isso que importa aos Açorianos. É isso que nos deve mover a todos e exigir o melhor de todos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que arrogância!

O Orador: Muito mais importante que sentidos de voto – que não influenciam em nada a viabilização dos documentos que hoje vos apresentamos –, o que pretendemos é que todos possam contribuir de forma rigorosa, construtiva e dando o melhor do seu esforço, para construirmos propostas ainda melhores e que correspondam ainda mais às necessidades dos Açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ih! A arrogância do poder!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se o António Costa ouve!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os Açorianos não compreenderão quem abdica de apresentar alternativas, quem abdica de propor soluções ou quem abdique de ter ideias.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Nem os Açorianos aceitarão quem pretenda desresponsabilizar-se das suas obrigações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já está do lado da República, outra vez!

O Orador: Os nossos empresários, as nossas instituições, a nossa juventude, os nossos idosos e as nossas crianças merecem ter confiança no futuro.

Nós todos temos a responsabilidade de demonstrar que somos capazes de consolidar a retoma do desenvolvimento da nossa Região.

Porque os Açores, minhas senhoras e meus senhores, como escreveu Natália Correia, “são a nossa certeza de traçar a glória de um povo.”

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: É por isso que os Açorianos contam connosco e vamos continuar a trabalhar para ganhar o futuro da nossa terra!

Disse!

Muito obrigado!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Entramos agora no período de esclarecimentos e debate.

A Mesa já tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Lutámos contra tudo e contra todos, até contra o nosso partido a nível nacional, para que os açorianos pagassem menos impostos e podemos assegurar que em 2015 os açorianos podem pagar impostos mais baixos no IVA, no IRC e no IRS.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Conseguimos! Foi uma vitória dos açorianos pela nossa mão.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSDo)

O Orador: É bom lembrar a todos que na altura da governação de José Sócrates, com o Presidente Carlos César, nos Açores, no dia 4 de maio de 2011, o Presidente Carlos César, no seguimento do acordo assinado entre José Sócrates ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem?

O Orador: ... e a Troika e que previa que os açorianos iriam pagar mais impostos e que os Açores iriam ter menos vinte milhões de euros de transferências, eu repito, este acordo que previa que os açorianos iriam pagar mais impostos e que as transferências para a Região iriam diminuir em vinte milhões de euros, Carlos César, Presidente do Governo Regional, na altura, ...

Deputado Francisco César (PS): Nunca disse isso!

O Orador: ... (Sérgio Ávila, Vice-Presidente e Vasco Cordeiro, Secretário) dizia que não tinha problema nenhum. Desvalorizava! Não tinha problema os açorianos pagarem mais impostos.

Não havia problema a Região receber menos 20 milhões de euros de transferências.

Deputado Francisco César (PS): Não, não!

O Orador: Agora, Sras. e Srs. Deputados, que os açorianos podem pagar menos impostos e que o Governo Regional vai receber mais quarenta e três

milhões de euros de receitas fiscais, é que temos um problema financeiro nos Açores? Agora é que temos um problema? Não queremos que os açorianos paguem menos impostos?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Nós já o dissemos e repetimos, preferimos um euro nos bolsos das açorianas e dos açorianos, das empresas dos Açores, do que nos bolsos do Governo Regional. É isso que está em causa.

Mais uma questão importante: não vem nem menos um euro para os Açores, como aconteceu no tempo do consulado de Sócrates e César. Não vem nem menos um euro! O dinheiro vem sempre para os Açores, ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Vem, vem!

O Orador: ... só que em vez de ficar nos bolsos do Sr. Vice-Presidente Sérgio Ávila, fica nos bolsos das açorianas e dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, fiquei pasmado com o discurso do Sr. Vice-Presidente a abrir este Plano e Orçamento, parecia de facto a orquestra do Titanic quando o navio se afundava.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Nem uma palavra como deve ser sobre os desempregados, um desemprego que cada vez diverge mais do a nível nacional.

Deputado José Ávila (PS): O senhor esteve distraído. Não esteve aqui!

O Orador: Nem uma palavra sobre os dois terços de açorianos que vivem com menos de 530 euros por mês no limiar da pobreza.

Nem uma palavra sobre os dois terços de crianças das nossas escolas que necessitam de apoio da ação social escolar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Nem uma palavra sobre os 40% de desemprego jovem que temos nos Açores.

Sras. e Srs. Deputados, desta maneira só anunciando o maior Plano de sempre como se tudo fosse cor-de-rosa. Estamos na maior crise social e económica de sempre nos Açores.

Sobre isto nada de novo traz o Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que para nós é importante sublinhar também é que a este Governo não faltaram oportunidades: não faltou diálogo com os outros partidos; contributos às dezenas dos outros partidos; diálogo social; colaboração de toda a gente. Não faltou dinheiro. Nunca faltou nada. Tanto é que foi anunciado o maior Plano de sempre. O que faltou foi a capacidade para ajudar os açorianos e as açorianas.

É por isso que nós, tendo dado todas as oportunidades para que o Governo não se desculpasse, para que não houvesse obstaculização, hoje podemos dizer que não vai ser esta governação socialista que vai resgatar as vítimas da governação socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O que é que o senhor quer dizer com isso?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Queixam-se às vezes da falta de dinheiro, dizem que as oposições não apresentam propostas. Não é verdade! São às dezenas!

Deputado Francisco César (PS): Oh Sr. Deputado!

O Orador: Recentemente, o pacote social; ainda agora para o Plano e Orçamento, e em relação a isso eu escuso-me de gastar tempo. Faço minhas as palavras de António Costa, relativamente ao Orçamento de Estado e às suas propostas.

Mas em concreto, e em relação às nossas, aquilo que tenho a dizer é que elas abrangem 80 000 açorianos em situação de fragilidade...

Deputado Francisco César (PS): Oh Sr. Deputado!

O Orador: ... que se somam aos apoios do nosso pacote social. Isto apenas, Sr. Deputado Francisco César, com três casas de autonomia em termos financeiros. Veja lá!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste momento a nossa prioridade é o social. Neste momento, também, a palavra é de dar um sinal de esperança às açorianas e aos açorianos. Este sinal de esperança que tem de ter algumas consequências, que vai ter certamente consequências pagando menos impostos, tendo tarifas aéreas mais baixas, tendo um salário acrescido e tendo os fundos comunitários finalmente a rolar.

Todas estas situações são um sinal de esperança para as açorianas e para os açorianos. Podemos dizer que se existem, apesar do Governo Socialista, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... nós estamos aqui ao lado dos açorianos para tentar procurar um futuro melhor.

Deputado Berto Messias (PS): Diga isso aos sinistrados do Porto Judeu!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco César.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não se pode falar da Casa da Autonomia que ele levanta-se!

(*) Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós vivemos tempos conturbados, tempos especiais, tempos em que as pessoas esperam pelos seus representantes, daqueles que têm uma competência delegada para agir, para trabalhar, em seu nome, tem uma especial responsabilidade nas suas palavras, nos seus atos, porque eles são escrutinados, mais do que nunca, nestes tempos de dificuldades.

Por isso cada palavra que nós dizemos nesta câmara, cada ação que tomamos nela e fora dela, tem um especial significado.

Daí a responsabilidade que nos é inculcada e temos que estar à altura dela.

Nós, temos problemas na sociedade açoriana muito maiores do que a pequena trica partidária, do que a crítica pela crítica, do que tentar ganhar dividendos políticos com comparações, com bocas que são perfeitamente distantes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lá isso é verdade!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado não faz nada disso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Espelho meu, espelho meu!

O Orador: Nós temos um trabalho acrescido porque há muitos desempregados que merecem a nossa atenção; porque há muitas pessoas que caíram fora da rede social que o Governo da República estabeleceu e que necessitam também da nossa ajuda; porque há muitas empresas que estão passando por dificuldades.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Só podia ser!

O Orador: Há um trabalho que tem que ser feito por esta câmara, por este Governo que exige o melhor de nós, enquanto responsáveis políticos, que temos para dar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Porque ainda não foi feito!

O Orador: Eu bem percebo a tentação de cada um dos Srs. Deputados, de mandarem as bocas para tentar perturbar a intervenção, mas nós estamos a falar de algo sério.

Nós temos um trabalho acrescido a fazer. Nós temos que trabalhar para as empresas. Temos que ter um documento com uma orientação específica para acautelar os problemas a que estamos sujeitos.

Para as empresas, para a competitividade que necessitam de aguentar esta tormenta, nós focamos as nossas prioridades.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Nós aumentamos, em mais de 46%, o sistema de incentivos para as empresas; nós temos mais de 50% para o apoio à competitividade, nós temos mais de 25% para trabalhar na inclusão social, para trabalhar também em infraestruturas que trazem emprego à nossa terra.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, nós temos um caminho para a nossa autonomia. Um caminho que também conta com o vosso contributo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nada disso funciona! Caminho descendente!

O Orador: Nós necessitamos da vossa ajuda e do vosso trabalho para melhorar a nossa ação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não éramos irrelevantes?

O Orador: Nós não podemos estar dependentes do dia a dia da política, em que muitos dos senhores se comportam como se fossem um cata-vento da opinião pública, em que quando é fundamental criticar o Governo dos Açores para obter votos e criticar as suas finanças públicas, criticam dizendo que as finanças públicas açorianas estão em calamidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a pedir esclarecimentos ao Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Mas quando vos convém, quando convém à oposição dizer que as finanças públicas estão em excelentes condições, para evitar que seja repostos 37 milhões que nos foram tirados pelo Governo da República, os senhores não têm qualquer tipo problema em fazê-lo.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Quem é que disse isso?

Deputado André Bradford (PS): A oposição!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A oposição é muita gente!

Deputado André Bradford (PS): Aquela oposição!

Deputado Rogério Veiros (PS): O ainda maior partido da oposição!

O Orador: Posso dizer-vos que, há coisa de 5 minutos, foi chumbada na Assembleia da República a proposta de alteração do PS à Lei de Finanças das Regiões Autónomas, uma lei que previa, tal como nós defendemos no passado, a reposição do diferencial fiscal para 30%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: Mas uma alteração à lei que defendia também a reposição dos 37 milhões que nós protestamos, por nos tirarem no passado.

É curioso dizer e é curioso verificar que Passos Coelho quando veio aos Açores anunciar a possibilidade do aumento do diferencial fiscal, referiu que iria fazê-lo mas ao mesmo tempo o aumento do diferencial fiscal não iria ter implicações na receita do Estado. Por que é que Passos Coelho disse isso? Por que é que Passos Coelho referiu que poderia baixar os impostos nos Açores, ou poderia delegar a esta câmara essa possibilidade, mas que no País a carga fiscal até iria aumentar? Por uma razão muito simples, Sras. e Srs. Deputados: porque o Governo da República sabia que estaria a poupar, ou seja, nós teríamos o mesmo nível de impostos que tínhamos o ano passado mas com o Governo da República a poupar 37 milhões.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Nesta matéria os senhores são responsáveis! São responsáveis porque chumbaram uma norma que permitia que isso acontecia e nós sempre, sempre, referimos que este valor não nos devia ser retirado.

Estamos, portanto numa altura em que isto exige muito de todos os açorianos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quando o Governo na República era do Partido Socialista não dizia isso!

O Orador: Exige muito dos seus representantes, que mais do que nunca, estão no centro da sua atenção.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores têm passado! Não se esqueça disso!

O Orador: Uma altura em que devemos estar unidos não pela vontade de ter votos, mas pela ambição de fazer tudo para que os Açores não sejam prejudicados.

É isso que o PS fez então. É isso que o PS continuará a fazer e é isso que o PS conta que o maior partido da oposição faça também.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pela avaliação que fazemos dos documentos em análise e na sequência da intervenção de apresentação do Sr. Vice-Presidente, aquilo que a Representação Parlamentar do PCP poderá dizer é que aquilo que o Governo da RAA nos traz aqui, é uma velha receita, é mais do mesmo e que a Via Açoriana para o Desenvolvimento segue apenas uma direção, que é a direção de entregar dinheiro às empresas, faltando-lhe aquilo que é essencial.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mau!

O Orador: Não é mau.

... mas o Sr. Vice-Presidente referiu que era para as empresas e para as famílias, mas as famílias precisam sobretudo não de políticas de assistencialismo, mas precisam de trabalho, precisam de emprego, emprego justamente remunerado, emprego com direitos.

Vejamos por que é que o PCP diz que esta não é a via para o desenvolvimento. Não é a via para o desenvolvimento porque falta aqui uma variável que é fundamental, que é a variável da distribuição dos rendimentos.

Enquanto não for alterada a política de rendimentos e de distribuição de riqueza não é possível que se caminhe para um desenvolvimento equilibrado e socialmente justo.

Dou aqui apenas um exemplo: dizia o Deputado Francisco César, pondo como a grande questão deste Orçamento, o aumento de 46% de apoio às empresas, isto é, as empresas são fortemente apoiadas, aliás agora no Competir +, e palavras do Sr. Vice-Presidente, que já hoje aqui foram ditas, o Competir + agora até prevê o pagamento de salários, ou de parte dos salários, pelos apoios públicos, isto é setor privado e a economia regional privada, só subsiste com o apoio do erário público. Vs. Exas. até já estão a pagar o ordenado dos funcionários do setor privado.

Deputado Francisco César (PS): O senhor aprovou esse diploma!

O Orador: Mas agora vejamos o que é que o setor privado, o que é que as empresas contribuem para a receita própria da Região:

IRC – 50 milhões de euros;

IRS (rendimentos do trabalho) – 192 milhões de euros.

Quer dizer, a questão é esta: cobrar, cobra-se a quem trabalha e os apoios vão para quem?

Deputado Francisco César (PS): E quem é que produz o que se consome?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Oh Sr. Deputado, tenha calma que depois eu já lhe dou mais alguma atençãozinha.

Deputado Francisco César (PS): Ah, muito obrigado!

O Orador: Já lhe dou atençãozinha.

Portanto, a questão é esta e a interpelação ou o esclarecimento, Sr. Vice-Presidente, relativamente à sua intervenção, é para quando é que o Governo quer alterar esta política e introduzir uma variável que é fundamental, que é o aumento dos salários, designadamente o aumento do acréscimo regional ao salário mínimo nacional, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quando perderem as eleições!

O Orador: ... que nos parece a nós fundamental, e não só a nós, para que de facto se introduza aqui dinamismo na economia regional e isso Vs. Exas. não têm coragem para fazê-lo. É preciso essa coragem.

O PCP, como é sabido, tem em sede de discussão do Orçamento uma proposta para aumentar o acréscimo regional ao salário mínimo nacional. Essa é apenas uma de muitas de dezenas de propostas que são contributos do PCP para melhorar o Plano e que queremos ver discutidos e, certamente, acolhidas, até respondendo aos apelos do Governo Regional relativamente aos contributos que os diferentes partidos da oposição devem fazer.

Portanto Sr. Vice-Presidente, aquilo que para já gostaria de saber é se entende ou não que é importante que se aumente o rendimento do trabalho, sendo que se os complementos e a assistência social são importantes, importante mesmo é que as pessoas vivam do rendimento do seu trabalho, mas vivam dignamente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silva.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de deixar aqui uma palavra ao PSD e dizer que é preciso ter um certo descaramento para vir aqui defender ou dizer mal das propostas apresentadas neste Plano relativamente à criação de postos de trabalho, relativamente à empregabilidade proposta neste Plano, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... quando na República se destruíram milhares e milhares de postos de trabalho pelo Governo do PSD.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Garcia (PSD): E no tempo de Sócrates?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já viu que voltámos aos números de 2011?

A Oradora: É preciso ter descaramento quando se diz que é mais importante um euro no bolso dos trabalhadores, quando se cortam salários aos trabalhadores, conseqüentemente em anos seguintes, quer aos pensionistas com pensões mais baixas, quer aos trabalhadores, retirando rendimentos aos trabalhadores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que a senhora dizia há uns anos atrás?

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... quando na Região o Governo Regional repõe estes cortes feitos pelo seu Governo, pelo Governo do PSD na República.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): E não repôs os cortes de Sócrates?

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, com esta reposição dos salários, com as propostas neste Plano de 2015, agora apresentadas, é muito difícil Srs. Deputados, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É mesmo muito difícil!

A Oradora: ... para qualquer partido, votar contra este Plano.

Srs. Deputados, compreendo perfeitamente o vosso pouco à vontade relativamente a esta matéria e a tentativa de justificarem o injustificável.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Deputada, não diga isso!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vou dar agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, açorianos e açorianas que estão também a acompanhar esta parte do debate:

O BE diz aqui, dentro desta Casa, o que já disse fora.

Para nós este Plano e Orçamento Regional para 2015, mantêm as mesmas políticas que têm norteado o executivo açoriano.

Os resultados destas políticas têm sido desastrosos. O desemprego na Região é o maior do país e a pobreza (e há dois tipos de pobreza no mínimo: uma por via do desemprego, outra por via dos salários baixíssimos que continuam a ser auferidos pela maioria dos trabalhadores nesta Região) e este desemprego aumentam todos os dias, apesar de já estar em níveis insuportáveis para a generalidade das pessoas.

O indicador assumido pelo Governo Regional, de que quase 70% dos alunos e alunas a frequentar o ensino obrigatório, recebem apoios sociais, é elucidativo da situação de catástrofe social que assola a nossa Região.

O Governo Regional não tem sido capaz de inverter esta situação, pelo que ela tem vindo a aumentar apesar de todas as agendas e de todas as vias açorianas com medidas que o BE aqui aprovou e voltará e voltaria a aprovar.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Este Plano e Orçamento, repito, não respondem a nenhum dos problemas com que as pessoas concretas se confrontam diariamente na nossa Região.

O Governo Regional no seu discurso fala destes problemas, refiro-me ao desemprego, à pobreza, à estagnação da economia, a carências várias, mas depois nas propostas objetivas, não assume a situação de emergência que está instalada nos Açores, em cada lar, em cada família, em cada pequena e média empresa.

O BE tem propostas concretas para combater o desemprego e a pobreza que é para nós, e presumo para todos, a prioridade das prioridades.

Desde logo um plano de reabilitação urbana pública e privada, em colaboração com as autarquias, em cada uma das nossas nove ilhas.

A construção civil é a origem principal do desemprego na Região, são mais de 10 000 desempregados. Acabou o tempo da nova construção em massa, é preciso fazer de maneira diferente.

Olhando para as pessoas, olhando para as empresas, olhando para o comércio, olhando para o nosso edificado dentro e fora das cidades, olhando para a nossa economia, é claro que esta proposta é mais do que justa e do que urgente.

Pergunta para o Sr. Vice-Presidente: vai ou não vai o Governo aceitar esta proposta, uma das várias que o BE apresenta, uma daquelas que o Sr. Vice-Presidente apelou a que os partidos das oposições fizessem, tenho aqui uma, e tem a oportunidade de dizer se a vai aceitar ou não.

Não é escamoteá-la, não é transformá-la em coisa nenhuma. É, na realidade, aceitá-la como ela é formulada.

Relativamente a esta situação, é verdade que pela boca do Sr. Vice-Presidente, precisamente há um ano atrás, aqui nesta Casa, o Sr. Vice-Presidente disse: “É nisso (nisso, é a reabilitação urbana) que vamos apostar com o próximo Quadro Comunitário e daremos a essa área a máxima força”.

Estamos para ver, Sr. Vice-Presidente, onde é que está essa máxima força, porque nem no Quadro Comunitário, nem no Plano e Orçamento para 2015, nós vemos lá força nenhuma na reabilitação ou na requalificação urbana e no entanto o desemprego, como todos sabemos, continua alarmante na nossa Região.

Outra proposta do BE: aumento do complemento regional de pensão em quinze euros por mês, para as pensões inferiores ao salário mínimo regional.

É uma medida séria, de combate à pobreza e de dinamização da economia.

A pergunta fica também para o Sr. Vice-Presidente: vai ou não vai o Governo Regional viabilizar este aumento de quinze euros, fazendo nesta Região exatamente o contrário do que o Ministro Pedro Mota Soares faz na República, portanto aqui aumentando quinze euros por mês ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja séria!

A Oradora: ... e não aumentando os cêntimos, como já fez o ano passado e como o Ministro Pedro Mota Soares faz na República.

O facto destas propostas virem a não ser acolhidas como já não foram no passado é a prova de que o Governo Regional não tem políticas para combater o desemprego e a pobreza nesta Região.

Mas já agora também não quero deixar de dizer o seguinte: mas enquanto esta política é feita com os pobres, com os desempregados e com aqueles que menos têm, é inegável que o Governo Regional favorece negócios pouco claros, onde gasta milhões de euros.

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado, Sra. Deputada!

A Oradora: Estou a falar, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, de gastos com favorecimentos em empresas que vivem à custa do Orçamento da Região, que é como quem diz à custa dos impostos dos açorianos e das açorianas.

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

A Oradora: Exemplos: quase quatro milhões de euros, para a companhia açoriana de energias renováveis. Para montar um parque eólico e vender energia à EDA.

Deputado Francisco César (PS): Hein?! Não temos nada a ver com isso. Não demos nem um tostão!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Deputado Francisco César não quer que se fale dessas questões!

A Oradora: Outro exemplo a Strong Survival: cerca de seis milhões de euros, para instalar painéis solares públicos.

Outro exemplo: Colégio do Castanheiro ...

Deputado Francisco César (PS): Não temos nada a ver com isso! Nem um tostão!

A Oradora: ... e de S. Francisco. Retirar dinheiro da escola pública, para apoiar rendas garantidas a colégios privados, que não complementam o público, mas que pelo contrário fazem competição com ele e disputam com o público em desigualdade de circunstâncias e com favorecimentos.

E a cereja em cima do bolo, para terminar Sras. e Srs. Deputados, é que os açorianos e açorianas vão ter os tratamentos de radioterapia mais caros do país,

porque o Governo Regional decidiu privilegiar os negócios de privados e ficou refém, ficou refém, deles.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem dito! Negócio!

Deputado André Bradford (PS): A Sra. Deputada ainda está um bocado transtornada com a Convenção do fim de semana!

A Oradora: Ficou refém desses negócios que decidiu privilegiar.

Infelizmente, neste caso, tudo aquilo que o BE tem vindo a denunciar sobre este negócio pouco claro, veio a confirmar-se. Infelizmente para todos os açorianos e açorianas, aliás em linha com os alertas, as chamadas de atenção e até as proibições do próprio Tribunal de Contas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É só ver as notícias. Vai chegar lá!

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

A Oradora: Perante tudo isto, Sras. e Srs. Deputados, fica claro que o Governo Regional favorece alguns, em desfavor dos trabalhadores dos setores mais pobres da população e das dezenas de milhares de pessoas que vivem o drama do desemprego.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, o BE não quer baixar os braços! Nisso estamos consigo. Não damos as batalhas por perdidas! Nisso estamos consigo, com o Governo Regional.

Agora há uma condição: é ousar fazer diferente e este Plano e Orçamento é uma cópia mal feita com verbas que saltam de um lado para o outro sem uma única medida, ousada, ambiciosa e diferente daquilo que já vem de há anos atrás.

Deputado André Bradford (PS): A senhora não esteve atenta!

Deputado Berto Messias (PS): O Plano não é o mesmo, o seu discurso é que não muda!

A Oradora: Para isso conte com o BE. Não baixar os braços, ir à luta pelas coisas.

Responda, por favor, Sr. Vice-Presidente, se não baixar os braços quer dizer aumentar as pensões de miséria em quinze euros por mês e fazer um Plano sério e ambicioso para a requalificação.

Obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): O seu discurso é que é sempre igual!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputado André Bradford tem agora a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostava de constatar, com agrado até para a qualidade do nosso debate político a saída da hibernação parlamentar do Sr. Deputado Duarte Freitas ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor estava a falar de qualidade até agora!

Deputado Berto Messias (PS): Seja bem-vindo, Sr. Deputado Duarte Freitas!

O Orador: ... para finalmente nos dar o prazer de partilhar connosco, aqui com esta Casa, as suas ideias sobre a Região.

O Sr. Deputado Duarte Freitas nesta sua reaparição parlamentar, decidiu começar por explicar a esta Casa o gosto que tinha em ter conseguido, até disse: conseguimos (com ponto de exclamação, ele não disse, mas nós vimos o ponto de exclamação) fazer com que o nosso líder nacional dissesse ao Governo dos Açores e aos órgãos de Governo próprio da Região: “Façam com os vossos impostos o que os senhores quiserem!”, o que não era preciso ser dito pelo Sr. Primeiro-Ministro, nós sabíamos que podíamos fazê-lo, mas tomámos boa nota. Agora, o que o Sr. Deputado não disse, isso ainda ficou mais evidente e tornou-se mais importante, foi porque é que nem tentaram ...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... fazer com que o outro lado da equação fosse repostado também.

Deputado Berto Messias (PS): Nem se referiu a isso!

O Orador: Se conseguiram fazer com que o nível de impostos possa baixar, por que é que nem tentaram fazer com que o nível de transferências fosse repostado aos valores da antiga Lei de Finanças Regionais?

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

O Orador: Por que é que os senhores nem tentaram?

Bom, a explicação indireta que os senhores têm vindo a dar ao longo dos tempos é que as finanças públicas da Região afinal até não estavam assim tão más, até já começam a ser boazinhas e como já estão boazinhas se calhar nem é preciso mais dinheiro.

Se é essa a explicação, eu agradecia que a fizessem aqui de forma mais detalhada para nós podermos contrapor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não me diga que não concorda!

O Orador: Mas, se é essa a explicação então fica um debate por fazer e esse debate é que deve ser feito também aqui.

Como disse a Sra. Ministra das Finanças, e eu sou insuspeito de ser adepto do pensamento político e económico da Sra. Ministra das Finanças, mas como ela disse recentemente: “Governar é um exercício de escolhas difíceis, mas fazer oposição também é um exercício de escolhas difíceis”.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Boa pergunta: escolhas difíceis!

O Orador: Portanto, aqui, este debate do Plano e Orçamento é o lugar certo para as escolhas difíceis e então fica a pergunta: ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Finalmente uma interpelação ao Sr. Vice-Presidente!

O Orador: ... que escolhas difíceis estão os senhores dispostos a fazer se o nível e a intensidade do dinheiro à disposição do Governo Regional, for mais reduzido do que era?

Que escolhas difíceis estão os senhores dispostos a fazer, enquanto pretendentes à governação, para se houver alteração das receitas da Região?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Boa pergunta! Escolhas difíceis!

Deputado Luís Garcia (PSD): Casa da Autonomia!

O Orador: Esse debate também deve ser feito aqui e é muito importante que o façamos.

Agora, parece-me a mim (e eu corro o risco de ser injusto, eu não queria ser injusto) que os senhores estão tão confortáveis e tranquilos nesse seu estatuto de

oposição de quase vinte anos, que não participam nunca nesse esforço de escolha difícil.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olha a arrogância!

O Orador: Por isso é que os açorianos continuam a dar-vos esse estatuto de tranquila e confortável oposição à maioria do PS na Região.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nada é eterno!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A primeira coisa que eu gostava de dizer, no início desta discussão, é que vimos para aqui com espírito aberto, negocial e efetivamente negociar com o Governo as nossas propostas que sejam a favor dos açorianos.

Temos várias nesse sentido.

Não vimos para aqui com o preconceito de o voto decidido, senão não vínhamos para aqui fazer nada.

Portanto, vamos discutir, vamos fazer as nossas propostas e vamos ver o acolhimento que o Governo e a maioria têm sobre elas.

Se as aprovarem, saberemos dar uma resposta, se não as aprovarem também saberemos dar a resposta. A isto chama-se democracia e discussão democrática.

Deputado André Bradford (PS): É verdade!

O Orador: Não anuncio fora daqui o meu voto contra e dizer que venho fazer uma discussão para o Parlamento dos Açores.

Depois, queria dizer uma coisa para aqueles mais esquecidos.

Queria lembrar, para aqueles que já se esqueceram, que se os açorianos há muitos anos pagam menos impostos, foi uma proposta inovadora, feita nesta Casa e a proposta inovadora feita nesta Casa foi pelo CDS.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não se esqueça dos outros!

O Orador: Foi pelo CDS.

Sr. Deputado Aníbal Pires, se a minha intervenção o incomoda, enquanto o senhor falou eu não disse nada. Se o senhor está armado em defensor da maioria, eu agradeço que o senhor não me interrompa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor emitiu os seus apertes!

O Orador: O CDS fez em 99, uma proposta de redução fiscal, foi o autor, o primeiro a propor a redução do diferencial fiscal na Região Autónoma dos Açores.

Mas não é por isso que nos pomos em bicos de pés e é por isso que os açorianos durante anos e anos pagaram menos impostos na Região Autónoma dos Açores. Agora, há uma coisa que nós temos que ser coerentes e ser coerente é ver o estado em que está a nossa Região Autónoma.

O que eu não posso é apontar um erro e a seguir fazer o mesmo erro.

E se é verdade que em 2011 o PS dizia que os vinte milhões não nos faziam falta, se é verdade que dizia isso, a questão é saber se hoje em dia a conjuntura é a mesma, se hoje em dia não estamos perante o início de um Quadro Comunitário novo.

Nós somos como sempre fomos, os primeiros a favor da redução do diferencial fiscal, não usamos como medida eleitoralista apenas.

Na Região Autónoma dos Açores, hoje em dia, não se pode dizer que vivemos a maior crise económica e social de sempre e depois concordar com uma redução de receita para a Região Autónoma dos Açores.

Temos que ser coerentes numa coisa e se uns cometeram um erro há três anos atrás, nós não vamos copiar esse erro.

Estamos prestes a iniciar um novo Quadro Comunitário de Apoio, em 2015. Essas transferências diminuindo vão ou não ter impacto nestes fundos

comunitários? Precisa ou não precisa a Região de fundos comunitários para criar emprego, o principal flagelo da nossa Região Autónoma dos Açores?

É isso que nós temos que perceber e atuar não apenas em filosofia partidária, mas pondo as nossas propostas ao serviço dos Açores, dos açorianos, dos desempregados, dos doentes e daqueles que mais sofrem.

Essa será a postura do CDS neste debate. Conte o Governo com isso e contaremos também que com as nossas propostas justas, possam algumas ser aprovadas.

Mas devo dizer também que nessa matéria o CDS tem património, no aumento das diárias dos doentes e aqueles que andam há dois anos, que estão no Governo e que nunca fizeram nada como o Sr. Secretário da Saúde, até hoje, lembrou-se tardiamente que tinha que aumentar as diárias dos doentes.

Esse é também um património do CDS, com a aprovação do PS e dos sucessivos governos, as diárias dos doentes, orgulhamo-nos hoje em dia, não são as ideais, mas passaram de míseros onze euros para vinte cinco euros atualmente e temos uma proposta para fazer no decorrer deste debate, para majorar significativamente as diárias dos doentes oncológicos, que dentro dos doentes, são aqueles que mais sofrem. Todos sofrem, mas os doentes oncológicos sofrem talvez mais.

Por isso vamos apresentar uma proposta que permita majorar significativamente a diária destes doentes e contribuir um pouco para o seu bem-estar.

Não nos lembramos agora, nem nos lembramos quando estamos debaixo de fogo da oposição, porque esta devia ter sido uma preocupação desde sempre e não uma para fazer uma fuga da sua má figura que tem feito à frente da Secretaria da Saúde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente:

Estamos aqui com frontalidade para apresentar as nossas propostas.

Deputado Berto Messias (PS): Como sempre, Sr. Deputado. Aqui estamos!

O Orador: Esperamos da maioria a mesma frontalidade e a mesma honestidade para negociarmos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

(Pausa)

Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Para uma interpelação.

Para solicitar um intervalo de meia hora.

Deputado Berto Messias (PS): Não foi isso que combinámos na Conferência de Líderes!

Deputado António Marinho (PSD): Não combinámos o quê? O que é que combinámos sobre os intervalos?

Presidente: É regimental.

Regressamos às doze horas.

Eram 11 horas e 31 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os trabalhos.

Eram 12 horas 21 minutos.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): É uma interpelação, Sra. Presidente, tendo em conta aquilo que se passou há pouco, portanto gostaria de colocar-lhe a seguinte questão.

Foi, na passada quinta-feira, a Conferência de Líderes que se realizou para organizar estes trabalhos. Foi-nos informado pela Sra. Presidente que a RTP-

Açores iria transmitir em direto o debate que teríamos aqui, hoje, ao longo da manhã.

Com base nisso ficou acordado, entre todos os partidos com assento parlamentar, que não haveriam intervalos regimentais ao longo da manhã, para que fosse possível que a RTP-Açores transmitisse em direto o debate desta manhã.

A verdade é que há pouco o PSD-Açores, através do Sr. Deputado António Marinho, quebrou esse compromisso e faltou à palavra que assumiu na passada quinta-feira.

Nós julgamos que eventualmente poderá ter a ver com o facto de ser o Sr. Vice-Presidente que estaria inscrito para falar a seguir e portanto esse intervalo impediu a réplica do Sr. Vice-Presidente.

Portanto, aquilo que eu gostaria de perguntar-lhe era o que é que ficou acordado com a RTP-Açores e o que é que ficou acordado entre todos os partidos com assento na Conferência de Líderes?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De facto o que ficou combinado na Conferência de Líderes foi que a transmissão pela RTP seria feita até ao meio dia e que até a essa hora não haveria intervalo, nem aquele que é habitual fazermos às onze e meia e que à partida também nenhum partido pediria intervalos para permitir que até ao meio dia fosse feita a transmissão completa deste debate inicial.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Queria saber quem estava inscrito para falar quando o PSD pediu um intervalo?

Presidente: Conforme o Sr. Deputado referiu na sua interpelação inicial, o Sr. Vice-Presidente é quem está inscrito de momento e a quem eu, aliás já tinha dado a palavra antes da interpelação.

Penso que está esclarecido.

Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Sra. Presidente, não sei bem qual é a figura que irei usar

Presidente: Pede a palavra para uma interpelação?

Deputado António Marinho (PSD): Pode ser uma interpelação!

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado António Marinho (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Realmente não sabia bem que figura utilizar, uma vez que o meu nome foi citado, porque em nome do PSD, estive na Conferência de Líderes da passada quinta-feira e fui o protagonista por parte do Grupo Parlamentar do PSD, no pedido de intervalo regimental registado, dizia muito bem há bocado o Deputado José San-Bento, às onze e meia.

Não indo contar aqui a história de tudo quanto se passou na Conferência de Líderes ...

Deputado Berto Messias (PS): Conte, Sr. Deputado!

O Orador: Eu assisti calado à sua intervenção, ...

Deputado Berto Messias (PS): Interpelação!

O Orador: ... se me der o mesmo privilégio. Muito obrigado.

Portanto, não vou repetir aquilo que falámos em Conferência de Líderes, a questão já ficou totalmente esclarecida entre nós.

Aquilo que tinha ficado, podendo haver eventualmente alguns lapsos que decorrem da Conferência de Líderes ter sido feita por vídeo conferência, é que a transmissão por parte da televisão seria entre uma hora e meia e duas horas.

Quando o Sr. Deputado José San-Bento dizia que foi às onze meia que foi pedido o intervalo regimental ...

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

O Orador: ... estava passada uma hora e meia sobre o início do plenário.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado António Marinho termine a interpelação.

O Orador: Há algum tumulto entre os colegas Deputados do PS, o que é natural, e que aliás dizem bem das intenções do PS e designadamente do Deputado Berto Messias, quando faz esta interpelação, porque a questão foi discutida agora numa Conferência de Líderes para a qual a Sra. Presidente convocou há algum tempo atrás, acabou há cerca de 5, 6, 7 minutos. As questões ficaram aí esclarecidas.

Quanto às intenções que o Grupo Parlamentar do PSD teve no pedido do intervalo regimental de trinta minutos, obviamente que as temos, temos algumas, como todos temos quando pedimos um intervalo regimental e nem sequer precisamos de dizer para que efeitos queremos pedir o intervalo regimental.

Deputado Berto Messias (PS): Nós percebemos!

O Orador: Quanto às conclusões que o senhor tira relativamente a essa matéria e que aliás ficaram perfeitamente ...

Deputado Berto Messias (PS): Aliás, o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar está aí a acompanhá-lo!

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: Os senhores estão muito nervosos para início do Plenário do debate do Plano e Orçamento.

Deputado Berto Messias (PS): Basta olhar para mim para ver o quão nervoso estou!

O Orador: Não precisam estar.

Quanto às conclusões que retira e que ficaram perfeitamente claras na segunda interpelação que faz, quem as tira é o senhor, Sr. Deputado Berto Messias e ficam exclusivamente consigo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado António Marinho...

Sras. e Srs. Deputados, penso que o assunto também está esclarecido.

Vamos então continuar o nosso debate e estava inscrito o Sr. Vice-Presidente a quem dou a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começaria esta intervenção por reafirmar que tenho todo o gosto de dar os esclarecimentos e contribuir para este debate sobre o Plano e Orçamento da Região, independentemente de todos os expedientes que se use para o mesmo chegar ao maior número de açorianos possíveis.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Mas o que importa é o conteúdo daquilo que nós estamos aqui a defender.

O que importa, em primeiro lugar e fazendo referência às intervenções sobre esta mesma matéria, é dizer-vos que em primeiro lugar registamos em relação à intervenção do PSD, que o PSD concorda com 99% das propostas que aqui apresentamos.

Efetivamente as suas propostas de alteração implicam a alteração de apenas um euro por cada cem euros de aplicação de recursos públicos que nós propomos ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Grande argumento!

O Orador: ... e conseqüentemente a manutenção e por essa via a concordância com 99% das nossas propostas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não! Íamos fazer um Plano novo!

O Orador: Mas o que mais me espanta é que falando o PSD em emprego não tenha apresentado uma única proposta, uma única medida, uma única alteração em relação à problemática da criação de emprego e à problemática do desemprego nos Açores.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Aqui demonstra-se a diferença entre quem fala, fala e fala e de quem faz, faz e faz.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Os resultados estão bem à vista!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há o fazer bem e o fazer mal!

O Orador: Aqui mostra-se a diferença entre aquilo que é o falar e o fazer.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Terceiro aspeto que também acho essencial nesta abordagem.

Curiosamente, uma parte significativa dos indicadores utilizados para fundamentar a alteração de voto foi alegando que as políticas não resultaram neste último ano, mas os indicadores que utilizam para demonstrar que essas políticas não resultam são a maior parte deles indicadores de 2012, ou seja indicadores antes do início da aplicação dessas mesmas medidas.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Curiosamente, entram numa maior contradição, quando afirmam, por um lado de que, por exemplo, existem demasiados alunos nas escolas dos Açores que recebem apoio social, esquecem-se que esses mesmos alunos, com o mesmo rendimento, se tivessem no continente ou na Madeira não teriam esse apoio social, por uma simples razão ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É bom que fique muito claro: os apoios sociais que são atribuídos aos alunos nos Açores, faz com que mais cinco mil alunos tenham apoio nos Açores, de que teriam no continente ou na Madeira, ou seja, quando reforçamos os apoios sociais o que fazem é exatamente criticar o resultado desse reforço do apoio social e essa diferenciação positiva que atribuímos aqui na Região.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não pode fazer essas contas!

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Porquê?

Deputado André Bradford (*PS*): O Sr. Deputado inscreva-se!

O Orador: Mas há uma coisa em que estamos de acordo com aquilo que foi a declaração do PSD.

O PSD referiu que lutou contra todos na questão do diferencial fiscal.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Inclusive contra si!

O Orador: É verdade! O PSD lutou contra o PS, o PCP, o BE e o PP na reposição das transferências que nos foram retiradas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Sobre isso o Sr. Deputado Duarte Freitas não disse nada!

O Orador: Efetivamente, o PSD está isolado. Está isolado contra os Açores, está isolado contra os açorianos...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... porque ao fazer com que os açorianos paguem os mesmos impostos que pagavam o ano passado, mas sem repor aquilo que a República tirou a mais aos açorianos, nós não estamos a repor uma justiça, estamos a manter uma injustiça e estamos particularmente ao lado da República que poupa com os Açores e com os açorianos e contra os Açores e contra os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Em relação à intervenção do BE, gostaria de dizer que efetivamente nós temos, e referi na minha intervenção, uma grande prioridade com a reabilitação urbana, no limite daquilo que é permitir enquadrar na regulamentação, em termos da europeia, dos fundos comunitários, nós iremos explorar até ao último cêntimo todas as possibilidades de afetar recursos e financiamentos para a reabilitação urbana.

Essa estratégia está claramente definida num subsistema que já aprovámos, que já está publicado, de urbanismo sustentável e que permitirá, como fiz na minha intervenção, um efetivo contributo para a reabilitação urbana no espaço da Região e de todos os centros urbanos, permitindo e financiando de forma inovadora projetos integrados entre os municípios, entre as associações representativas das empresas e de todas as entidades que podem agir nos próprios centros urbanos, criar um plano integrado de conjugação de esforços com financiamento comunitário, no máximo da intensidade que é permitida de apoios públicos pela legislação comunitária, fazer um plano efetivo de reabilitação de cada um dos nossos centros urbanos.

Essa legislação está já aprovada e é um instrumento claro que nós pretendemos concretizar para responder à sua preocupação e à nossa preocupação também.

É nesses termos, utilizando o limite máximo das possibilidades que nos são permitidas pela regulamentação europeia que faremos essa intervenção.

Por último, em relação à intervenção do PCP, permitam-me dizer-vos, que efetivamente, como tive oportunidade de dizer, existe uma alteração substancial de paradigma nos próprios sistemas de incentivos de apoio à atividade económica.

Essa alteração de paradigma assenta em dois princípios: o primeiro, assenta no princípio de que os apoios serão majorados não em função do volume de investimento, mas em função dos resultados medidos pelo impacto que tem na criação de riqueza e de rendimento para a Região e na criação efetiva e líquida de emprego.

Segundo: ao constituirmos as despesas com o pessoal uma despesa ilegível como era até agora, apenas a formação bruta de capital fixo, nós estamos a dar um contributo decisivo para que efetivamente se crie, com os novos investimentos privados, emprego e mais emprego na Região.

Essa é a formulação correta e inovadora não só no contexto regional, mas no contexto nacional de apoio efetivo de criação de emprego, seja sustentável, seja duradouro e que assente numa criação efetiva de riqueza.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o acréscimo?

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção do Sr. Vice-Presidente suscita algumas explicações ao nível do desemprego que temos na Região.

Acusou o PSD de se reportar a dados de 2012, antes de estarem em vigor algumas das medidas que entretanto o Governo Regional empreendeu.

Vamos então falar de resultados homólogos.

Nos resultados homólogos nós verificamos que em relação ao terceiro trimestre de 2013, nós estávamos a 2,1 pontos percentuais da média nacional.

Deputado Francisco César (PS): O senhor ainda acaba em líder do PSD!

O Orador: Hoje estamos a 2,6 pontos percentuais da média nacional, portanto afastamo-nos da média nacional.

No mesmo período, isto é, em termos homólogos, a Madeira baixou 4,3 pontos percentuais, (4,3 pontos percentuais). A média nacional nesse mesmo período baixou 2,5 pontos percentuais. Nos Açores baixou apenas 2 pontos percentuais.

Deputado André Bradford (PS): Ah! É só!

O Orador: Mas há mais. Funcionários públicos na Região: baixaram 2%, diminuíram 354, em vez daquelas 200 ou 300 vagas que o Sr. Vice-Presidente aqui veio anunciar em julho.

Mas há um dado curioso a propósito de emprego na função público: é que se nos reportarmos a dezembro de 2011 e verificarmos o que acontecia em junho de 2014 (são os últimos dados apurados), não temos uma diminuição de algumas categorias específicas de gente a trabalhar na função pública.

Nesse mesmo período, nos gabinetes dos membros do Governo, o emprego cresceu 11,5%. Passou de 121 para 135.

Mas o Sr. Vice-Presidente também veio falar aqui do acréscimo na remuneração complementar que é dado aos funcionários da administração pública regional. É verdade! E nós apoiamos!

Deputado André Bradford (PS): Não tem remédio!

O Orador: Mas sabe que apesar disso a remuneração média mensal na administração central é 1 517€ e que a remuneração média mensal na administração da Região Autónoma dos Açores é de 1 394€. Portanto, sensivelmente, estamos a menos 120€ do que a remuneração média na administração central.

Mas vamos ainda a mais dois ou três dados.

Aumentou a precaridade. O número de açorianos contratados hoje é de mais 8,9%.

Aqueles que procuram o primeiro emprego, aqueles que são jovens, hoje são 46,5%. Aumentaram de 1 860 para 2 725.

Cresceu também o desemprego jovem. Passou de 39,1% para 40,3% e baixou a taxa de atividade que é a mais baixa do País. Em contraponto a isso o que é que nós temos? Temos a maior taxa de desemprego do País.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: A maior taxa de desemprego do País!

Mas inevitavelmente nós temos que voltar a 2012, porque se é cedo para fazer a avaliação das promessas que os senhores se propuseram realizar durante este mandato, é já tempo suficiente para nos fixarmos nos resultados de meio mandato desta governação socialista e ao nível do emprego os resultados são estes: desde que este Governo entrou em funções, há mais açorianos empregados, há mais 18 açorianos empregados.

Desde que este Governo entrou em funções há mais açorianos desempregados.

Há mais 463 açorianos no desemprego.

Estes são os resultados de dois anos de governação deste Governo Regional e a esses o Governo não pode fugir.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem! Onde está a agenda para a promoção do emprego?

O Orador: Por agora fico-me por aqui Sra. Presidente, porque certamente voltarei ao debate ...

Deputado André Bradford (PS): Não! Fique por aí e não precisa voltar!

O Orador: ... para falar de uma outra coisa: da coerência e das convicções da Sra. Deputada Graça Silva sobre o desemprego, mas fica para uma segunda oportunidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Conforme tive oportunidade de referir na minha intervenção inicial, nós no último ano nos Açores, hoje, face àquilo que havia há um ano atrás existem menos 2 441 açorianos desempregados e existe 2 156 açorianos com emprego.

Ainda na passada sexta-feira o Instituto de Emprego e Formação Profissional, do Governo da República, revelou os dados referentes a outubro, onde demonstrava que havia menos 12% de açorianos desempregados inscritos.

Como tive oportunidade de o referir aquilo que é mais importante para nós, e não entraremos na discussão dos números e das percentagens e dos jogos contabilísticos...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah! Não gosta!

O Orador: ... enquanto houver um açoriano desempregado é um desafio que temos que vencer; enquanto houver um açoriano que precisa de resposta em termos de emprego, contem connosco para tudo fazer, no limite dos nossos recursos e das nossas competências para criar uma solução para esse mesmo açoriano.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Por isso criou mais um lugar na sua Secretaria!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais um tarefeiro!

O Orador: O caminho que fizemos é um caminho que permitiu, por exemplo, a que mais 2 156 açorianos tenham tido emprego no último ano, mas temos ainda 19 000 açorianos que exigem uma resposta e que exigem a convocação do melhor que nós temos para resolver também esses problemas.

Nós concentramo-nos não nos problemas que já estão resolvidos, nós concentramos a nossa energia naqueles que ainda precisamos resolver com a convicção de que se já conseguimos ajudar a resolver um conjunto muito vasto de problemas, iremos conseguir resolver os outros.

Mas teria sido mais fácil e seria mais fácil concretizar esse objetivo se alguns partidos não se limitassem a jogar e a contra jogar com estatísticas, consoante os períodos que lhes dá jeito, e em vez disso contribuíssem com propostas concretas para a resolução deste problema.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente ao longo da sua intervenção inicial percorreu o caminho de efetuar um ataque serrado ao Governo da República. Por todos os problemas que acontecem nos Açores, o Governo da República é o responsável.

Importa nesta altura também clarificar algumas posições e eu vou começar por clarificar a minha, Sr. Vice-Presidente.

Eu tenho muito orgulho de pertencer ao partido que fez com que os açorianos tivessem mais dinheiro disponível nas suas famílias para poder ter melhores condições de vida.

Eu tenho muito orgulho em pertencer a um partido ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor é do PS?

O Orador: ... que fez com que os açorianos tivessem passagens mais baratas.

Deputado Francisco César (PS): O senhor está a brincar connosco!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Isso não é verdade!

O Orador: Eu não tenho orgulho nenhum em ter um Governo na minha Região que tem 70% dos agregados familiares a viver com menos de 530€.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Francisco Coelho (PS): Vai ganhar uma viagem à Madeira!

O Orador: Mas gostava de lançar-lhe um desafio, Sr. Vice-Presidente e queria pegar na expressão utilizada há pouco pelo Sr. Deputado Bradford: “escolhas difíceis”.

Há três anos atrás, aquando das eleições legislativas nacionais, os açorianos escolheram o projeto do PSD, escolheram que Pedro Passos Coelho governasse Portugal e eu incluí-me nesta maioria dos açorianos.

Hoje, dia 25 de novembro se tivesse que voltar a escolher, eu voltaria a escolher Pedro Passos Coelho, mas gostava muito que o senhor me dissesse quem é que escolhia tendo os mesmos protagonistas que tiveram há três anos atrás.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): José Sócrates!

O Orador: Era isso que queria que o senhor me dissesse Sr. Vice-Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas nem tudo é mau e só para terminar tenho a consciência que se calhar no atual Governo Regional do PS ainda há alguém que voltaria a votar em Pedro Passos Coelho, se fossem hoje as eleições.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Se calhar mais do que um!

Deputado Francisco Coelho (PS): Duarte Lima!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esse não foi a eleições!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um visto gold!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós temos orgulho de fazer parte do PS. Temos orgulho do nosso património, aceitamos que houve coisas que correram bem e houve coisa que correram menos bem. É assim na vida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Deputado Francisco César está muito mansinho!

O Orador: O Sr. Deputado falou disso, o Sr. Deputado falou de escolhas difíceis, eu calculo que o Sr. Deputado estava a referir-se que tem orgulho em ser do PSD, penso que é a isso que se está a referir porque parecia-me, à primeira vista, que se estivesse a referir ao PS.

Deputado Bruno Belo (PSD): Está enganado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a visão turva!

O Orador: Que desfaçatez o Sr. Deputado tem para vir a esta câmara, para olhar olhos nos olhos aos açorianos e dizer que faz parte de um partido que aumentou o rendimento às famílias?

Que desfaçatez é que o senhor tem ao fim 16 anos de dizer que faz parte de um partido que baixou as passagens aéreas?

Que desfaçatez é que o senhor tem de vir a esta câmara dizer, olhos nos olhos, que foi o seu partido que andou a proteger os reformados! Que andou a combater o desemprego?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Votava no mesmo?

O Orador: Os senhores aumentaram os impostos! Os senhores cortaram nos salários! Os senhores causaram desemprego! Os senhores deviam ter vergonha disso que fizeram a Portugal!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ficamos muito satisfeitos em saber que o senhor voltava a votar no mesmo!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor voltava a votar no mesmo?!

O Orador: Sabe Sr. Deputado, a política é feita de escolhas difíceis. Nós podemos estar na política e dizer: “Primeiro estão aqueles que nos elegeram! Primeiro estão os açorianos!”.

Isto às vezes implica, como os senhores dizem, lutar contra o vosso próprio partido.

Mas foram os senhores que quando chegou a altura de votar o Orçamento de Estado, não votaram contra, ao contrário dos vossos colegas da Madeira que tiveram a coragem de votar contra o Orçamento de Estado.

Deputado Berto Messias (PS): É verdade!

O Orador: Os Deputados do PSD, da Madeira, votaram contra o Orçamento de Estado, porque não concordavam com as políticas e porque achavam que era essa a forma que protegiam a sua autonomia

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Os senhores votaram a favor!

O Orador: Os Srs. Deputados não tiveram a coragem de defender os Açores e defendem de unhas e dentes, com orgulho, as políticas de Passos Coelho.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Voltava a escolher o projeto político de José Sócrates!

O Orador: Nós temos a coragem de dizer aqui perante esta câmara e perante todos os açorianos: nós defendemos as coisas que fizemos bem, nós defendemos políticas que defendem a sociedade, que defendem a inclusão social, que defendem a competitividade, mas também estamos aqui perante todos os açorianos para assumir que houve coisas que fizemos que não correram tão bem.

É assim o PS que se orgulha do seu património, daquilo que correu bem e daquilo que correu menos bem.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescinde?

Sr. Vice-Presidente então tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

E para solicitar ao Sr. Deputado Bruno Belo que concretize exatamente algo que referiu.

O Sr. Deputado Bruno Belo disse que, e cito exatamente: “Os Açores têm 70% das suas famílias que vivem com rendimento inferior a 530€”.

Solicito que diga exatamente, com que base é que fez essa afirmação ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No mapa 19!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não! No mapa 5!

O Orador: ... e de que ano são esses indicadores.

Deputado Berto Messias (PS): Aguardamos a resposta do Sr. Deputado Bruno Belo! Já não podem pedir intervalo!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para talvez ousar esclarecer o Sr. Deputado Bruno Belo, sobre o porquê de eu ter falado em escolhas difíceis.

Eu estava a falar da governação, um assunto de que o Sr. Deputado naturalmente percebe pouco, porque tem pouca experiência na matéria, mas eu estava a falar de governar e de políticas, de escolher, de optar por.

Deputado Luís Garcia (PSD): E ele falou!

O Orador: Não estava a falar de pessoas nem de casos pessoais.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O julgamento que aqui se deve fazer do meu ponto de vista, do nosso ponto de vista, é o julgamento político e é isso que nós estamos aqui a fazer e devemos centrar o nosso debate nessas preocupações. Não me ouvirá fazer julgamentos pessoais e muito menos antes do tempo.

Portanto não vou contribuir para esse tipo de discurso.

O Sr. Deputado falando como falou, o tempo que falou, acabou por não dizer nada sobre escolhas difíceis e portanto faz com que eu tenha necessariamente que voltar ao tema e pedir-lhe, pedir à bancada do PSD e pedir mais em particular ao seu líder parlamentar, que explique aos açorianos que escolhas difíceis está na disponibilidade de fazer, que opções políticas pretende tomar, se por acaso houver alguma alteração na intensidade e no nível de receita pública ou de despesa pública prevista no Orçamento e no Plano que nós estamos a apreciar?

Diga, Sr. Deputado Duarte Freitas, aos açorianos aquilo de que o Sr. Deputado está disposto a prescindir para adequar o nível de receita pública às ações políticas, às medidas e às propostas de governação dos Açores, porque o senhor propõe-se a ser governante dos Açores e portanto governar nos Açores não é aparecer durante 5 minutos e dizer: “conseguimos!”.

Não! Governar os Açores é passar os outros minutos todos a melhorar a vida dos açorianos, a optar por aquilo que se consegue fazer e por aquilo que não se consegue fazer.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Os cinco minutos em que se tiram fotografias, são muito fáceis, Sr. Deputado! Os outros minutos todos em que se trabalha dão muito mais trabalho (passe o pleonasmo).

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ...

Deputado Berto Messias (PS): E o Sr. Deputado Bruno Belo?

Deputado Bruno Belo (PSD): Calma!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não pense que aqui alteramos a ordem das inscrições!

O Orador: Sra. Presidente, espero que me desconte este tempo.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César é verdade que o Governo da República aumentou os impostos. Sabe porquê? Para resgatar o País da bancarrota que o Governo de Sócrates deixou.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Não temos impostos mais baixos na Região porque o Governo Socialista de Carlos César não quis, mas agora vamos ter por influência do PSD-Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Vice-Presidente do Governo, neste Quadro Comunitário de Apoio que vai terminar em pouco tempo, as dezanove câmaras municipais dos

Açores tinham à sua disposição, para realizar investimento público nos respetivos concelhos, 191 milhões de euros.

Por diversas vicissitudes várias Câmaras não podem utilizar integralmente as verbas dos fundos comunitários que tinham à sua disposição.

O Governo Regional ...

Deputado Miguel Costa (PS): De quem é a culpa?

O Orador: Quer falar de qualidade de despesa pública, Sr. Miguel? Os jornais nacionais e internacionais hoje dizem muitas notícias sobre isso.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O Governo Regional prepara-se para ficar com 60 milhões de euros, de 191 milhões de euros que as Câmaras tinham à sua disposição. O Governo Regional prepara-se para ficar com 60 milhões de euros de Fundos Comunitários para investir na Região.

O que lhe pergunto é se esses 60 milhões de euros vão ser investidos nos respetivos concelhos como estava desenhado neste Quadro Comunitário de Apoio, ou seja, se esses concelhos cujas Câmaras não puderam utilizar os seus *plafonds* vão ser prejudicados ou não com o investimento público?

Muito obrigado.

Deputado Miguel Costa (PS): O senhor esquece-se é que a dívida está a aumentar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há uma coisa e eu vou ficar-me por uma pergunta só.

Há uma explicação justa que tem que ser dada aos açorianos.

Por que é que os senhores votaram contra a reposição das transferências para a Região Autónoma dos Açores?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Essa é a pergunta que os senhores têm que fazer, porque nós já percebemos que os senhores concordam na íntegra com o Orçamento de Estado.

Essa é a pergunta: por que é que votaram contra o aumento das transferências para a Região Autónoma dos Açores?

Deputado Berto Messias (PS): É para si, Sr. Deputado Duarte Freitas! Queremos ouvir as suas explicações!

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso não faz parte dos 5 minutos. Os 5 minutos da fotografia já passaram!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, do Sr. Deputado Francisco César fiquei com a certeza que voltava a votar em José Sócrates.

Deputado Francisco César (PS): Não ouvi!

O Orador: Do Sr. Vice-Presidente não fiquei e continuo à espera da sua resposta, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor responda!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu volto a fazer ao Sr. Deputado Bruno Belo a mesma pergunta: Sr. Deputado, o Sr. Deputado referiu que os Açores têm, repito, têm 70% das famílias que vivem com rendimento inferior a 530€.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor responda à questão que lhe colocaram!

O Orador: Com que base, com que dados e de que ano é que o senhor fez essa referência e fez esta análise para justificar o sentido de voto do PSD neste Plano?

Deputado Manuel Pereira (PS): De 95!

O Orador: Segunda questão, Sr. Deputado Bruno Belo: Vou citar-lhe uma frase de Roosevelt: “Grandes mentes discutem ideias; mentes medianas discutem eventos; mentes pequenas, discutem pessoas”.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, nós vamos encerrar para o almoço uma vez que temos ainda muitas inscrições para continuar este debate à tarde.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de dizer os tempos que restam às bancadas e depois agradeça aos líderes e à Sra. Secretária o favor de se aproximarem da Mesa para uma pequena Conferência.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

Secretário: Governo Regional, 206 minutos e 15 segundos;

PS, 227 segundos e 15 segundos;

PSD, 145 minutos e 05 segundos;

CDS-PP, 44 minutos e 30 segundos;

BE, 7 minutos e 15 segundos;

PCP, 10 minutos e 15 segundos

PPM, 15 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pedia então aos líderes e à Sra. Secretária o favor de se aproximarem da Mesa.

Eram 12 horas e 59 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde a todos.

Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Continuamos no período de esclarecimento e debate.

Estava inscrito o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescindi.

Sr. Deputado Francisco César estava inscrito.

Deputado Francisco César (PS): Prescindo.

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Prescindo.

Presidente: Não havendo mais inscrições então vamos passar para as intervenções de tribuna e tem a palavra então, sim, o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Encontramo-nos, uma vez mais, nesta que é a mais relevante instituição representativa do Povo Açoriano, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): A Casa da Autonomia!

O Orador: ... a discutir os principais instrumentos anuais de intervenção macroeconómica - o Plano de Investimentos e o Orçamento para 2015.

Fazemo-lo com a perfeita consciência dos enormes desafios que temos pela frente na gestão das políticas e das finanças públicas regionais; desafios que se

centram na emergência das prioridades de promoção e fomento do emprego, da competitividade empresarial, da qualificação e formação, da coesão territorial, da sustentabilidade energética e ambiental e da inclusão social.

Fazemo-lo na consciência de que nos confrontamos, igualmente, com outros desafios a que temos que dar a melhor resposta: desafios que se prendem com a transparência e com a responsabilidade de estarmos mais próximos dos cidadãos, de estabelecermos uma relação merecedora da sua confiança, ouvindo-os sempre, prestando contas e respondendo aos seus anseios com verdade, na comunicação das nossas ambições, é certo, mas também sempre, mas sempre, das nossas limitações. Essa será a melhor ajuda que poderemos dar à vitalidade da nossa autonomia e da nossa democracia, e o melhor contributo para a dignificação da política e dos políticos em que todos devemos estar empenhados.

Ao Partido Socialista e ao Governo que apoia neste parlamento cabem o comprometimento maior na conceção e condução de políticas públicas que contribuam para a rápida ultrapassagem das dificuldades que nos chegaram e que atormentam pessoas e empresas. Apresentamo-nos, assim, conscientes do trabalho que temos realizado com essa finalidade e que tem contribuído para a inversão de tendência que já se indicia em vários domínios da economia e do emprego. Sabemos, também, – sabemos e queremos! – que esse trabalho seja levado avante com a participação de todos os atores sociais e políticos regionais interessados. Assim acontecendo, todos beneficiaremos, e, sobretudo, aqueles a quem mais devemos esse esforço: os Açorianos.

Cumpramos, pois, o nosso dever. Como sempre dissemos, “A concertação que devemos procurar é a que respeita aos interesses da comunidade que servimos e não à boa imagem de que nos queremos servir”. Por isso, o PS e o Governo estão disponíveis e desejosos que, na discussão destes Plano e Orçamento para 2015, seja possível concertar medidas e, inclusive, introduzir alterações que os melhorem.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Para tal basta a comprovação do mérito dessas propostas e o sentido de responsabilidade que esperamos dos nossos parceiros parlamentares. Mérito e sentido de responsabilidade que não se devem confundir com imprevidência e astúcias mediáticas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Fica claro da parte do PS: para trabalharmos conjuntamente as melhores soluções dizemos “Presente!”; para participarmos em imposturas e simulações mediáticas dizemos “Não, muito obrigado!”.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos momentos históricos e decisivos.

A Europa – nosso espaço político de referência – atravessa uma perigosa encruzilhada. As esperanças de uma nova orientação, para lidar com a estagnação económica e com os perigos da deflação, conflituam com o descrédito gerado por escândalos e por uma divisão persistente entre blocos de países.

O país – em que nos inserimos no plano económico – continua a viver um dos seus mais nefastos ciclos económicos, mantendo uma trajetória de acentuação da dívida pública, que já vai em 131,6% do PIB, e atingindo agora a mais elevada carga fiscal da história de Portugal.

A pequena retoma detetada em alguns indicadores está reconhecida mais como consequência dos falhanços do Governo da República e das decisões contrárias do Tribunal Constitucional, do consumo interno e das políticas de liquidez do BCE, do que influenciada por políticas concretizadas pelo Governo da República.

A orientação do governo central, a pretexto da necessidade de consolidação orçamental, não se tem pautado por um impulso reformista ou por medidas compensatórias, confinando-se praticamente à adoção de políticas de regresso à pobreza, à venda de ativos e à supressão das funções reguladoras e de instrumentos de resguardo do Estado e dos cidadãos. Pior do que tudo isso, para

nós, é a contaminação que essas políticas negativas da administração central provocam na generalidade das empresas e nas regiões mais frágeis ou periféricas do país.

Nos Açores, o Governo da República reincide desresponsabilizando-se indecorosamente de funções que lhe competem, seja nos casos dos serviços de finanças, das prestações sociais, das forças armadas e de segurança, dos pagamentos a serviços regionais, da rádio e televisão públicas, ou da Universidade.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Se é verdade que o país bem se pode queixar da influência negativa de condições e imposições externas, o mesmo se pode dizer no que nos toca, pois sofremos os efeitos simultâneos externos e nacionais. Porém, tal como entendemos que os governantes da República não se devem subordinar com entusiasmo, e até com excesso confessado, às orientações que tanto têm penalizado o país, também devemos procurar, entre nós, uma via açoriana que nos liberte mais cedo da crise que nos chegou ainda que mais tarde. É isso que estamos a fazer, que queremos fazer e que queremos conseguir.

E queremos fazê-lo para defender uma conquista civilizacional que se prende com a decência e com o sentido humanista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não é o discurso do ano passado?

Deputado Bruno Belo (PSD): Está fora de tempo!

O Orador: Não defendemos o laxismo orçamental, mas não defendemos a atrofia social. Não descuramos a nossa solidariedade com as emergências nacionais, mas não prescindimos da autonomia regional. Sempre o fizemos assim, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): “Sempre o fizemos assim!” Isso é para a gente rir!

O Orador: ... quando conseguimos por exemplo que a diferenciação fiscal com o Continente não fosse pura e simplesmente abolida, e continuamos a fazê-lo agora quando exigimos que as transferências financeiras que nos foram espoliadas sejam repostas.

Nestes tempos de transformação devemos, no entanto, exigir de nós próprios a maior ponderação. Nunca devemos hesitar em alterar o que fazemos menos bem ou o que esgotou a sua utilidade no tempo. Quantas vezes o fazemos nas nossas vidas?! Por que então não o devemos fazer estando em causa a vida de todos?!

Importa, por isso, prosseguir, com esse espírito, procurando os resultados económicos prometedores que já vão surgindo, embora ainda frágeis, e agindo, na medida dos meios e possibilidades, para apoiar a atividade empresarial na criação de emprego e na minimização dos efeitos sociais negativos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não era o discurso para o congresso? Enganou-se na pasta!

O Orador: Um Governo não sustenta as empresas, mas consegue influenciar a sua competitividade e facilitar e orientar o seu investimento.

Um Governo não cria emprego, mas deve procurar gerar condições junto das empresas para que este seja criado.

Por isso, entre o momento em que essas medidas são tomadas, como o tem feito o Governo Regional, e o momento em que produzem efeitos há um espaço temporal incontornável em que os resultados menos se fazem sentir, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que nos Açores nunca mais acaba!

O Orador: ... mas no qual devemos estar atentos para minimizar distorções e conter injustiças. Essa é uma atenção que cabe também ao Governo Regional continuar a ter para assegurar a coesão social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem-se visto! Tem-se visto! A Dra. Piedade Lalanda que o diga!

O Orador: É nessa dupla dimensão, económica e social, que se inscrevem os objetivos prioritários das propostas de Plano e de Orçamento que vamos discutir e que vamos aprovar.

Sras. e Srs. Deputados:

Não vivemos numa “Região das maravilhas” e ainda há muitas dificuldades e trabalho a fazer, sobretudo, para baixarmos mais rapidamente o desemprego,

para vermos nascer mais novas empresas e para ajudarmos as famílias que no resto do país são entregues à sorte ou à falta dela.

Somos a favor dessa ambição e dessa vontade de fazer e distinguimo-nos de certa oposição reincidente cuja ambição parece ser a de a tudo se opor e tudo desfazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que sobre famílias deixadas à sua sorte temos tido muitas notícias recentemente!

O Orador: De uma oposição como a do PSD, que nos Açores defende a solidariedade da República mas que dá instruções aos seus Deputados, no Continente, para não votarem a favor desta mesma proposta; de um partido que, nos jornais, reclama pelo aumento da pista da Horta, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... mas que, aquando do parecer no Orçamento de Estado dado por esta Assembleia se abstém de votar a favor; ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fale para os açorianos!

O Orador: ... de um partido que se diz preocupado com os trabalhadores da Base das Lajes, mas que, quando confrontado com uma proposta que estabelece um plano de estímulo por parte do Governo da República para a ilha, não dá o seu voto favorável; ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor deve conhecer a pessoa que dizia “fazia-se”!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... de um partido cujos Deputados na República votam no sentido de reduzir o apoio do Rendimento Social de Inserção ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aliás, o senhor só fala do partido!

O Orador: ... e que, nos Açores, com a maior desfaçatez, apresenta propostas exatamente no sentido contrário.

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso está mesmo a correr mal hoje!

O Orador: Falo-vos de um partido que, apesar de diariamente apregoar um “estado calamitoso” das finanças públicas regionais, vota contra a reposição das

transferências para os Açores que nos tinham sido tiradas em 2013, sem explicar porquê.

Falo-vos de um partido que nos Açores diz que luta com o seu partido lá fora, para diminuir a austeridade que chega aos Açores, mas quando chega a altura, no Orçamento de Estado de mostrar que está ao lado dos Açores e dos açorianos aquilo que faz é votar a favor do Orçamento de Estado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É deste partido, do PSD, tão fingido quanto contraditório, que ouvimos dizer que este Plano de Investimentos e Orçamento para 2015 não apresenta novas soluções.

E que dizer do PSD? Que soluções apresenta?

Soluções para coisa nenhuma!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor só fala do PSD! Se quiser podemos arranjar-lhe uma fichazinha de militante!

O Orador: Sra. Presidente Sras. e Srs. Deputados:

Mais do que nunca, é importante manter e reforçar as políticas de fomento à competitividade, às exportações e ao emprego. Justamente, é esse o principal enfoque do Plano de Investimentos proposto.

Através de programas de requalificação de ativos, – que permitem a milhares de pessoas melhorar as suas qualificações, trabalhando e obtendo um justo rendimento para o sustento das suas famílias, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é um exemplo!

O Orador: ... e também o novo estatuto de benefícios fiscais às empresas que invistam na Região, e, ainda, de um inovador sistema de incentivos ao investimento das empresas, - o programa *Competir* + - decorrente do Programa Operacional para os Açores 2014-2020 – o Governo introduz uma nova abordagem do investimento, que aposta no capital humano, no valor acrescentado e nos resultados.

Não há formação de valor acrescentado, nem de competitividade, muito menos de exportações sustentáveis, sem a efetiva produção de conhecimento aplicado ao meio empresarial. Neste cenário, cabe à Universidade dos Açores um papel muito importante, em parcerias com a sociedade civil, utilizando os generosos sistemas de incentivos disponibilizados pelo Governo para esse fim.

Apesar da importância estratégica das exportações, não podemos negligenciar a realidade de que há 15 vezes mais empresas a produzirem e trabalharem para o mercado interno do que as que o fazem para o exterior. Da mesma maneira que nenhuma economia sobrevive sem exportar, não conhecemos nenhuma economia do primeiro mundo que exista e se desenvolva sem um mercado interno forte e sem inclusão social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essas empresas não têm muitos trabalhadores! Não me parece!

O Orador: Temos pois que agir e decidir tendo isso como referência.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quem critica deve assumir a responsabilidade de apresentar alternativas, de dizer como se resolvem os problemas, de avançar com soluções concretas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor só critica o PSD!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: À entrada para este terceiro ano da Legislatura, das várias iniciativas legislativas apresentadas pelo PSD, algumas evidentemente válidas, nenhuma se dirigiu especificamente ao combate ao desemprego que é o maior desafio dos Açores na atualidade. Nenhuma proposta apresentada no âmbito do emprego.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Há uma!

O Orador: Peço desculpa pelo lapso. De facto, apresentaram uma única, sim senhor: queria o PSD, caindo no mais absoluto ridículo político, por os jovens açorianos a criarem plataformas de exploração de petróleo e a transformarem minérios.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os senhores, retiraram felizmente, ainda que à socapa, a proposta desta Assembleia poupando-nos a todos. Ao ridículo.

Quem, ao longo de mais de dois anos, com o seu misterioso gabinete de estudos, não conseguiu apresentar mais do que isso, e quem agora de olhos fechados avisa que vai votar contra o que houver, pouca credibilidade tem para criticar todas as mais de 80 medidas propostas e implementadas pelo Governo.

À crítica constante, o PS responde estando ao lado das empresas que precisam de medidas para manterem os seus postos de trabalho, para exportarem, para crescerem e para criarem riqueza.

Ao desmerecimento dos resultados, o PS responde com novas soluções para os Açorianos que estão sem emprego e que têm o direito de ter um rendimento que lhes garanta a dignidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É aquela alternativa! A solução!

O Orador: Ao ataque contínuo que os senhores permanentemente nos fazem, o PS responde apresentando políticas inovadoras que permitam elevar os Açores e garantir a sustentabilidade do seu desenvolvimento.

À oposição que valoriza o diálogo sem perder a diferença e que critica sem se desresponsabilizar de propor prestamos a nossa homenagem e reafirmamos a nossa disponibilidade para confluir.

À oposição a tudo e a todos que faz o PSD, nós dizemos que não nos dissuadem de fazer melhor.

Dizemos ao PSD: falem mal de tudo; nós ouviremos com paciência! Votem sempre contra; nós trabalharemos a favor!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o que eu digo! O senhor precisa de uma ficha de inscrição no PSD!

O Orador: Aos açorianos damos uma certeza: cumpriremos a nossa missão, servindo, como sempre a nossa terra, os Açores, e tudo fazendo para defender e apoiar os açorianos!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que já ouvi isto?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Sendo assim para a próxima intervenção de tribuna tem a palavra ao Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores estão mais pobres.

A economia açoriana vive momentos de regressão. Já ninguém nega a situação dramática que existe em termos sociais.

Assiste-se à redução do nível de produção de riqueza. A pobreza alastrou. São atingidos máximos históricos no número de desempregados.

São em número preocupante as pessoas que já só sobrevivem devido ao recurso a apoios sociais.

Deputado André Bradford (PS): Não é o discurso do ano passado?

O Orador: É um tempo de enorme preocupação. As pessoas precisam de respostas. Mas, até aqui, o que temos visto é um governo desfeito em desculpas. Como temos dito vezes sem conta, é tempo de passar às soluções.

Deputado André Bradford (PS): E... Diga algumas!

Deputado Berto Messias (PS): Venham daí essas propostas! Vamos a isso!

O Orador: É delas que os Açores necessitam, sob pena de as gerações futuras de Açorianos serem penalizadas irreversivelmente.

E é essa irreversibilidade iminente que torna este um tempo inadiável para encontrar respostas. É urgente questionar e avaliar as opções adotadas nos últimos anos de governação.

Já alguém deste governo, e da maioria que o apoia, parou para pensar nos motivos que levam a que dos cerca de dois mil desempregados que existiam nos Açores no início deste século XXI se atinjam os números dez vezes superiores de hoje em dia?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Já alguém tomou consciência de que esta anormalidade se deve à incapacidade de o tecido económico açoriano gerar o emprego suficiente, assegurando rendimentos às pessoas e criando a riqueza necessária a uma economia saudável e capaz de melhorar a situação social de todos os Açorianos?

Já alguém teve o bom senso de constatar, depois de quase vinte anos deste modelo socialista de governação, que essa incapacidade não é imputável às empresas e aos empresários açorianos? Que tem apenas a ver com o modelo seguido, com propósitos à vista de todos? Propósitos que têm como principal objetivo a criação de dependências de natureza diversa, onde pontua uma certa forma de utilização de dinheiros públicos que visa assegurar a continuidade no poder pelo poder?

Entre os que governam os Açores há dezoito anos, e de forma particular os que assumem há dois anos as rédeas do poder, já alguém refletiu sobre a estratégia que tem vindo a ser seguida? Não está mais do que visto que é tempo de se começar a pensar nos Açores assentes num modelo que privilegie, essencialmente, a iniciativa dos Açorianos? Um modelo cujo motor esteja centrado na sociedade e não no governo? Um modelo em que a intervenção pública se cinja à criação de condições favoráveis ao exercício da atividade empresarial e que propicie às famílias o acesso, por si próprias, a condições de vida mais favoráveis?

Se alguém pensou nesses termos, nessas duas bancadas, terá sido rapidamente abafado no seu pensamento. Porque, de outra forma, os resultados não seriam desastrosos como os que hoje existem para apresentar.

Como bem sabem e sentem os Açorianos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As famílias desesperam e veem esvaír-se a esperança de que melhores dias virão. Vivem momentos de enorme aflição. O desemprego é uma realidade presente na sociedade açoriana, onde se atinge a taxa mais elevada do país. Bate à porta de inúmeros lares açorianos. A falta de rendimentos associada origina situações dramáticas. Somos confrontados diariamente com a falta de capacidade de muitas famílias em suprir as suas necessidades básicas, situações em que as crianças e os jovens constituem o principal motivo de preocupação.

Os empresários procuram, a todo o custo, motivos para não deixar cair os braços. Tentam passar este momento de dificuldade sem terem necessidade de recorrer a medidas drásticas.

Mas são muitas as empresas que não conseguem furtar-se a decisões muito dolorosas para os seus responsáveis. Vêm-se obrigadas a dispensar colaboradores, o que obviamente fazem em última instância.

Algumas, já nem isso conseguem. Não lhes restou outra alternativa que não a de evoluir para processos de falência. Ainda nos últimos dias se soube da existência de inúmeros pedidos de insolvência. Pedidos que se estendem também a famílias. Umas e outras sem capacidade para solver os seus compromissos. No caso das últimas, ouvia-se há uma semana que, e passo a citar “em outubro deram entrada nos tribunais da Região mais de sessenta pedidos de insolvência”. Fim de citação.

No entanto, do lado de quem governa, assiste-se, por mais um ano, ao bater da mesma tecla. A estratégia subjacente a este orçamento não difere da dos anteriores. Não se pode esperar, conseqüentemente, que não conduza aos resultados a que os anteriores nos conduziram.

E as desculpas já são intoleráveis. Chegam a ser insultuosas.

Certamente que nem tudo tem a ver com opções internas. É uma verdade. Desde logo, o que decorre dos constrangimentos naturais que bem sentimos. Os Açores serão sempre uma região insular afastada mil e muitos quilómetros dos mercados mais próximos. E serão sempre um mercado que se divide em nove porções, com mar pelo meio, que obviamente dificulta as trocas internas. São uma economia dependente que sofre as consequências das convulsões daqueles com quem se estabelecem relações económicas.

Lamentavelmente, para este governo, o mais fácil tem sido desistir e não procurar soluções que possam atenuar esses fatores desfavoráveis. Só que o cansaço nunca pode rimar com política.

Neste, como noutros domínios, só é preciso voltar a existir algo que anda desaparecido: um governo.

É que apresentar como razões de crise aquilo que serve de desculpa é um mero artifício que visa esconder a incapacidade de se criarem soluções que ajudem a vencer os obstáculos lançados pela frente.

Naturalmente que a crise mundial, europeia ou portuguesa têm também culpas no cartório.

Obviamente que a política de austeridade a que foi necessário recorrer perante a bancarrota a que Sócrates conduziu Portugal é penalizante também para os Açores.

Mas tentar imputar culpas exclusivamente a fatores importados, como recorrentemente é feito, designadamente pelo Governo, é desculpa que não colhe. Porque há, evidentemente, fatores que têm limitado uma evolução favorável da economia e da sociedade açorianas que estão apenas localizados nestas nove ilhas. E têm como responsáveis únicos aqueles que governam os Açores.

A esse propósito, líamos há três dias as declarações de alguém com responsabilidades empresariais de importância acrescida.

Deputado Francisco César (PS): Que é isso?

O Orador: Referia que, e passo a citar “já se notam sinais de retoma que ainda não se estão a refletir nos Açores”.

Daí, a pergunta para a qual o governo se furta a dar resposta:

Por que razão a situação vai paulatinamente melhorando no país, enquanto nos Açores se mantêm escassos, ou quase nulos, os motivos de esperança que se podem dar aos Açorianos?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD/Açores, através do seu Presidente, quis aprofundar o conhecimento desta realidade que se tem degradado em permanência.

Deputado André Bradford (PS): Quem é o presidente?

O Orador: Na preparação deste que é o debate parlamentar mais importante do ano, e perante a necessidade de conhecer os problemas de forma ainda mais profunda, partiu para o terreno.

Foi falar com os Açorianos. Quis vir para este debate com o seu sentir. Obteve, em cada um dos dezanove concelhos dos Açores, a percepção de um estado de espírito que tem contornos ajustados aos que foram descritos. E encontrou, também e felizmente, uma “jóia” inestimável: uma grande vontade de “dar a volta”.

Deputado André Bradford (PS): E encontrou o quê?

O Orador: Não encontrou inveja Sr. Deputado! Não encontrou inveja!

Deputado André Bradford (PS): Não?!

O Orador: É essa força mobilizadora dos Açorianos que deveria ser estimulada por quem governa. Infelizmente, tem sido desprezada pelo governo.

E os números são demasiado cruéis.

São o que são. Esclarecedores, desde logo. Ao longo dos próximos dias, e já o começámos a fazer, a preocupante situação a que se chegou será por nós escalpelizada. E constataremos, novamente, que os resultados só podem ter um adjetivo, são lastimáveis.

O preocupante é que são mais do que meros números. São pessoas. E os testemunhos de Açorianos que obtemos no dia a dia, e em particular os obtidos no trabalho desenvolvido nas últimas semanas, não deixam margem para dúvidas.

Cada número é um Açoriano. E em cada um existe uma preocupação. Muitas das vezes, patenteando situações de enorme aflição. Em todas as ilhas. Em cada um dos dezanove concelhos.

E voltamos mais uma vez às desculpas do governo. Os Açorianos dizem que as ouvem. Mas dizem, também, que ficam em total insatisfação. Porque o que anseiam é por medidas que resolvam os seus problemas.

Às desculpas não se associa vontade de governar. Governar é construir soluções. E estas, pura e simplesmente, esfumaram-se.

O orçamento e o plano, que agora estamos a debater, são justamente o terreno propício para esse efeito. Devem ser ajustados aos problemas que vão surgindo. Não sendo a panaceia para todos os males, devem ser um instrumento dinâmico.

Ora é isso que não tem acontecido. E é isso, mais uma vez, que volta a não acontecer.

As opções mantêm-se, integralmente.

Corre-se atrás dos problemas. Remedeia-se a triste situação em que se encontram as famílias açorianas. Não se resolvem as suas dificuldades. Amacia-se. Não se atacam os problemas de forma consistente.

Não se abrem, também, grandes perspectivas às empresas. Algumas até sentem um ligeiro alívio porque lhes vai ser pago aquilo que o governo lhes deve. Há meses, ou até anos. Mas, olhando para o que está previsto, os empresários só dizem, resignados: “do mal o menos”.

Os parceiros sociais já fizeram as contas e chegaram à conclusão que muito do que se encontra inscrito no Plano se destina a pagar opções que já produziram efeitos no passado. Outra parte significativa nem sequer se destina a investir no futuro dos Açores. Limita-se a cobrir o funcionamento do governo. Inclusive com soluções faustosas. Quanto muito, apenas um terço do que se prevê como investimento público, segundo os parceiros sociais, terá impacto na criação de riqueza e emprego.

Falar em grandes valores exige, por isso, que se digam também grandes verdades.

Nunca ninguém duvidou que é muito o dinheiro que o governo tem à disposição. “O maior de sempre” é a ladainha que os Açorianos se habituaram a ouvir.

Deputado José San-Bento (PS): Não é não senhor!

O Orador: Mas é justamente por isso que questionam por que motivo a sua aplicação não se repercute na melhoria das suas condições de vida. Pelo contrário. Quanto mais dinheiro tem havido, maiores têm sido os seus problemas.

Foi interessante, aliás, ver a reação concordante de muitos Açorianos, nos dezanove concelhos dos Açores, ao ouvirem o Presidente do PSD/Açores referir que “de maiores de sempre em maiores de sempre, este governo conduziu os Açores à maior crise de sempre”.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): O líder parlamentar da Madeira tem resposta para isso!

O Orador: Confirmaram, afinal, que dinheiro em bolsa de governo não é sinónimo de felicidade na vida do cidadão. Neste caso, tem sido justamente o oposto.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A dança dos milhões já começou. O discurso de abertura deu o tom. Apostamos que vai continuar com o séquito de seguidores que por aí vem. Da parte bancada do governo e alguns da bancada do partido que o apoia. Outros, nesta última, terão uma postura recatada. Alguns, quem sabe, terão mesmo de ficar calados. Seria esclarecedor ouvir o que têm para nos dizer. Mas compreendemos e saudamos com total respeito quem assim vai ter de estar neste debate.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Isso é um discurso paralelo!

O Orador: Este será mais um ano de reincidência. Nas opções, nos pagamentos do passado e no simples amaciar dos problemas. Não há construção do futuro.

Temos consciência, no entanto, de que há fatores no próximo ano que poderão dar um impulso aos Açores. Notícias vindas de fora no passado recente poderão ser favoráveis e, assim, minimizar os danos decorrentes das opções teimosamente mantidas ano após ano. As que têm conduzido à situação dramática que se está a viver.

Melhor seria, contudo, se as expetativas que se encontram criadas no domínio fiscal ou no domínio das acessibilidades aéreas fossem acompanhadas de um quadro orçamental mais amigo dos Açorianos.

Infelizmente, as opções pararam no tempo.

Pertencem a um governo também ele parado. Acabrunhado. Desanimado.

Embora, já ouvimos esta manhã, pleno de soberba. Com arrogância... quanto baste.

Deputado José San-Bento (PS): Tem de ensaiar mais. Pouca confiança!

O Orador: Já não é possível dar benefício à dúvida.

Obviamente, não acompanharemos um governo que se rendeu.

Porque achamos que os Açorianos podiam ter melhor sorte.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Sendo assim a próxima intervenção de tribuna é do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A propósito do Orçamento de Estado de 2015, o líder do Partido Socialista, António Costa, afirmou que **“não é um partido da oposição que torna bom um orçamento que é mau, ...**

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ah! Ele disse isso?

O Orador: ... e muito menos é possível tornar bom um orçamento que é muito mau”.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ele disse isso?

Deputado André Bradford (PS): Não é o caso, Sr. Deputado!

O Orador: É precisamente essa a situação com que nos vemos confrontados no âmbito da apreciação, discussão e votação do Plano e Orçamento que o Governo Regional apresentou perante esta Câmara. **Trata-se de um Orçamento muito mau que não pode ser transformado num bom orçamento pelas oposições.**

Deputado André Bradford (PS): Por isso o senhor fez 200 propostas de alteração!

O Orador: Não é possível alterar dramaticamente a sua estrutura e os seus pressupostos e também não é possível alterar os condicionalismos que resultam do facto de o partido governamental aqui ter uma maioria absoluta, de obediência incondicional.

Este Governo Regional apresenta a esta Câmara um Orçamento em tudo igual aos exercícios anteriores. O que é diferente é a dotação de cada rubrica, ...

Deputado Francisco César (PS): Se fosse só isso não era mau!

O Orador: ... mas, meus senhores, não é possível levar a sério esse enunciado de intenções. A execução concreta do Plano e do Orçamento é, numa parte significativa do mesmo, completamente diferente do planeado. O Orçamento transformou-se, com este Governo Regional, num mero exercício de retórica.

Este Orçamento é um exercício de continuidade, embrulhado num nada convincente papel de propaganda de cor vermelha. O vermelho não é a cor da revolução. Neste caso, o poder que submete, a ferro e fogo, a sociedade açoriana é o socialismo de estado que aqui vigora. Um poder absoluto que somará vinte anos de governo no final da atual legislatura. Trata-se de um autêntico recorde de longevidade na Europa Ocidental.

A que é que se deve? Ao facto dos Açores possuírem hoje a mais alta taxa de desemprego nacional do país, que cresce ininterruptamente desde o ano 2006? Veja-se que este ano superámos até - pela primeira vez e em qualquer um dos três trimestres conhecidos - a taxa de desemprego da Região Autónoma da Madeira, a tal Região esmagada pela dívida. Não é crível que a população açoriana tenha apreço por um resultado deste tipo.

Deputado Francisco César (PS): O senhor devia ir à Madeira para confirmar isso!

O Orador: O mérito das vitórias eleitorais e dos exercícios orçamentais que se seguem à conquista do poder residirá na obtenção dos piores resultados escolares do país? Também não é crível que assim seja. O segredo da eternização do poder socialista residirá nas escandalosas desigualdades sociais e da miséria que campeia na sociedade açoriana? Não parece que esta seja a resposta.

O que explica a eternização do poder socialista é o domínio, de natureza feudal, que o Partido Socialista introduziu nos Açores. Uma casta de senhores e governantes que se eternizam nos órgãos políticos e em todo o perímetro dirigente da administração regional. Uma casta de privilegiados que manda nisto tudo e que concentra todos os privilégios.

A cor vermelha que embrulha este Orçamento simboliza o sofrimento dos milhares de açorianos que se encontram esmagados pelas políticas desastrosas e de privilégio da casta governante do Partido Socialista. Este Orçamento simboliza a continuação deste estado de coisas. É por isso que o PPM votará contra a eternização da miséria e do poder nas mãos de uns poucos, em detrimento de todos os outros. É por isso que o PPM votará contra as políticas

que nos mantêm na miséria. É por isso que o PPM votará contra o Plano e contra o Orçamento que o Governo Regional aqui apresenta hoje.

E nem me falem de negociação e de acordos! Este Governo Regional não pretende alterar nada, nem negociar nada! O único propósito governamental nesta matéria é silenciar, derrotar e comprometer os incautos que se deixem enganar nesta matéria. Eu, por mim, já tive a minha dose o ano passado.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Nunca mais - oiçam bem - nunca mais o PPM negociará o que quer que seja com este Governo Socialista.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já o Passos Coelho dizia que nunca mais negociaria com José Sócrates!

O Orador: O Governo Regional não cumpriu o compromisso que assumiu com o PPM.

Apresentaremos a nossas propostas de alteração que sinalizam as nossas prioridades na área da educação, dos apoios sociais, da saúde e nos diversos sectores de atividade. Queremos combater o flagelo do desemprego, da miséria e da desigualdade. Por isso vamos apresentar cerca de 170 propostas de alteração que pretendem melhorar um pouco um Plano e Orçamento que é mau e muito penalizador para a sociedade açoriana.

Disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo passo então a palavra, para uma intervenção de tribuna, à Sra. Deputada Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Analizamos o Plano Regional para Ano 2015 numa altura em que se salienta um crescimento de criação de postos de trabalho e uma descida da taxa de desemprego nos Açores.

É de destacar o facto de, no espaço de um ano, 2441 açorianos terem saído do desemprego, o que configura uma descida homóloga da taxa de desemprego de dois pontos percentuais.

De notar, portanto, o esforço que o Governo Regional dos Açores tem feito para melhorar a empregabilidade dos açorianos. Efetivamente o caminho que está a seguir tem dado bons resultados essencialmente nos últimos meses onde se regista uma redução do número de desempregados significativa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que disse isso na CGTP?

A Oradora: De referir, ainda, que nos últimos dois anos cerca de 1850 açorianos passaram a trabalhar em empresas através dos programas de emprego criados na Região, nomeadamente, através do programa Integra, que apoia a inserção no mercado de trabalho, do programa PIIE – (Programa de Incentivo à Inserção) programa de integração no mercado de trabalho nas empresas após o estágio profissional - Estagiar L e Estagiar T e ainda através do CPE - Premium, programa de criação do seu próprio emprego.

Podemos então afirmar que os programas de emprego têm sido um contributo muito importante no combate ao desemprego.

Deputado Bruno Belo (PSD): Então não?

A Oradora: Mas são um contributo não são a etapa final, é o início de um caminho, um caminho que é longo, um caminho que tem de ser reforçado!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Neste Plano verificamos que este caminho é reforçado, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não estava antes?

A Oradora: ... com o aumento do investimento público, com as opções estratégicas e essencialmente com uma nova geração de sistemas de incentivos que muda totalmente o paradigma de apoio às empresas.

No entanto, sendo verdade que se observou uma redução na taxa de desemprego ainda existem muitos açorianos desempregados, ainda existem cerca de 19.000 açorianos para os quais tem de haver uma resposta.

Portanto, este Plano e Orçamento são apresentados numa conjuntura ainda difícil, e, naturalmente, têm como grandes prioridades o fomento e a salvaguarda de emprego e assegurar um conjunto de mecanismos de apoios sociais direcionados àqueles que estão numa situação precária em termos de rendimento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria, depois de ouvir o Vice-Presidente do Governo!

A Oradora: Por isso, são necessárias políticas de estabilização do mercado de trabalho, para continuar o ritmo de crescimento da criação líquida de postos de trabalho suficiente para manter um nível tolerável de desocupação involuntária dos ativos, através de políticas que combinem o estímulo ao investimento empresarial, com adaptação, formação e ajustamento das competências.

Assim, as políticas orçamentais, económicas, financeiras e sociais, nos Açores, para o ano 2015, terão que se articular com os objetivos de desenvolvimento e modernização, com o novo Quadro Comunitário 2014-2020, bem como com um conjunto de medidas de apoio às famílias e às empresas açorianas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao analisarmos os documentos hoje em discussão, verificamos que o Governo Regional dos Açores está empenhado em criar e implementar medidas para colmatar as dificuldades das empresas açorianas.

Verificamos, também, que está, igualmente, empenhado num outro aspeto fundamental que se prende com a criação e manutenção de postos de trabalho, através do reforço de um conjunto de medidas que visam o fomento do

emprego, indo, assim, ao encontro do que são as pretensões dos sindicatos nos Açores.

São exemplo deste esforço o PIIE - Programa de Incentivo à Inserção do ESTAGIAR L e T, para os jovens que ao terminarem a sua formação pretendem entrar no mercado de trabalho.

Para os desempregados inscritos nas Agências para a Qualificação e emprego da Região o programa INTEGRA é reforçado, nas suas duas vertentes – o Integra + e o Integra StartUp.

Para os desempregados que promovam a criação da sua própria empresa há novamente a possibilidade de se candidatarem ao programa CPE – Premium.

Com vista ao aumento da empregabilidade dos desempregados que não auferem subsídio de desemprego, inscritos na Região Autónoma dos Açores, o Plano continua a dispor de vários programas ocupacionais, nomeadamente o programa RECUPERAR.

Outro programa ocupacional, este destinado a um público sensivelmente mais desfavorecido, quer por uma questão etária, quer por uma questão de baixo nível de qualificações, há o programa PROSA, que oferece uma ocupação durante um ano, com possibilidade de prorrogação.

Para os desempregados cuja empregabilidade seja muito baixa, e de forma a combater situações de desfavorecimento destes face ao mercado de emprego, prevê a realização de cursos REATIVAR Tecnológicos, que permitirá proceder à reconversão de ativos para outras áreas económicas, fomentando assim a sua empregabilidade e elevando o seu nível de escolaridade.

Um outro exemplo é o desenvolvimento do programa de formação ABC - Aquisição Básica de Competências, que está a cargo da Rede Valorizar e que, nos últimos dois anos, já formou cerca de 1.800 açorianos com as habilitações académicas mínimas necessárias para entrarem no mercado de trabalho regular.

Com o objetivo de assegurar a estabilidade das famílias açorianas, o Plano prevê a atribuição de prioridade de colocação nos diversos programas de emprego ou em programas formativos aos desempregados inscritos, nos casos em que ambos os cônjuges se encontram nessa situação.

A continuação da medida Agir Agricultura procura colmatar a necessidade de dotar o tecido empresarial açoriano de quadros qualificados naquela área agora alargado a outras ilhas.

Ainda no campo da qualificação, importa salientar que para o ano 2015 o documento continua a dispor do programa FIOS (Formar, Integrar, Ocupar Socialmente), que visa valorizar, qualificar e ocupar beneficiários do Rendimento Social de Inserção-RSI com idade e em condições para trabalharem.

Assim, podemos concluir que os documentos que agora analisamos apontam muitas soluções para a melhoria da empregabilidade, que assentam, e bem, na melhoria da qualificação dos açorianos. Pois, e repito o que disse há mais ou menos dois anos nesta tribuna, não tenhamos dúvidas de que um trabalhador bem formado, qualquer que seja a sua profissão, é um trabalhador mais protegido.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ouviram?

A Oradora: Este objetivo, refletido nos documentos, demonstra que o Governo tem vindo a acompanhar os trabalhadores em situação mais frágil, em virtude da sua baixa qualificação, integrando-os em planos de qualificação como os que exemplificamos.

Por fim, uma referência à preocupação, plasmada no Plano para 2015, com a componente da Inspeção Regional do Trabalho, com a dotação dos meios necessários para que a mesma desenvolva a sua atividade e possa assegurar o cumprimento da legislação do trabalho, salvaguardando os direitos instituídos de quem trabalha e assegurando que essa preocupação seja também uma preocupação qualitativa da salvaguarda desses mesmos direitos, indo assim ao encontro daquilo que são as aspirações das centrais sindicais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh!

Deputado Luís Garcia (PSD): Oh! Quem diria!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os documentos agora em análise apontam para a minimização dos custos da conjuntura externa. Apontam, também, para o rigor, para a promoção do emprego, para a competitividade e para a solidariedade, aspetos fundamentais no período que atravessamos.

Parafraseando um meu camarada de bancada ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual camarada!

A Oradora: ... “é muito difícil para qualquer bancada desta Assembleia votar contra este Plano” ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É a coisa mais fácil do mundo!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: ... porque temos um Plano que reforça as medidas que levam a uma diminuição do desemprego, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Até lhe custou a dizer isso, Sra. Deputada!

A Oradora: ... que reforça as medidas para melhorar os resultados escolares, que continua a investir na rede social e apoia as empresas para que possam promover emprego.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A Sra. Deputada transformou-se numa ortodoxa muito depressa!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, gostaria de dizer-lhe que o Grupo Parlamentar do PS, comunga da preocupação do Governo, quando o Sr. Vice-Presidente diz: “enquanto houver um açoriano involuntariamente desempregado, este é um problema para o qual urge dar resposta”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é lindo!

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso com uma musicazinha de fundo!

Deputado Duarte Freitas (PSD): É a orquestra do Titanic!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É uma questão de fé!

A Oradora: Mas estamos crenes que o Governo Regional dos Açores está no caminho certo para fazer crescer a economia e continuar a baixar o desemprego, gerando mais emprego e melhores salários.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

A Mesa já tem uma.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Deputado Francisco César (PS): Não resistiu, Sr. Deputado!

O Orador: Esta intervenção da Sra. Deputada Graça Silva, faz a reposição do argumentário e dos números que o Governo Regional, aqui hoje, já nos apresentou e que também eles são repetidos de outros anos.

Ao confrontar este argumentário com a realidade somos suscitados a fazer as seguintes questões: é ou não é verdade que durante o mandato deste Governo Regional foram criados 18 empregos nos Açores, mas neste mesmo período caíram no desemprego mais 463 açorianos. É ou não é verdade?

É ou não é verdade que falhou o objetivo de criar anualmente 2 000 postos de trabalho, conforme estava previsto no programa Pro- Emprego?

É ou não é verdade que falhou o objetivo de termos em 2013, 121 000 açorianos a trabalhar?

É ou não é verdade que falhou o objetivo de criar 1 000 postos de trabalho na fileira das florestas? É ou não é verdade?

É ou não é verdade que neste mesmo período em que este Governo Regional está em funções, a taxa de desemprego nacional caiu de 15,8 para 13,1%, que a taxa de desemprego na Madeira baixou de 17,5 para 13% e que nos Açores passou de 15,4 para 15,7?

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores não resistem em ser os embaixadores do Governo da República nos Açores!

O Orador: Se o problema é da crise, se o problema é das medidas do Governo da República, como se explica que no País, na Região Autónoma da Madeira, o desemprego tenha baixado significativamente e que no mesmo período nos Açores tenha subido três décimas.

Deputado Francisco César (PS): Não sabe o porquê ainda?

O Orador: Só há uma resposta possível: ...

Deputado Francisco César (PS): A culpa é nossa!

O Orador: ... a responsabilidade é de quem nos governa, de quem nos governa mal.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas tenho ainda mais perguntas para fazer.

É ou não é verdade que durante o mandato deste Governo Regional, baixou o número de funcionários públicos na Região?

Deputado Berto Messias (PS): Estão a despedir funcionários públicos na República!

O Orador: É ou não é verdade que das 298 vagas que o Governo aqui anunciou, em julho, que ia criar, apenas registamos de julho para setembro mais 16 trabalhadores na administração regional?

É ou não é verdade que a remuneração média mensal de um trabalhador da função pública regional dos Açores é 123€ inferior à remuneração média da administração central? É ou não é verdade?

Nós ouvimos aqui a Sra. Deputada Graça Silva, mas era bom ouvir aqui a senhora sindicalista Graça Silva.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Eu vou aqui avivar a memória da Sra. Deputada.

No dia 2 de maio de 2012 a senhora dizia o seguinte, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Antes das eleições!

O Orador: ... eu vou citar: “com o desemprego a atingir mais de 18 mil açorianos, hoje são mais de 19, e a atingir em primeiro lugar os jovens, mesmo os mais qualificados, o momento que se vive nos Açores é muito preocupante.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora não dizia isso! Não é verdade!

O Orador: Importa referir igualmente as mulheres açorianas como sendo as mais vitimadas pelo desemprego e pela desigualdade perante o emprego ao auferirem não só menores salários como também ao serem as mais afetadas pelo trabalho precário.

A crescente pressão sobre o emprego nos Açores tem causado também o agravamento dos baixos salários.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade ou não?

O Orador: Os trabalhadores açorianos continuam a ser dos que mais baixos salários auferem em todo o País com elevado grau de incidência no salário mínimo”.

E continuava: “o sistema regional de incentivos (que a senhora agora acabou tanto de elogiar, dizia a senhora a maio de 2012, dois ou três meses antes de ter sido convidada para Deputada) ao privilegiar as grandes empresas e projetos em desfavor dos pequenos e médios empreendimentos, o continuado estrangulamento da atividade produtiva, mas também ao nível da indústria e serviços, onde se continua a verificar uma redução da atividade, tem contribuído para o agravamento das condições de vida nos Açores, verificando-se o conseqüente aumento dos fenómenos de pobreza e a exclusão social nos Açores”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai ter que se defender!

O Orador: Sra. Deputada Graça Silva quanto diferente era a sindicalista Graça Silva!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas há ainda mais duas diferenças: é que nessa altura quando a senhora dizia que cresciam, que aumentavam os fenómenos de pobreza e de exclusão social nos Açores, a taxa de desemprego era de 13,9%.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E hoje?

O Orador: Hoje, com 15,7% sobre a coerência e a convicção dos seus argumentos cada um tire a sua conclusão. Eu tirei a minha: há muitos socialistas presos ao seu passado.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Joaquim Machado, relativamente ao facto de ter sido sindicalista e responsável sindical desta Região, durante anos, gostaria de esclarecer o seguinte.

Fui sindicalista, fui coordenadora dos sindicatos desta região, fui porque a CGTP assim quis e porque eu também aceitei.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso explica muita coisa!

A Oradora: Hoje sou Deputada do PS porque o PS convidou-me, porque eu aceitei e porque os açorianos votaram.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, Sr. Deputado Joaquim Machado, eu nada lhe devo o facto de estar aqui, devo sim aos açorianos, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Era o que faltava!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E onde ficam as convicções?

A Oradora: ... mesmo aos trabalhadores açorianos.

Relativamente às suas questões.

Eu acho que o senhor esteve desatento, quer à intervenção do Sr. Vice-Presidente, quer à intervenção dos Deputados do PS que intervieram antes de mim, quer à minha intervenção.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É verdade ou é mentira o que eu disse?

A Oradora: O que nós referimos foi que sim, há um decréscimo no desemprego nos Açores, e não somos nós que dizemos é a estatística.

Ainda o IFP nos últimos resultados que apresentou relativamente ao mês de outubro diz que: “a queda do fluxo de desempregados fez-se sentir em todas as regiões do País com o decréscimo mais elevado a registar na Região autónoma dos Açores”.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Por isso, Sr. Deputado, nós não estamos satisfeitos com os resultados? Não Estamos!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): São os piores do país!

A Oradora: Daí o reforço que o Governo fez para melhorar a empregabilidade dos açorianos neste Plano, quer reforço nos programas de apoio ao emprego, quer no próprio reforço às empresas para que possam criar saudavelmente emprego e assim gerarem riqueza e melhorarem também os rendimentos dos açorianos.

Relativamente, ao número de funcionários públicos.

Gostaria de lembrar-lhe, Sr. Deputado, que foi o seu Governo na República, através dos Orçamentos de Estado, que impôs a redução de funcionários públicos, nomeadamente nas autarquias da Região.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Já lhe digo que as autarquias da Região, os municípios dos Açores, no ano de 2011, tinham 16 053 trabalhadores; para 2013 perderam 10,78% dos trabalhadores que tinham em 2011. Perderam em 2013, 16 053 trabalhadores ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso está mesmo a correr mal!

A Oradora: ... os municípios do País perderam 16 053 trabalhadores relativamente a 2011.

Deputado Luís Maurício (PSD): Ainda não percebi!

A Oradora: Nos Açores os municípios em 2011 tinham 3 269 funcionários e em 2013 têm 3 161 funcionários e perderam estes funcionários não por não necessitarem deles, mas porque os funcionários que se vão aposentando não podem ser substituídos e isso sim, por força de uma lei criada pelo seu Governo na República Portuguesa.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

As minhas perguntas ficaram sem resposta ...

Deputado António Parreira (PS): Não é verdade!

O Orador: ... e isso é a coisa mais natural deste mundo porque a realidade é indesmentível.

Agora, a Sra. Deputada tentou explicar, andou aí muito perdida nos números.

Vou, se me permite, dar-lhe uma ajudinha. Os números que estou a referir da função pública, estou a falar da administração pública regional.

Deputada Berto Messias (PS): Mas também existem!

O Orador: E na administração pública regional, os Açores perderam no mandato deste Governo, 354 funcionários, 2%, ao passo que nos gabinetes dos membros do governo, de dezembro de 2011, para maio de 2014, o crescimento foi de 11,5%.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quantos foram nomeados!

Deputado Berto Messias (PS): Era aí que o senhor queria chegar!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Alguns estiveram lá pouco tempo!

O Orador: Mas há mais: a senhora fica contente com os dados relativos aos inscritos nos centros de emprego.

Julgo que incorre num erro muito grande.

Muito rapidamente, vou dizer-lhe:...

Deputado André Bradford (PS): Quando o senhor foi Subsecretário, quantos o senhor tinha no seu gabinete?

O senhor tinha motorista?!

O Orador: ... em setembro de 2013 a média de inscritos nos centros de emprego nos Açores era de 20 093 açorianos.

Deputado André Bradford (PS): É uma história tão grande!

O Orador: Vou repetir, 20 093.

Em setembro deste ano a média de inscritos nos centros de emprego é de 20 081 pessoas. Doze pessoas de diferença!

Baixou de 2013 para 2014, o número médio de inscritos de emprego, 12 pessoas, depois de consumidos milhões e milhões de euros e de muita propaganda feita à volta dos programas sobre o emprego.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Para o ano têm que nomear mais 15 pessoas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional: Sr. Deputado Joaquim Machado, “a Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, e que às medidas de combate ao desemprego diz respeito, parece estar a ter os primeiros resultados”.

Esta não é uma afirmação minha, é uma afirmação publicada no dia 7 de outubro, do líder dos TSD da Ilha Terceira.

Deputado José Ávila (PS): Isto agora foi muito chato!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor disse “parece”!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições.

Vamos então continuar com as intervenções de tribuna.

Sr. Deputado José San-Bento, para uma intervenção de tribuna tem a palavra.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Subo a esta tribuna para reafirmar uma prioridade política do PS-Açores da maior importância e que tem tradução nas propostas de Plano e Orçamento para 2015 que hoje aqui iniciamos a apreciação.

O PS-Açores reitera e reforça o seu compromisso com todas as nossas nove ilhas em desenvolver políticas de Coesão robustas e ambiciosas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Oh... Oh... Tem sido a olhos vistos!

O Orador: A apreciação do Orçamento para 2015, o ano em que o novo Quadro Comunitário de Apoio arrancará em força, é o momento oportuno para sublinhar que o Governo assegura níveis avultados de investimento público dirigidos ao reforço de políticas de coesão regional.

O Governo interpreta uma verdadeira visão de desenvolvimento regional e de salvaguarda do interesse geral de todas as nossas Ilhas.

O PS não vive rendido à contemplação dos seus sucessos. Apesar do muito que foi feito no passado em termos de políticas de coesão, que permitiram atenuar enormes desigualdades, reconhecemos que ainda persistem algumas assimetrias que são incompatíveis com o nosso projeto de desenvolvimento para os Açores e que por isso têm de continuar a ser corrigidas.

É com orgulho que afirmamos que o que está feito é muito mais do que falta ainda fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não!

O Orador: Muito se fez desde a adesão do País à CEE, em 1986, ao nível da coesão dos Açores. Os Governos do Dr. Mota Amaral, embora condicionados por uma visão assente na tripolaridade, fizeram um trabalho positivo numa primeira abordagem à coesão territorial e social dos Açores.

Porém, só dez anos depois da adesão à CEE é que foi possível mudar de projeto político e iniciar novas políticas de coesão com uma abrangência multipolar.

Foi esta alteração que permitiu avançar de forma inédita e histórica na coesão territorial, social e, mais recentemente, económica dos Açores. Esta nova fase foi marcada pelo planeamento estratégico do investimento público que passou a contemplar intervenções estruturantes em todas as ilhas dos Açores.

O investimento público, que face a 1996 primeiro duplicou e depois triplicou, acentuou o seu papel absolutamente determinante no processo de desenvolvimento regional.

O GPPS regista que o plano de investimentos para 2015 reforça a articulação de políticas de coesão assentes em três dimensões inseparáveis: a territorial, a social e a económica.

A coesão territorial, com impacto principal ao nível das infraestruturas portuárias, aeroportuárias e rodoviárias, está a atingir a conclusão de um ciclo impressionante de investimentos, embora ainda sejam contemplados nos próximos anos investimentos relevantes em infraestruturação do território.

A coesão social, nomeadamente a modernização e expansão da rede escolar, a grande melhoria de equipamentos de Saúde e a construção de uma vasta rede de equipamentos sociais, será reforçada visando consolidar um vasto conjunto de serviços públicos, de valências e de equipamentos sociais que permitirão aproximar padrões de qualidade de vida entre todas as nossas nove ilhas.

A maior inovação do Orçamento para 2015 em matéria de coesão, prende-se com os avanços previstos ao nível de políticas de coesão económica. Após vários anos de medidas de apoio ao investimento privado, com os principais impactos ao nível da indústria agroalimentar, do turismo, dos serviços e do pequeno comércio, e contando com a grande melhoria verificada em anos recentes no domínio dos transportes e comunicações, é agora possível concentrar mais recursos para o reforço do apoio ao investimento privado.

Em 2015, o Governo reforçará medidas de apoio ao investimento privado mas terá como prioridade os fatores de competitividade da atividade económica na Região, em especial nas ilhas de menor dimensão. Este é um claro desafio que se coloca nesta nova fase de programação do investimento público nos Açores. O objetivo passa por discriminar positivamente a competitividade da atividade

económica em ilhas que têm um conjunto de constrangimentos particulares e mais acentuados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são? Quais são?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando é que vai ser?

O Orador: Passará a haver mais apoios públicos onde existe menor capacidade de investimento privado e menor dimensão dos mercados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah! Agora é que vai ser!

O Orador: Para o PS, ao contrário de outros, as políticas de coesão regional devem estar obrigatoriamente subordinadas ao princípio da discriminação positiva como fator de igualdade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É falso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Assumi um passado contra a coesão!

O Orador: Este princípio basilar da política de coesão que é seguido pela União Europeia em relação às Regiões Ultra Periféricas, que foi adotado pelo País em relação aos seus dois arquipélagos, e que até estrutura o nosso sistema eleitoral, foi recentemente rejeitado pelo PSD-Açores.

É lamentável que o PSD, um dos partidos que mais critica a suposta insuficiência de meios das políticas de coesão nos Açores, seja o partido que contesta os 35% do total de investimento público regional previsto para 2015 para a ilha de São Miguel, com a justificação populista desta ser “a maior ilha dos Açores onde vive mais de metade da população”.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Todos os partidos aqui representados neste Parlamento devem ter consciência que perante o esforço de solidariedade das ilhas maiores dos Açores para com as mais pequenas, o PSD tenha defendido na última reunião do Concelho de Ilha “o reforço de verbas para São Miguel”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não existe senhor!

O Orador: Analisando as propostas de alteração já apresentadas pelo PSD conclui-se que as contradições não são apenas entre o que dizem nos Açores e fazem na AR. O PSD chegou ao ponto de dizer uma coisa em São Miguel e afirmar outra aqui no Parlamento dos Açores.

A proposta do PSD não significa apenas a promoção de divisionismos internos anacrónicos que apenas nos enfraquecem enquanto Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que o PSD defende representa a destruição do consenso em torno da nossa Autonomia ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e da discriminação positiva das ilhas mais pequenas no processo de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O PSD passou a defender a programação do investimento público subordinado ao princípio da capitação. Para o PSD, cada ilha deve ter o investimento público proporcional à sua população. Seria o fim da discriminação positiva como fator de igualdade, seria a destruição da política de coesão.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é falso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é mentira! Isso é falso!

O Orador: O PSD defende milhões para as duas ilhas mais populosas e tostões para as outras sete!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Entendamo-nos! De um ponto de vista teórico compreendemos que alguns reclamem mais investimento para as suas ilhas. Vários parceiros sociais seguem este caminho. É legítimo. Porém, para nós, e de um ponto de vista relativo, a distribuição das verbas de investimento pelas diversas ilhas é justa e adequada. As ilhas maiores são solidárias com as menos populosas. É assim que se estrutura um desenvolvimento regional integrado e promotor da coesão entre todas as 9 ilhas e os 19 concelhos.

Ao PS inspira-nos uma visão progressista. Procuramos garantir o investimento necessário a todas as nossas ilhas em vez de canalizarmos quase todos os recursos só para algumas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Nós praticamos internamente a solidariedade que reivindicamos em Lisboa e em Bruxelas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso foi o que os senhores fizeram no Corvo! Meteram no Plano e não executaram!

O Orador: Ao longo dos anos de governação do PS para além dos avultados investimentos públicos que procuraram discriminar positivamente as ilhas mais pequenas e promover a coesão regional, foram instituídas várias medidas de natureza política que permitiram melhorar o financiamento de políticas de integração e de coesão nos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pura propaganda!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais foram?

O Orador: Passo a citar: A Lei de Finanças Regionais (LFR); A adaptação do sistema fiscal nacional;

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pura propaganda!

O Orador: A majoração dos abatimentos à coleta dos lucros reinvestidos; A inscrição do Estatuto de Ultraperiferia no Tratado da União; Os diversos Sistemas de Incentivos; A programação do PRODESA e do QRESA; A criação do Fundo de Coesão e do estatuto das Ilhas de coesão; A instituição da Ilhas de Valor SA;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É só sucesso!

O Orador: A revisão da LFR; o PECA e mais recentemente o programa de incentivos COMPETIR+; são apenas os exemplos mais emblemáticos do muito trabalho realizado.

O plano para 2015 reforça o investimento em 13%, terá um grande impacto na atividade empresarial, na geração de emprego e de ganhos no rendimento das famílias.

É o Orçamento que a Região necessita. É por isso um documento que se impõe perante as dificuldades e os grandes desafios que enfrentamos.

É o orçamento que contrasta absoluto face ao que se verifica a nível nacional, o que torna incompreensível o sentido de voto pré anunciado pelo maior partido da oposição.

O PSD-A é a favor de um mau Orçamento de Estado para o País e para a Região e é contra um bom Orçamento Regional para os Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mais do que um desnorte estamos perante uma insanável incoerência. Mais uma!

Cabe assim ao PS, mais uma vez, garantir a estabilidade e o apoio parlamentar que permitirá aprovar um bom Orçamento Regional para o próximo ano.

Estaremos como sempre à altura das nossas responsabilidades, com os açorianos e pelos Açores.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado Luís Maurício vá lá!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, encerramos assim este ponto e passamos para a intervenção da Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Tem a palavra, Sra. Secretária.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Atravessamos hoje um momento extremamente desafiante, enquanto Região e enquanto país. Os desafios são consideráveis, as dificuldades não podem ser ignoradas e a sua resolução traduz-se num processo árduo e que requer, não poucas vezes, criatividade e a exploração de várias perspetivas.

Mas hoje, mais do que tudo, há um desafio a que temos que ser capazes de responder e esse é o desafio da coesão social. A coesão social é a experiência da segurança coletiva, das expectativas de vida razoavelmente estabilizadas que nos permitem fazer planos e aceitar sacrifícios no presente em nome de um futuro melhor para nós e para os nossos filhos.

Estamos numa situação de profunda erosão social que periga, diariamente, as famílias, os contribuintes, as prestações sociais, o garante de um conjunto de condições básicas mas essenciais a uma vida com dignidade. A nossa experiência de segurança coletiva está em perigo.

Minhas senhoras e meus senhores:

O Governo dos Açores permanece inamovível no seu compromisso, decidido a combater as dificuldades e a ultrapassar os desafios, colocando-se ao lado das Açorianas e dos Açorianos, trabalhando ativamente para atenuar as medidas de austeridade que nos são impostas, reforçando o complemento regional de apoio direto aos idosos, alargando as respostas sociais dirigidas às crianças e às pessoas com necessidades especiais e garantindo o apoio às famílias com menores recursos em termos habitacionais.

O Governo dos Açores mantém-se resolutivo num modelo, único na cooperação institucional a nível nacional, que não só garante a sustentabilidade das respostas sociais de forma equilibrada e transparente, como assegura a manutenção dos postos de trabalho de mais de 4.000 funcionários destas valências em toda a Região.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não assegura nada! É miséria e fome nas famílias açorianas!

A Oradora: O Plano para 2015 prevê, na sua globalidade, um aumento de 17% do financiamento da ação social regional e na continuidade das políticas de habitação, inteiramente dedicado ao combate à pobreza e à exclusão social.

Os dois anos decorridos na presente Legislatura ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Um fracasso!

A Oradora: ... e todo o esforço diário que o Governo Regional coloca, em matéria de Solidariedade Social, na defesa, na proteção e na capacitação das famílias açorianas mais desfavorecidas demonstram a nossa ação e permitem antever que continuaremos a trabalhar com ainda mais empenho, com ainda maior determinação para prosseguir na ajuda àqueles que de nós mais necessitam.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Em matéria de Habitação, temos cumprido com os nossos compromissos.

Cumprimos quando afirmámos no início da presente Legislatura que, no decurso da mesma, iríamos apoiar cerca de 400 de famílias a reabilitar as suas habitações e, em apenas dois anos, já autorizámos quase 450 apoios, diretamente e através do estabelecimento de parcerias.

Cumprimos quando, tendo sido prevista a reabilitação do parque habitacional social da Região, através da intervenção em cerca de meia centena de imóveis, já revimos esta intervenção para melhorar, no mesmo período, as condições habitacionais de mais duas dezenas de habitações do que o inicialmente previsto.

Cumprimos com a atribuição de cerca de uma centena de fogos, em arrendamento, com opção de compra, tendo já lançado os concursos, selecionado as famílias e entregue os fogos, concretizando o desafio lançado para 2014. Uma medida essencial no sentido da autonomização e corresponsabilização das famílias: autonomização dos apoios que não se perpetuam e corresponsabilização na manutenção de um bem que lhes é disponibilizado.

Continuamos a cumprir quando nos comprometemos com a autorização de cerca de 1.300 candidaturas ao Programa Famílias com Futuro, na vertente do Incentivo ao Arrendamento. Já autorizámos um milhar de candidaturas e recebemos, na fase que decorreu em 2014, mais de 500 de novas candidaturas, as quais já estão em análise.

Mas nunca damos o trabalho por terminado e todos os dias lançamos novos desafios.

Pelos resultados já alcançados, garantimos que o plano de investimento na área da Habitação para o ano de 2015 se consubstancia na manutenção da atribuição de apoio às famílias e no contributo para a sustentabilidade do setor da construção civil e do imobiliário através do lançamento de obras públicas, cumprindo-se o desiderato da Carta Regional de Obras Públicas (CROP).

Em 2015, o investimento será canalizado para a continuidade do processo de dinamização do mercado imobiliário através do arrendamento habitacional como suporte à autonomização das famílias Açorianas e para a continuidade da promoção da reabilitação do parque habitacional edificado, melhorando as condições habitacionais.

Em suma, dirigimos os nossos recursos para promoção de políticas habitacionais dirigidas ao combate à exclusão social e reforço da ação na integração e autonomização familiar.

O plano será materializado, essencialmente, através de dois grandes projetos:

O projeto de Promoção de Habitação, Reabilitação e Renovação Urbana, no qual se incluem os apoios à aquisição, construção, alteração, ampliação e reabilitação de habitação própria permanente, e a requalificação do parque habitacional social da Região, com uma dotação afeta na ordem dos 7,490 milhões de euros.

E o projeto de Arrendamento Social e Cooperação, onde se integram, por exemplo, o Programa Famílias com Futuro, nas vertentes da Grave Carência Habitacional e Incentivo ao Arrendamento, e a Cooperação com os Municípios no âmbito do Programa de Realojamento. Com uma dotação de 13,5 milhões de

euros, este projeto regista um reforço de quase 9%, face à dotação inicial do ano de 2014.

O valor do plano de investimento para o ano de 2015, na área da Habitação, que ascende a 21,163 milhões de euros, garante que o Governo Regional continuará a apoiar mais de 3.300 famílias, permitindo e garantindo o acesso a habitação permanente nas desejáveis condições de segurança, higiene e conforto.

Deste universo, cerca de 1.300 agregados correspondem a famílias realojadas por diversos municípios dos Açores, a quem, através dos contratos de parceria entre a administração regional e a administração local, vulgarmente conhecidos por contratos ARAAL, o Governo Regional assegura o financiamento do serviço da dívida, correspondendo a um investimento anual de cerca de 1,7 milhões de euros.

Os restantes dois milhares de agregados familiares são apoiados diretamente pela Região, através do Programa Famílias com Futuro, quer pelo apoio à renda, no âmbito do incentivo ao arrendamento, quer pela via do realojamento no parque habitacional da Região.

No primeiro caso, o apoio atribuído pelo Executivo Açoriano ascende a cerca de 50% do valor da renda. No caso do realojamento, as famílias suportam, em média, 11,5% do preço técnico da renda. Significa isto que, por mês, estas famílias têm um apoio público de 308.029€, ou seja, mais de 3,6 milhões de euros por ano.

O programa Famílias com Futuro é, portanto, um importante instrumento de apoio ao rendimento das famílias, sobretudo das mais fragilizadas, beneficiando especialmente os agregados familiares numerosos, com dependentes a seu cargo, as famílias monoparentais e as que integrem elementos portadores de deficiência.

Continuaremos o nosso trabalho com as famílias inquilinas da Região, promovendo as respostas integradas entre os diversos departamentos do Governo Regional com responsabilidade social, e que sejam catalisadoras do processo de mudança, de autonomização e de compromisso com o seu contínuo

processo de inserção social, pela via da educação, da formação profissional e do trabalho.

E já que falamos de autonomização pela formação profissional e pelo trabalho, destacamos as várias dezenas de milhar de metros quadrados de terrenos e lotes cedidos pela Região a autarquias locais e a instituições de solidariedade social, com o objetivo de serem desenvolvidas hortas comunitárias e pedagógicas.

Um exemplo de articulação entre diferentes departamentos do Governo Regional e de parceria com entidades locais que tem permitido encontrar, nas localidades, os potenciais que permitem dar resposta às necessidades sentidas pelas suas populações.

Uma estratégia que conjuga a promoção do desenvolvimento local com um recurso de apoio de emergência às famílias em contexto de crise para fazer face a necessidades básicas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não há crise nos Açores!

A Oradora: ... mas também uma estratégia de desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais que promovam a autonomização também pela via da empregabilidade.

Queremos capacitar os Açorianos para a construção do seu futuro.

Em 2015, e considerando o reforço da dotação financeira afeta ao Programa Famílias com Futuro na ordem dos 13%, daremos continuidade a uma medida implementada em 2014, ou seja, de lançar novos concursos públicos para arrendamento com opção de compra, disponibilizando-se um pacote até 80 fogos.

Durante o ano de 2015 continuaremos a apostar na recuperação e requalificação do parque habitacional público e privado.

No que concerne à reabilitação e requalificação do parque habitacional da Região, manteremos a concretização da Carta Regional do Obras Públicas, onde estão previstas cerca de três dezenas de obras, algumas já lançadas e com execução em curso e outras alvo de novos procedimentos no ano económico de 2015, correspondendo a um investimento de cerca de dois milhões de euros.

Para as famílias, quer pela via direta, ou através de parcerias, estimamos autorizar, aproximadamente, duas centenas de candidaturas.

São duas medidas que respondem, claramente, às necessidades das famílias e das empresas açorianas, permitindo melhorar as condições habitacionais das primeiras e contribuir para a viabilização dos projetos empresariais das segundas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Plenamente consciente da necessidade de adaptação aos novos contextos socioeconómicos e demográficos, o Governo dos Açores tem pautado por desenvolver o seu trabalho adaptado às necessidades sociais.

O trabalho social nos Açores tem sido, de há alguns anos a esta parte, motor de arranque para muitas medidas que vieram, mais tarde, a ser adotadas no continente nacional. Este trabalho foi, e continua a ser, realizado de forma intensa na Região.

As equipas técnicas de carácter multidisciplinar conhecem agregados com quem trabalham pelo nome. Esta proximidade permite que, nos Açores, um utente em situação de carência seja sempre atendido e que, no próprio dia, lhe seja assegurado o apoio que possa precisar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que os senhores cortaram!

A Oradora: A solidariedade, sabemo-lo, não pode esperar.

O trabalho que tem sido desenvolvido, sempre num processo inclusivo e de cooperação com as várias entidades, tem trazido à Região respostas sociais inovadoras e abrangentes, nomeadamente no âmbito da luta contra a violência doméstica e de género, como o programa Contigo, projeto de referência a nível nacional e a nível europeu como exemplo de boas práticas na intervenção junto das vítimas e de agressores em contextos de Violência Doméstica.

Ou ainda o programa Impacto, que trabalha com crianças e jovens que habitem em contextos de violência conjugal.

Ainda na passada semana, foi apresentado o II Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, em coordenação com dezenas de

instituições por toda a Região e que vigorará durante os próximos quatro anos, cumprindo com um compromisso assumido no início da Legislatura e tornado possível com um reforço de cerca de 14% das verbas destinadas a esta área.

Mas 2015 continuará a trazer respostas diferenciadas a questões prementes.

Implementaremos o Programa de Avaliação e Reconfiguração Institucional de Acolhimento (PAAJ), desenvolvido em parceria com a Universidade de Coimbra, para crianças e jovens na Região, instrumento que servirá de base à eventual reestruturação do sistema de acolhimento para crianças de 12 ou mais anos e para crianças com graves problemas comportamentais e socio-afetivos.

Mas é importante referir que o Governo Regional não está sozinho na operacionalização deste trabalho, antes pelo contrário. Tem sido sempre muito bem acompanhado num esforço permanente de cooperação e otimização dos recursos disponíveis.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social são parceiras incansáveis nesta função social, bem como as Misericórdias, gigantes motores sociais já desde há vários séculos.

Hoje, o Governo Regional dos Açores conta com a colaboração de 230 IPSS na Região, que asseguram 689 valências especializadas, num esforço de descentralização que levou os diferentes apoios sociais a todas as ilhas numa política de proximidade, permitindo assegurar que a capacidade instalada, na grande maioria das valências, se situe acima da taxa mínima de cobertura estabelecida internacionalmente.

Assim, num esforço concertado de promoção da coesão social e adaptado à realidade demográfica das nossas ilhas, o Plano vê reforçadas as verbas afetas à comunidade sénior em 2%, permitindo não só a manutenção dos compromissos assumidos desde o início da legislatura com o reforço dos rendimentos disponíveis, nomeadamente através do Complemento Regional de Pensão ou do COMPAMID, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande medida essa do COMPAMID!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não!

A Oradora: ... mas também o alargamento da rede de respostas disponíveis e de forma diferenciada, como é o caso dos centros de dia nas Cinco Ribeiras, Doze Ribeiras, Maia e Bretanha, a iniciar no próximo ano.

2015 será também o ano em que se implementará o Plano Regional de Apoio ao Cuidador Informal de Idosos e Pessoas Dependentes, que visa, já no primeiro trimestre do próximo ano, o acesso e a disponibilização de informação e formação, apoio psicossocial, suporte psicológico e medidas que promovam o descanso do Cuidador, medida também ela prevista no Programa deste Governo.

Queremos cuidar de quem cuida.

A área da Infância e Juventude também vê reforçada a sua verba face a 2014 em mais de 14%. São mais de quatro milhões de euros que nos permitirão continuar a apostar na requalificação das respostas disponíveis e na melhoria das metodologias de intervenção no âmbito da prevenção, promoção e proteção das crianças e jovens, como é o caso do Programa Conecta, que trabalha com famílias com adolescentes em conflito.

Permitir-nos-á ainda avançar com respostas importantes e necessárias um pouco por toda a Região, desde a construção de duas creches em Ponta Delgada, uma creche no Nordeste e ainda à reabilitação da creche O Castelinho, na Horta.

Uma das áreas consideradas prioritárias e alvo de um reforço muitíssimo substancial, revelando a prioridade dada pelo Governo dos Açores e em estrito cumprimento dos compromissos assumidos há dois anos, é a dos públicos com necessidades especiais.

Falamos de quase três milhões de euros que permitirão continuar a apoiar o trabalho valioso das várias IPSS nesta área e os investimentos já iniciados, como o lar residencial da Seara do Trigo, a adaptação de um edifício para instalação do Centro de Apoio à Deficiência, bem como prosseguir com novos investimentos como será o caso da adaptação do espaço sede da Associação de Paralisia Cerebral de S. Miguel.

Em matéria de políticas direcionadas à Família, Comunidade e Serviços prevemos um investimento de 12,9 milhões de euros, um crescimento de 13%

que nos permitirá continuar a reforçar o suporte económico e social às pessoas e famílias, mas que também tornará possível o investimento na criação, melhoria e apetrechamento de estruturas comunitárias de apoio ao cidadão e à família, em especial os sem-abrigo, como a remodelação do Edifício Abrigo Amigo ou a construção do Centro de Acolhimento Temporário para Sem-Abrigo em São Miguel, prevista para 2015.

O incremento desta verba tornará ainda possível a implementação da Rede Regional de Polos de Desenvolvimento Local e Coesão Social, no cumprimento de um compromisso estratégico e fundamental para potencialização dos recursos já existentes, numa resposta descentralizada, de proximidade e em estreita cooperação com a própria população na definição daquelas que são as suas necessidades.

Minhas senhoras e meus senhores:

O trabalho no âmbito da Solidariedade Social deve ser entendido como um conjunto de medidas de política social ativa, que impulsiona o trabalho de parceria alargada para o desenvolvimento social da Região.

Desempenha um papel relevante na promoção da coesão social e bem-estar das populações, na medida em que contribui para uma consciência coletiva dos problemas sociais, para a otimização dos recursos de intervenção ao nível das ilhas, dos concelhos e das freguesias e para a ativação das respostas necessárias. No entanto, a intervenção social está intrinsecamente ligada a outras dimensões da governação, tais como o ordenamento do território e urbanismo, a economia e o mercado de trabalho, o ambiente e a saúde, a educação e a formação ao longo da vida, a cultura e o lazer, a mobilidade e os transportes.

Nesta visão integrada do desenvolvimento local, a concertação entre todas as partes interessadas e a articulação dos diversos instrumentos de planeamento local são elementos imprescindíveis para uma boa governação.

Juntos, no respeito pelas competências e obrigações de cada uma das partes, será seguramente mais fácil respondermos aos desafios que os tempos nos colocam, enquanto sociedade que queremos inclusiva e socialmente justa.

É importante fazer chegar ao maior número de cidadãos em situação de carência os recursos que temos disponíveis. Mais importante ainda é que o faça no respeito pela dignidade de cada pessoa, cada família, cada caso a que pretendemos acudir.

E em nenhuma circunstância o Governo dos Açores abandonará a sua ambição de construir uma Região Autónoma mais justa, solidária e socialmente saudável.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

A mesa já tem duas inscrições, no entanto agradeço que se inscrevam.

Passo a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional: Senhora Secretária Regional da Solidariedade.

O Plano e Orçamento para 2015 tem duas diferenças na área social em relação ao ano que agora finda.

A primeira diferença é V. Exa., já que este é o seu primeiro Plano e Orçamento nesta legislatura.

A segunda diferença é a de que tudo piorou. Estamos pior, os açorianos estão pior; vivem com mais dificuldades.

O Plano e Orçamento para o próximo ano é, por isso, muito igual ao deste. O mesmo que por sua vez já era muito parecido com o de 2013.

Em bom rigor, os planos socialistas na área social mudam de quatro em quatro anos coincidindo com as eleições. Há eleições distribui-se mais dinheiro. Não há eleições poupa-se nos pobres para depois distribuir nos anos eleitorais.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou seja, este é mais um plano falhado de um governo regional que desistiu de combater a pobreza. Que desistiu de ajudar os dois terços de agregados familiares dos Açores que vivem com menos de 530 euros mensais.

Que se sente conformado por sete por cento da população necessitar de Rendimento Social de inserção e que nada faz para ajudar estes açorianos a sair da situação de fragilidade em que se encontra.

Um governo que cria complementos para funcionários públicos que recebem até dois mil euros mensais e que se recusa a aumentar o complemento ao abono de família é um governo que não respeita as dificuldades das pessoas; que prefere retirar aos açorianos mais 43 milhões de euros em impostos.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Ao governo regional, e acreditando no discurso oficial, não tem faltado dinheiro, estabilidade política, confortáveis maiorias absolutas para determinar tudo.

Por isso, quando tudo falha, a conclusão só pode ser uma: falta competência ao governo regional para ajudar os Açores a abandonar a liderança dos piores indicadores sociais do país.

Os Açores lideram no desemprego, na pobreza, no abandono precoce da escola, nos alunos a necessitar de apoio social e esperava-se que, com uma nova titular na pasta da solidariedade, o Partido Socialista e o Governo fizessem uma inversão de políticas que, pelo menos, perspetivasse uma alteração desta realidade.

É sabido que o risco de pobreza nas crianças e jovens é muito superior comparativamente com os restantes escalões etários, e este Governo corta na ação social escolar e corta no complemento de abono de família sendo já o terceiro ano a que não procede a qualquer aumento neste apoio social.

Mais do que palavras e declarações de intenções, a que estamos muito habituados por parte dos Governos do PS, a solidariedade Social nos Açores precisa que a falta de recursos e a necessidade de apoios sociais deixem de vez de ser vistas pelo Governo como assunto eleitoral!

Disse.

Deputada Judite Parreira e Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

As Representações Parlamentares, como sabem, estão amordaçadas no debate do Plano e Orçamento.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, chama-se Democracia!

O Orador: Apenas temos quinze minutos para discutir na generalidade as várias intervenções dos Membros do Governo e dos Deputados do PS.

Isso significa que temos muito pouco espaço para podermos apresentar as nossas críticas, mas devo dizer que não podia deixar de fazer aqui nesta área uma intervenção, quando acabo de verificar que a Sra. Secretária Andreia Cardoso, aparece nesta câmara com uma intervenção burocrática, desanimada e de negação em relação à emergência social que os Açores estão a enfrentar.

Eu não podia ficar sentado neste lugar sem dizer-lhe que as suas políticas, as políticas deste Governo Regional são um falhanço absolutamente incrível dadas as dificuldades que a nossa população está a passar e nem por um momento eu verifiquei que a Sra. Secretária reconhecia a situação de emergência social que nós estamos a passar e as dificuldades enormes que grande parte das famílias açorianas está a enfrentar.

A primeira coisa de um Governo que quer enfrentar uma questão com toda a energia, com toda a determinação, é reconhecer que esse problema existe e a Sra. Secretária não o fez nesta câmara.

Por isso, o que eu lhe solicito Sra. Secretária é a si e ao Governo Regional, uma mudança de atitude, uma mudança de atitude e de políticas em que se privilegie os mais desfavorecidos e em que se criem novas estratégias para enfrentar as dificuldades de tantos nos nossos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Cecília Pavão tem agora a palavra.

Deputada Cecília Pavão (PS): Sra. Presidente, ...

(Diálogo entre os Deputados Paulo Estêvão e Berto Messias)

Presidente: Vamos permitir que a Sra. Deputada Cecília Pavão inicie a sua intervenção.

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Eu queria em primeiro lugar saudar esta câmara e relevar que o Sr. Deputado João Bruto da costa foi um bocado injusto e o Sr. Deputado Paulo Estêvão precisa de acalmar-se um bocadinho, se faz favor.

Muito obrigada.

As medidas que aqui analisamos, no âmbito das políticas de solidariedade social na Região Autónoma dos Açores para o próximo ano, remetem-nos necessariamente para a esfera humana, para a sua dignidade e para a sua cidadania.

Estamos em presença de medidas transversais a todas as dimensões da vida. É portanto um trabalho contínuo, que vem dos governos passados e terá forçosamente que perdurar e se redescobrir continuamente, conforme as conjunturas que se nos vão apresentando.

(Diálogo entre os Deputados Artur Lima e Berto Messias)

A Oradora: Sra. Presidente, assim não é possível.

Presidente: Sra. Deputada, pode continuar.

A Oradora: É inegável, e estou certa que esta Câmara, as açorianas e os açorianos o reconhecem, o mérito do que se faz em matéria de solidariedade social: ao nível do auxílio económico às famílias com mais dificuldades, ao

nível do apoio à infância, à juventude, aos cidadãos com necessidades especiais e à velhice; ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): À velhice, não! Terceira idade!

A Oradora: ... e ainda ao nível do esforço de combate à toxicod dependência, à violência, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é conversa!

A Oradora: ... à discriminação, Sr. Deputado, ao abandono e à exclusão.

É inegável Sr. Deputado!

Ao nível de equipamentos sociais, os Açores foram exemplares quer no concerne à qualidade, quer à boa aplicação dos dinheiros públicos.

No âmbito das políticas aplicadas cabe-me, e permitir-me-ão as Senhoras e os Senhores Deputados, enaltecer a articulação e a excelente cooperação entre todos os agentes sociais, eu repito, entre todos os agentes sociais, que intervêm neste campo: o Governo Regional, as famílias e a comunidade.

Permitir-me-ão igualmente sublinhar o valor das IPSS (s) da Região Autónoma dos Açores, de Santa Maria ao Corvo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A quem os senhores cortaram o apoio!

A Oradora: São estes parceiros que têm a maior proximidade às pessoas, que lhes conhecem os nomes, os laços de parentesco, os afetos, os problemas, os anseios e as legítimas expetativas.

São as IPSS (s) – em estreita colaboração com os Técnicos de Ação Social Local, as autarquias e outras entidades de âmbito local, que dão corpo às políticas públicas que visam sempre a inclusão e a materialização da cidadania.

As IPSS (s), em articulação com o Governo Regional, contribuem com mais de 93% de serviços destinados às necessidades das famílias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a ver o que acontece quando cortam apoios às IPSS?

A Oradora: Convém aqui lembrar ...

Se me permite, Sr. Deputado, eu não o interrompi.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu não a interrompi, fiz um aparte!

A Oradora: ... que há ainda uma vasta área de entreajudas que não raras vezes nos escapam. No terreno, conjugam-se sinergias. As entidades contactam entre si, apoiam-se mutuamente com os recursos de que dispõem, de forma desinteressada e anónima. Vamos cuidando e acudindo aos nossos mais próximos, solucionando problemas pontuais de forma generosa, o que é, a todos os níveis, louvável.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a fazer caridade?

A Oradora: Fazedora de uma sociedade-providência forte, através da sua capacidade de desenvolvimento de redes informais de auxílio, a sociedade açoriana dá agora o exemplo de se constituir num tecido social que sabe articular o bem-estar prestado pelo Governo Regional, pelas famílias e pela comunidade.

Quero com isto relevar que a atual crise económica e financeira – para a qual os Açores não contribuíram e que nos afeta sobremaneira – aguçou-nos o engenho e a arte ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Contribuíram de forma indireta!

A Oradora: ... para o aprofundamento do modelo social açoriano, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Deste? Está a falar deste?

A Oradora: ... modelo social açoriano, Sr. Deputado – já registado e elogiado – em que se trabalha quotidianamente para o bem-estar social dos cidadãos destas ilhas.

Deputados Manuel Pereira e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o meu ânimo e a minha determinação não se medem em decibéis.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

A Oradora: O meu ânimo e a minha determinação medem-se todos os dias na capacidade de trabalho e no empenho que coloco na resolução dos problemas que se colocam às açorianas e açorianos.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sr. Deputado Paulo Estêvão, queria ainda, já que pelos vistos ou não estava na sala ou não prestou atenção aos primeiros três parágrafos da minha intervenção, reler um deles: “Estamos numa situação de profunda erosão social que periga diariamente as famílias, os contribuintes, as prestações sociais, o garante de um conjunto de condições básicas mas essenciais a uma vida com dignidade.

A nossa experiência de segurança coletiva está em perigo”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Devido a políticas erradas!

A Oradora: Onde é que eu não vivo a realidade social dos Açores? Onde é que o Governo não assume a situação social nos Açores?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Sr. Deputado João Bruto da Costa, queria apenas colocá-lo perante duas questões.

A primeira: como é que eu posso medir a inovação das propostas do Grupo Parlamentar do PSD, em matéria de solidariedade social, quando vejo réplicas, cópias de medidas adotadas pelos Governos Socialistas, designadamente do Governo de António Guterres e José Sócrates?

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Onde é que eu enquadro a intervenção do Sr. Deputado Bruto da Costa, em termos de prestações sociais, quando a nível nacional, é bem sabido, o percurso que tem sido feito pelo Governo da República, nos cortes às

prestações sociais, quando por contraponto o Governo Regional ou mantém ou aumenta os complementos dirigidos às crianças e à população idosa desta Região?

Sr. Deputado Bruto da Costa, vou dizer-lhe, já foi aqui referenciado agora, pelos vistos está na moda falar num referencial de 530€, aliás, repescado da sua intervenção do ano passado, mas mantida quente, pelos vistos, durante o corrente ano.

Um referencial que como o senhor bem sabe é incorreto ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não mudou!

A Oradora: Não. Não. É incorreto. Veja por favor as tabelas de IRS em que se baseou e não há nenhum limite de 530€. Portanto, não há dois terços da população açoriana a viver no dito limite a que o senhor faz referência.

(Apartes inaudíveis).

A Oradora: Eu penso que é essencial, é determinante que quando abordamos um Plano para 2015, não tomemos como referência uma situação social de 2012, Sr. Deputado. Vivemos 2014 e estamos a perspetivar 2015.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É pior!

A Oradora: Agradeço aos Srs. Deputados a atenção e cá estaremos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Sr. Deputado Domingos Cunha tem agora a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Quero em nome do grupo Parlamentar do PS reafirmar aquilo que já a Sra. Secretária agora disse, que de facto nós reconhecemos que as nossas famílias, os nossos cidadãos, ainda passam por situações que carecem de uma ação específica direcionada pelo Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade!

O Orador: É isso que o Governo do PS tem vindo a fazer nos últimos anos, mantém neste Plano e Orçamento e vai continuar a fazer, sempre, sempre para minorar os impactos que as nossas famílias e os nossos cidadãos sofrem das medidas que o Governo da República tem implementado sobre esta matéria...

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa era escusada!

O Orador: Queremos reafirmar que o Governo do PS tem, como sempre, políticas de apoio às famílias que vão até ao limite dos nossos recursos e até ao limite das nossas competências.

O Governo e o Grupo Parlamentar do PS assim o fará no presente, como o fará no futuro.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: As evidências destas políticas estão no Plano e Orçamento que hoje aqui se discute e se apresenta. É indiscutível!

Há um aumento significativo no Plano para a área social e como tal só demonstra que o Governo está preocupado em encontrar as melhores soluções de apoio aos cidadãos e às famílias de maior vulnerabilidade.

Mas, Sr. Deputado João Costa, eu estava a ouvi-lo com atenção e se me perdoa eu fiquei sem saber se estava a falar da Assembleia da República, se da Assembleia Regional.

(Risos do Deputado José Ávila)

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Era da República, de certeza!

O Orador: O senhor disse que a situação era tão má, tão má na Região, tudo era pior e que se poupava nos pobres.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não menti!

O Orador: Sr. Deputado, o senhor por acaso conhece o relatório do INE, que foi publicado dia no 16 de outubro sobre o rendimento e condição de vida em 2013, da população portuguesa? Conhece?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Conheço se calhar melhor!

O Orador: O Sr. Deputado, por acaso conhece ou sabe qual é a característica das nossas famílias na Região e a sua constituição? Conhece?

O Sr. Deputado, por acaso conhece qual é o risco de pobreza que atinge a população açoriana neste momento? Conhece e sabe?

Deputado José Ávila (PS): Não sabe! Isso não vem nos jornais! É do INE!

O Orador: Se sabe diga-o nesta câmara e diga como quer defender a sua proposta.

Deputado António Parreira (PS): Só tem aquele papel. Não tem mais nada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não fui eu que o disse!

O Orador: Se o disser clara e abertamente estaremos aqui para o reconhecer. Se não o disser lançaremos um desafio a seguir.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sra. Secretária, queria apenas fazer-lhe uma questão: saber se a Sra. Secretária concorda com quem defende, em relação ao financiamento das IPSS e de Misericórdias, a necessidade de revisão do modelo, a introdução de indicadores de diferenciação, que justifiquem a majoração dos apoios, tais como: a distância geográfica, o nível de dependência dos utentes, a existência de crianças em creches ou em jardim de infância portadores de necessidades educativas sociais e outros?

Também, quem considera que é responsabilidade do Governo Regional, assumir os custos com as diuturnidades e progressões de carreira?

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Mas não respondeu a nada?

Deputado António Parreira (PS): Não lhe convém!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Não Sra. Secretária, o seu ânimo, o seu sucesso medem-se pelas dificuldades que a população açoriana está a passar e que os senhores não têm resolvido, a falta de capacidade de resposta que os senhores têm demonstrado ao longo de todo este percurso.

Eu quero lembrar-lhe que os governos da responsabilidade do PS governam esta Região há dezoito anos e quem aqui nos trouxe foi Vs. Exas..

Não vale encontrar desculpas no governo nacional e não vale encontrar desculpas em relação à nossa insularidade.

Eu conheço muitas realidades insulares que são regiões ou países ricos e o nosso autogoverno não lhe permite que a Sra. Secretária e esse Governo se responsabilizem, se refugiem na questão nacional.

Então, para que é que existe autogoverno e qual é a responsabilidade do Governo Regional na condução das questões políticas de interesse público e de interesse social?

O que lhe quero dizer é que se nós aqui estamos, é em grande parte, devido à vossa governação, aos problemas sociais que os senhores não resolveram, às questões sociais que os senhores eternizaram, às questões do ponto de vista educativo, do ponto de vista das desigualdades, da falta de oportunidades que os senhores eternizaram ao longo destes dezoito anos.

Não ponha a culpa nos outros. Reconheça a sua responsabilidade e reconheça que está a trilhar o mesmo caminho da sua antecessora e por alguma razão ela já não está aí e a senhora substituiu-a.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

No que toca à questão colocada pelo Sr. Deputado Bruto da Costa, eu penso que essa questão já foi respondida por mim, penso que na primeira intervenção que

tive aqui nesta Assembleia, há uns meses atrás, penso que no mês de julho, quando questionada exatamente a propósito da continuidade deste modelo de financiamento às IPSS.

Portanto, na altura respondi, desde logo que, este é um modelo para continuar, sendo certo que o Governo ia diligenciar junto das IPSS e Misericórdias ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Perguntei se concordava com a afirmação que eu fiz!

A Oradora: ... no sentido de convocá-las a perceber e entender que caminho deveríamos, em conjunto tomar, no sentido de diferenciar o valor padrão em função do grau de dependência dos idosos nos lares e nos serviços de apoio ao domicílio em função dos serviços prestados.

Esse trabalho está a ser feito por uma estrutura de missão que foi criada e que já reuniu com mais de 90% das instituições que tem lares e serviços de apoio ao domicílio, sendo que uma das questões a que fez referência, que é a questão das distâncias, nem foi uma questão muito focada, ou mesmo foi muito pouco focada pelas instituições, mas naturalmente será devidamente enquadrada por aquilo que é o objeto de trabalho desta equipa de missão.

Sr. Deputado Paulo Estêvão quanto ao refúgio nas questões nacionais.

Eu penso que as duas referências que tenho ao território nacional na intervenção que proferi, têm exatamente a ver com o inverso, ou seja, naquilo que são os nossos bons exemplos seguidos pelo território nacional e não o inverso. Não me refugiou em absolutamente nada...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A senhora não anda na rua? Não vê a miséria! Não vê os agricultores, os pescadores, as necessidades que passam? Os sem-abrigo sobretudo!

A Oradora: ... reconhecemos as nossas responsabilidades, sabemos qual o contexto social em que vivemos e trabalhamos todos os dias.

Trabalhamos numa rede de enorme proximidade entre os cidadãos e as estruturas da segurança social, na extensíssima rede que temos de protocolos com as IPSS e com as Misericórdias e que garantem também um apoio de grande proximidade em todas as ilhas; reforçamos inclusivamente através dos

planos de investimento, aliás já não é o primeiro ano em que acontece embora desta vez ainda em maior valor, os apoios concedidos pelo fundo regional de ação social, destinado às situações de precariedade económica.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estão a eternizar!

A Oradora: Temos também um conjunto de técnicos protocolados com as IPSS e com as Misericórdias no trabalho, junto às escolas, no trabalho direto promovido também pela Direção Regional de Habitação na atenção que é especialmente concedida às famílias carenciadas.

Portanto, o combate à pobreza faz-se numa dimensão transversal a todos os departamentos do Governo Regional e não exclusivamente, naturalmente, pela Segurança Social que tem aqui um papel determinante, de convocação dos restantes e da monitorização de todo este processo.

É o que fazemos. Não nos afastamos daquele que é o nosso caminho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sabia que 18% das pessoas que estão no Rendimento Social de Inserção continuam eternamente?!

A Oradora: Temos uma estratégia, temos um Programa de Governo que traça o caminho que o Governo pretende seguir, mas naturalmente com os ajustamentos que decorrem daquela que é a realidade social que se coloca ao Governo todos os dias.

É esta a nossa forma de intervenção, acudir naturalmente àquelas situações que são prementes e é para isso que o Governo Regional canaliza e reforça as dotações de determinadas ações do Plano, como é o caso do Fundo Regional da Ação Social.

Obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado João Costa, eu estava à espera que o senhor respondesse ao meu desafio, mas infelizmente o senhor uma vez mais refugiou-se e não disse absolutamente nada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como é que quer que eu diga uma coisa que não existe!

O Orador: É bom relembrar esta câmara que as medidas que o Governo tem nesta matéria são conhecidas.

O passado deste Governo sobre estas matérias é conhecido, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado fala no complemento ao abono de família da Região. É verdade que não foi aumentado nos dois últimos anos, mas é verdade que o mantemos e que vamos continuar a mantê-lo, contrariamente àquilo que o seu Governo na República tem feito...

Deputado José Ávila (PS): Exatamente!

O Orador: ... e que, só precisamente para este último Orçamento, vai retirar 6,49 milhões de euros.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, este é um esforço da política do Governo em prol das nossas crianças e dos nossos jovens.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sabe quanto tirou o Eng.º Sócrates? Seis milhões de euros!

O Orador: Ouça Sr. Deputado! Ouça! Ouça!

Diz os estudos que eu referi aqui há pouco, do INE, da OCDE, que de facto mais de 80 000 crianças perderam este apoio. Perdem-no, precisamente, porque foram alteradas ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por quem? Quem tirou 6 milhões de euros aos Açores nesse apoio?

O Orador: ... por um lado as percentagens em que os valores são calculados; em segundo lugar, porque as nossas famílias são mais numerosas, são famílias mais vulneráveis e têm que ter vários apoios para fazer face às dificuldades.

Isso o Governo faz, fê-lo e continuará a fazer.

Agora, Sr. Deputado lanço-lhe de facto o desafio: diga, diga-nos aqui qual é a única medida que o PSD apresenta para promover a inclusão destas famílias de modo a que elas possam ganhar mais rendimentos e mais auto suficiência económica?

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem agora a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Deputado José Ávila (PS): Vai responder?

O Orador: A Sra. Secretária sabe perfeitamente a questão sobre se a senhora defendia a necessidade de revisão do modelo com introdução de indicadores de diferenciação que justifiquem a majoração de apoios.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Eu disse!

O Orador: Majoração de apoios, Sra. Secretária, tais como distância geográfica, nível de dependência de utentes, existência de crianças em creches ou jardim de infância portadoras de necessidades educativas sociais e outros. Ponto final.

Foi a senhora que disse isto em junho deste ano, enquanto Vice-Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): E não é exatamente o mesmo que estou a dizer aqui?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, já tivemos aqui uma sindicalista, que era uma coisa em sindicalista e outra coisa em Deputada Regional e agora temos uma Secretária que diz uma coisa enquanto membro de uma IPSS e outra coisa enquanto Secretária Regional.

Sr. Deputado Domingos Cunha, eu já terei oportunidade de lhe dizer mais alguma coisa, vou só dizer-lhe o seguinte: em 2010 foram transferidos para a Região, em termos de abono de família, vinte oito milhões, seis euros e catorze cêntimos. Em 2011, vinte e um milhões, cento e oitenta dois euros e trinta e quatro cêntimos.

Sabe quem é que reduziu sete milhões de euros na transferência de abono de família para os Açores? Foi o Governo de José Sócrates em que o senhor votou.

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso é o que decorre da solidariedade nacional, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Pois é, Sr. Deputado João Costa, nós chegámos aqui a um momento em que duas coisas são muito claras.

Para o PSD-Açores e pela voz do Sr. Deputado João Costa, aliás já anteriormente foi anunciado pelo líder do Grupo Parlamentar, vão votar contra este Plano e Orçamento e de facto é um Plano que aumenta na área da solidariedade social, aumenta nos apoios que vai conceder às famílias e aos cidadãos, mas no entanto vota-se contra.

Mantêm-se os apoios sociais nos Açores, valorizam-se as infraestruturas sociais nos Açores e as redes sociais em parceria com as IPSS, Misericórdias e organizações não governamentais e vota-se contra este Plano e Orçamento.

Bom, o que é que acontece?

Sras. e Srs. Deputados, chegamos a esta conclusão: é que o PSD-Açores tem de facto muito mais PSD do que tem Açores e tem muito mais PSD do que tem açorianos e açorianas.

Isto porquê? Porque acabou de votar na República um orçamento que mantém políticas de cortes nos rendimentos, nas pensões e nas prestações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E como é que o senhor votou nos 6 milhões de euros que desapareceram?

O Orador: Portanto, é mais um PSD que é a favor da continuidade dos cortes e nas transferências do Estado para a Região e depois vem exigir, de facto, que o

Governo dentro das suas capacidades dê respostas àquilo que é um estudo sobre a situação da pobreza em Portugal, que está publicado desde outubro de 2014 e que todos nós sabemos qual é a situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Portugal, não para os Açores!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Bruto da Costa, em que medida é que ... (fico muito grata por me ter citado, é sempre uma honra nesta Assembleia, quando somos citados, é porque aquilo que dissemos faz sentido e tem valor, portanto agradeço-lhe profundamente a citação que fez).

Deputado José Ávila (PS): Da boca dele não sei se é uma honra! Eu não gostava!

A Oradora: De qualquer forma, eu gostava de tentar perceber o que é que motivou os aplausos, ou seja, em que é que aquilo que eu na altura disse diverge daquilo que eu digo hoje? Em nada! Rigorosamente nada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diverge, diverge!

A Oradora: Aliás, devo dizer que nessa reunião a que fez referência, num sábado de manhã, no Salão Nobre de Angra do Heroísmo, com todas as Misericórdias dos Açores, por exemplo, a minha opinião era de que este era um modelo útil, que vinha trazer autonomia na gestão às instituições, aliás, opinião secundada por muitos outros senhores Provedores, designadamente o da Misericórdia de Ponta Delgada.

Devo ainda dizer-lhe que aquilo que então disse é exatamente aquilo que estou a pôr em prática agora, ...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... começando e dando prioridade à área de maior fragilidade e que mereceu maior debate então, que dizia respeito aos lares e aos serviços de apoio ao domicílio.

Contamos, aliás, como já disse, até ao final do ano, apresentar medidas que diferenciem, majorando, as situações de dependência e diferenciem os preços ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por que é que fizeram um estudo?

A Oradora: ... em função daquilo que são os serviços que cada instituição presta.

Como já ouvi, sobejas vezes, ser dito por diversas pessoas é evidente que por exemplo ao nível dos serviços de apoio ao domicílio há situações muito diversas nas instituições: há instituições que sofrem sem refeições, há instituições que fornecem refeições e fazem higiene pessoal...

Portanto, é preciso ter em consideração e acomodar cada uma destas circunstâncias e é este trabalho que neste momento está a ser feito e que contamos ter concluído até ao final deste ano.

Obrigada.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, vamos partir do princípio que não há nenhum açoriano, nem nenhuma açoriana a descoberto dos apoios sociais e sem rendimento, mas a verdade é que quando nós olhamos para os estudos que existem sobre os riscos da pobreza constatamos que nos Açores a taxa de risco de pobreza é das mais elevadas do País, acima da média nacional.

Isto para dizer que não dependendo de V. Exa. as políticas e as grandes opções que colocam os cidadãos que vivem nesta Região, com uma elevada taxa de risco de pobreza, no entanto há algumas questões que a área que a Sra. Secretária tutela, na nossa opinião, devia melhorar e intervir melhorando, sobretudo quando existe um risco tão elevado de pobreza e que na nossa opinião as políticas públicas devem ser ativas.

Portanto, não reativas, não de emergência, não como um serviço de bombeiros que vai apagar um fogo, mas prevenindo.

Prevenindo é evidente que a situação ideal não é a da assistência, é a opção por outras políticas nomeadamente, enfim, de distribuição de rendimento, etc., que já tenho aqui falado.

Mas aquilo que lhe pergunto é, se há disponibilidade ou não por parte de V. Exa. em ao invés de ter à sua disposição um conjunto, até substantivo, financeiro para apoiar situações de emergência, se os efeitos da intervenção não seriam mais eficazes se efetivamente houvesse um programa integrado de intervenção junto das famílias que estão em risco de pobreza, porque parece à Representação Parlamentar do PCP que assim, eventualmente, os recursos financeiros que são afetos a essa área e especificamente a situações de emergência social, tornavam as respostas mais rápidas, atuava-se ao nível da prevenção evitando que a pobreza aumentasse na nossa Região.

A pergunta é essa: se há efetivamente disponibilidade para encontrar um programa articulado de prevenção da pobreza?

Muito obrigado, Sra. Secretária.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

(Corte na gravação)

... que está a ser efetuada pelo Instituto de Segurança Social dos Açores e que nós, numa primeira abordagem, estamos a tentar uma solução enquadradora em termos territoriais, na freguesia dos Arrifes.

Ou seja, decorreu no fim do ano de 2013 e durante o ano de 2014, um programa experimental que agora está a ganhar outra substância e outra dimensão, que visa exatamente convocar em seu torno as instituições de uma determinada localidade, procedendo a uma caracterização social e convocando também a população a encontrar as soluções para os seus próprios problemas.

Naturalmente que esse é um trabalho que está ainda em desenvolvimento e poderemos, com certeza, falar dele mais tarde.

De qualquer forma vejo com interesse a questão que coloca e penso que seria interessante encontrarmos uma solução dessa natureza.

Poderá, no seio desta estrutura, deste polo local de desenvolvimento, ser exatamente um meio em que poderá ser testada uma solução dessa natureza.

De qualquer forma o que lhe queria dizer é que a pobreza tem características diferentes nos dias que correm, não é a pobreza de há dez anos atrás, é outra pobreza. É uma pobreza que são pessoas que caíram numa situação de dificuldade mas estávamos perante uma classe média, uma classe média com trabalho, que tinha as suas responsabilidades bancárias e que se vê agora suprimida dos seus rendimentos, por via do desemprego ou outros constrangimentos, e que naturalmente até tem alguns condicionamentos na procura dos serviços de segurança social.

Portanto, a nossa preocupação vai exatamente agora para aqueles que não estando, digamos que, habituados a este tipo de registo têm agora esta necessidade.

Portanto a nossa preocupação e o nosso empenho está em encontrar medidas que vão ao encontro dessa população.

Obviamente que a restante já tem um conjunto de soluções e de programas que estão instituídos e que conseguem, no fundo, fazer conciliação entre as necessidades e os recursos disponíveis.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sra. Secretária, o último estudo da Universidade dos Açores, do Grupo Biodiversidade, dirigido pelo Professor e Deputado Paulo Borges, estima que o custo de erradicação das térmitas de madeira seca nos Açores poderá chegar aos 175 milhões de euros.

Sabendo que neste Plano só estão previstos 7 milhões e meio de euros para a reabilitação e renovação urbana e que este valor não é específico para o combate às térmitas, aliás pela sua intervenção de tribuna não é de todo para o combate à praga das térmitas nos nossos centros urbanos, e que as medidas de recuperação das habitações afetadas têm falhado por serem um processo altamente burocratizado e que exclui dos apoios a franja social que é proprietária da grande maioria dos imóveis afetados, não acha que este Plano e Orçamento vai dar mais um ano de avanço às térmitas que desgraçam as casas dos açorianos?

Ou vai dizer-me que a recuperação as habitações infestadas por térmitas tem sido um sucesso do seu Governo?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Parece tem a palavra.

Deputado Paulo Parece (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

“Para o Partido Socialista a habitação constitui um direito fundamental, um fator de estabilização e inclusão social, assim como, um agente dinamizador do crescimento económico e social transversal e complementar devido aos efeitos diretos, indiretos e induzidos, que gera nas economias locais e regionais.”

Numa análise ao Plano para 2015, no que à habitação diz respeito, verificamos um decréscimo de cerca de 2,5%, o que numa primeira análise poderá não ser muito significativo. Contudo, analisando de forma mais pormenorizada constata-se uma redução de quase 18,5% (1 688 000€) na Promoção de Habitação, Reabilitação e Renovação Urbana.

É caso para se perguntar se é desta forma que o Governo encara a “reabilitação urbana como potenciadora da melhoria da competitividade da economia, da recuperação do património edificado e da dinamização e regeneração dos centros urbanos.”?

Por outro lado, assistimos, na componente de Arrendamento Social e Cooperação, a um reforço de 7,95% com o Programa de Famílias com Futuro a ver aumentado em 12% a sua dotação.

O reforço dos apoios à habitação, no âmbito da Solidariedade Social, é bem demonstrativo da incapacidade da governação socialista em contrariar os indicadores sociais que a todos nos deve preocupar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quando nos Açores se verifica a maior taxa de desemprego do país; a maior taxa de apoio social escolar; o triplo da média nacional de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, e quando dois terços das famílias Açorianas vive com rendimentos no limiar da pobreza, é natural que uma habitação condigna, constitua um pilar fundamental no sentido de minorar os gravíssimos problemas sociais que existem nos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Desta forma, o Governo assume que a situação social tem-se agravado, sendo a habitação um dos principais indicadores e onde a solicitação de apoios para esse fim tem vindo a crescer.

O reforço das verbas propostas, no caso particular da habitação, não poderá nunca ser uma bandeira da governação e muito menos um motivo de orgulho. Trata-se sim, de dar dignidade aos milhares de Açorianas e Açorianos que no seu dia a dia veem a suas dificuldades a aumentar.

Confundir apoios sociais com “caridade” é um sentimento que tem sido difícil resistir, e que apenas serve para encobrir e minimizar a incapacidade da governação socialista, única responsável pelo estado de degradação social em que os Açores se encontram.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Arlinda Nunes.

(*) **Deputada Arlinda Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Este Plano realmente é um Plano que aumenta o seu investimento na área da solidariedade social, que não aumenta, provavelmente, na medida do que gostaríamos, porque todos sabemos e todos temos afirmado aqui que a situação é delicada, que a situação merece cuidado, merece muito respeito acima de tudo, mas vemos que este Plano distribui as verbas de uma forma responsável e de uma forma equilibrada: temos o aumento na infância e juventude, de 14%; temos o aumento na família, comunidade e serviços, em que temos um investimento de 12,9 milhões (e esta é uma das áreas que foram mais afetadas pelos efeitos da crise e pelos efeitos das restrições que os portugueses e os açorianos têm sido submetidos); continuamos a investir na rede de equipamentos sociais em propostas alternativas para os idosos e temos, como a Sra. Secretária disse, uma nova forma e um novo tipo de pessoas carenciadas. Temos uma sociedade que foi abrangida por efeitos, por condicionalismos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A somar às que já lá estão!

A Oradora: ... por restrições, por desigualdades e que afetou sobretudo a classe média. Uma classe média que tinha a sua vida estruturada em função dos seus rendimentos, em função de dados adquiridos e que de repente, de um momento para o outro, viu consecutivamente a sua vida e os seus rendimentos serem avassalados de uma forma avassaladora, de uma forma muito grave.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Auto crítica!

A Oradora: Neste sentido, eu gostaria de perguntar à Sra. Secretária, tendo em conta o aumento de 14% na área de igualdade de oportunidades e tendo em conta a necessidade de realmente acudir a esta nova camada de pessoas que vivem em dificuldades, em dificuldades diferentes, que não estavam preparadas para enfrentar estes problemas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quais problemas?

A Oradora: Os problemas das desigualdades sociais, o problema da má redistribuição de rendimentos, sabe? O problema que leva a que as família fiquem com graves problemas familiares ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Pensava que não havia!

A Oradora: Não!

... que leva à violência, que leva à discriminação social. Tudo isto. Sabe porquê? Sabem de quem foram as medidas que implementaram isso?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): José Sócrates!

A Oradora: Tendo em conta o segundo plano de prevenção e combate à violência doméstica e géneros e tendo em conta que vem na sequência de um primeiro plano e que apresenta muitas mais medidas, eu gostaria de perguntar à Sra. Secretária se nos pode dizer concretamente quais são os principais programas desse plano? O que é que se pretende alcançar nesse plano, mais do que no outro? Quem é que se pretende atingir...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): A senhora não ouviu a intervenção da Sra. Secretária?

A Oradora: ... e também se se esperam respostas a médio, curto e longo prazo deste plano? Sobretudo a curto e médio prazo, quais são as respostas que se esperam?

Muito obrigada.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito longo! Longuíssimo? Qual médio prazo?!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Plano e Orçamento para 2015 na área da habitação realmente sofre um corte de 2,5% em relação a 2014, mas também temos que dizer que estamos 3 milhões acima do ano de 2013.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a execução?

O Orador: Portanto, também é de realçar todo o trabalho realizado pelos Governos do PS, que têm implementado na Região Autónoma dos Açores, no âmbito da habitação.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: O direito à habitação é fundamental para todos os açorianos e todos têm direito a uma habitação de dimensão adequada, com condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: De facto este Plano reflete, novamente, prioridades na área da habitação onde se persiste na atribuição de apoios, respondendo às carências das famílias mais desfavorecidas, designadamente no âmbito da recuperação e regeneração habitacional e no arrendamento social.

Mantém-se igualmente o investimento nas operações de reabilitação do parque habitacional e social da Região.

Continua-se o apoio às famílias e à sustentabilidade do setor da construção civil.

O PS continua e continuará a promover políticas habitacionais dirigidas à integração social das famílias, à consolidação na qualidade e funcionalidade da estrutura social e urbanística dos meios urbanos e rurais...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E os loteamentos Sr. Deputado?

O Orador: ... porque para o PS temos que tratar aquilo que é diferente de forma diferente e aquilo que é igual de forma igual.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Coloque entre aspas essa frase, pois ela não é sua!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É como as hortas comunitárias!

Deputada Arlinda Nunes (PS): E acha mal?

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, na área da habitação, consideramos que o PS tem continuado a aumentar a justiça social, a equidade social, promovendo a redistribuição da riqueza criada nos Açores pelos açorianos que menos podem e por aqueles que em algum momento se viram em dificuldades e por aqueles que se encontram em situação de insegurança e de fragilidade, não deixando ninguém para trás.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sra. Secretária, não se esqueça de responder à Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora sim, a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Parece tem a palavra.

Deputado Paulo Parece (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Aproveitando aqui a presença da Sra. Secretária da Solidariedade Social, aproveitava também para falar um pouco da minha ilha.

Relativamente a Santa Maria, o Plano para 2015 merece uma análise cuidada que não apenas dos números nele plasmados.

Por um lado, o anúncio de um significativo número de obras, algumas delas promessas constantemente adiadas e objeto de sucessivos planos seriam de fato bastante importantes, não fosse o caso de nos últimos 7 anos a realização ficar aquém dos 50% do proposto.

Os marienses têm por isso fundadas dúvidas da execução do presente plano no que a obras diz respeito.

Paralelamente, assistimos a uma redução na ordem dos 70% no que respeita à solidariedade social.

Mais do que prometer obras, é necessário promover o apoio a quem mais dele necessita:

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Falamos de crianças; jovens; pessoas com necessidades especiais e idosos, a quem as respostas sociais são uma responsabilidade do estado.

Numa altura de grandes dificuldades por que passam os açorianos, e que os marienses não são exceção, há que fazer opções, onde a solidariedade assume uma importância em particular.

É tempo de investir com prioridades, mas pelos vistos em Santa Maria não é assim!

Já este ano foi inaugurada uma creche, explorada por uma IPSS, com capacidade para 42 crianças, tendo neste momento apenas 23 e não se vislumbrando que a médio prazo se esgote a sua capacidade nem que esteja assegurado o seu pleno funcionamento.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Ainda na área da solidariedade social, existe um Lar de Idosos com uma capacidade de 26 utentes, e com uma lista de espera permanente do triplo da sua capacidade. A ampliação do mesmo é uma pretensão antiga, que até hoje não teve qualquer evolução, bem como a implementação de um Centro de Dia, que apesar de ter disponível as instalações, tem vindo permanentemente a ser adiado, não se vislumbrando, até à data qualquer desenvolvimento.

Em contrapartida, encontra-se concluído um pavilhão desportivo, com um custo superior a 250 000€, sem qualquer tipo de utilização prevista a curto/medio prazo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quando falamos em prioridade, é a isto que nos referimos!

Aquilo que os marienses pretendem é que sejam ouvidas e atendidas as suas pretensões, canalizando o investimento público, de modo a colmatar e satisfazer as verdadeiras necessidades da ilha e não para cumprir promessas eleitorais extemporâneas e desadequadas da realidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Seria bom e desejável que este governo ouvisse e atendesse às pretensões e preocupações emanadas pelo Conselho de Ilha
Disse.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Eu não estava para intervir neste debate mas atendendo àquilo que foi referido pelo Sr. Deputado Paulo Parece, relativamente a Santa Maria há aqui dois ou três pontos que eu quero dizer de forma muito rápida, até para economia de tempo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Só dois ou três pontos?!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Com tanto tempo que os senhores têm!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem duzentos e quarenta e cinco minutos, Sr. Deputado!

O Orador: Devo começar por dizer o seguinte: de facto as promessas e os compromissos assumidos para o PS são normalmente, e sempre, compromissos cumpridos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O senhor não era do PSD!?

O Orador: Eu tenho muita honra e muito gosto em fazer parte de um partido e de uma bancada e de colaborar com um Governo PS, que tem cumprido com Santa Maria e basta ver aquilo que foram na última Legislatura (uma vez que desta não vou falar porque estamos a metade) os compromissos para com Santa Maria, em que mais de 90% foram cumpridos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Por falar nos campeões das promessas feitas e não cumpridas, o partido do qual o senhor faz parte, para a Câmara Municipal de Vila do Porto, e eu tenho aqui aquilo que se comprometeu ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isto não é a Assembleia Municipal!

Deputado Luís Garcia (PSD): Leve isso para a Câmara!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Deputado Berto Messias, proteste!

O Orador: Poderia ler-lhe todos os compromissos que foram assumidos e não foram cumpridos pelo PSD em Santa Maria.

Relativamente às preocupações sociais devo dizer o seguinte: o Governo dos Açores tem investido bastante no apoio social, na diminuição dos problemas causados pelo Governo do PSD a nível nacional e essa preocupação não tem

depois uma tradução prática. Basta ver que no Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2015 essas verbas diminuem.

Deputado Paulo Parece (PSD): Sr. Deputado, saia da Assembleia Municipal!

O Orador: Mais, o PS fez várias propostas do âmbito social de alteração ao plano da câmara para 2015, todas elas foram rejeitadas.

Relativamente ao polidesportivo da freguesia de Santo Espírito, devo dizer que é com muito gosto que o Governo Regional cumpriu esse compromisso; é um polidesportivo que faz falta numa freguesia afastada do centro principal da ilha; é um polidesportivo que vai ter utilização e vai ser um polo dinamizador da própria freguesia, diversificando aquilo que é a atividade desportiva e cultural na Ilha de Santa Maria.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, isto é uma vergonha! O Sr. Deputado não sabe onde é que está!

O Orador: Nós fazemos o que cumprimos, ao contrário daquilo que os senhores prometeram, um polidesportivo para a freguesia de S. Pedro e não o cumpriram.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 18 horas e 10 minutos.

Eram 17 horas e 42 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 14 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Valdemiro Vasconcelos foi substituído na Mesa pelo Deputado Cláudio Almeida)

Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar o nosso debate.

Estava inscrito o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescinde?

Sr. Deputado Paulo Parece estava inscrito.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Parece (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Duarte Moreira, devo confessar pela sua intervenção, parecia-me estar num debate eleitoral ou mesmo numa reunião de Câmara.

Julgo e devo confessar que foi desnecessário e despropositado, mas de qualquer maneira na qualidade de presidente da Assembleia devo comunicar-lhe que no próximo sábado, às catorze horas, teremos sessão e o senhor poderá ter a oportunidade de participar e levar lá as suas preocupações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente à minha intervenção, fiz aqui algumas considerações e dei como exemplo a creche, o lar de idosos e mesmo o centro de dia e estava a falar numa questão de prioridades.

O Sr. Deputado, na qualidade disso mesmo, sabe e tem conhecimento, até por reuniões que teve com essa IPSS, neste caso a Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, das dificuldades que neste momento existem relativamente ao modelo de financiamento para garantir o funcionamento pleno da creche. Sabe ou não sabe? Eu tenho a certeza que sim porque eu estava nessa reunião.

De igual modo também com o novo esquema de financiamento quais são as dificuldades que essa IPSS neste momento também tem em garantir quando há

um diferencial de 100 mil euros, para que consiga prestar os apoios e prestar o serviço para o qual está contratado e que não é suficiente no seu financiamento.

O Sr. Deputado também se referiu aqui relativamente ao polidesportivo.

Bom, devo confessar, e não nego, que o Governo até tem investido nas áreas sociais, como acabei de dizer, construiu uma creche, se bem que não esteja garantido neste momento o financiamento, como a Sra. Secretária deverá ter conhecimento.

Quando me referi ao polidesportivo foi exatamente para fazer o contraponto e quando eu digo que as opções muitas vezes são extemporâneas é pelo facto de há três ou quatro anos, se calhar um polidesportivo porque as condições assim o permitiam, podia ser uma mais-valia e neste momento não é. O Sr. Deputado sabe tão bem como eu, até porque foi feito numa freguesia com todo o direito e agora atabalhoadamente andam a querer obrigar os clubes a deslocar-se 16 Km para fazer os treinos numa freguesia que não tem um atleta inscrito, ...

Deputado Duarte Moreira (PS): Não é verdade!

O Orador: ... não tem um clube que seja que foi criado à última da hora.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é o que se chama planeamento!

O Orador: Esta é a realidade, Sr. Deputado. Estamos aqui a falar de uma questão de prioridades e entre o desporto e aqueles que mais precisam eu prefiro os últimos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Só muito rapidamente para uma questão e um esclarecimento que se impõe, relativamente à questão do lar de idosos.

Efetivamente, temos conhecimento, sabemos que é uma necessidade.

Deputado Paulo Parece (PSD): Não é isso que está em causa!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): É, sim senhor!

O Orador: Neste momento o ponto da situação é o seguinte: o Governo Regional, através da segurança social, já se comprometeu e já está assinado, aliás, um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto para a reparação de duas moradias que irão permitir a desocupação do imóvel que está ocupado e que está anexo ao atual lar de idosos, que é uma condição básica para que se possa equacionar o projeto e o desenvolvimento do lar do lar de idosos.

Neste momento aguarda-se pura e simplesmente que a Santa Casa concretize as obras das duas casas...

Deputado Paulo Parece (PSD): Estamos a falar do funcionamento da instituição!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Funcionamento, Sr. Deputado!

O Orador: ... que estão contratualizadas com o Governo e que o Governo já se responsabilizou no seu financiamento, para depois se poder dar andamento a outros processos nomeadamente o processo do lar de idosos.

É este o ponto da situação neste momento e o Sr. Deputado Paulo Parece conhece bem o processo, aliás porque faz parte da própria Mesa da Santa Casa.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Parece (PSD): Por isso falo com razão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sra. Secretária Regional, eu estou de facto perplexo com o facto de, por parte do Governo não haver uma única palavra quanto à problemática das térmitas e daquele que é um dos maiores problemas de requalificação do parque

habitacional urbano dos Açores e o Governo não ter uma palavra a dizer, sobretudo porque a Sra. Secretária até se deu ao trabalho de fazer telefonemas para dois Secretários Regionais e para mais um Deputado acerca desta matéria! Portanto, custa-me a acreditar que a Sra. Secretária nem sequer soubesse que esta era uma competência sua!

Sra. Secretária, agradeço que me diga, de facto, o que é que o Governo pensa fazer para ajudar as pessoas que tem as casas que estão afetadas por esta praga. Vá lá, faça-me a vontade! Responda às minhas perguntas, Sra. Secretária!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Luís Rendeiro, eu não tenho dúvidas sobre as minhas competências em matéria de térmitas, embora também lhe deva dizer que entre os Srs. Deputados houve dúvidas a esse propósito.

De qualquer forma, a esse propósito o que eu tenho a dizer-lhe, para além daquilo que já lhe foi respondido em requerimento, como bem sabe, a propósito dos apoios que foram concedidos no âmbito do diploma que existe a esse propósito, é que o Governo ainda durante esta Legislatura já apoiou um conjunto considerável de candidaturas, aquelas que foram efetuadas no âmbito desse mesmo programa e está a ser desenvolvido daí a partilha de competências nesta matéria, entre a Secretaria Regional da Solidariedade Social, designadamente a Direção Regional da Habitação e a Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente, que tem, no fundo, todo o estudo que visa uma avaliação mais aprofundada e o tratamento desta questão de uma outra forma.

Naturalmente a resposta às perguntas que o senhor colocou já as teve em requerimento, daí que eu entendi que não haveria necessidade de estar aqui a consumir tempo ao Governo a esse propósito, de qualquer forma o diploma mantém-se em vigor, os apoios estão a ser concedidos na medida daqueles que são os requerimentos efetuados pelos particulares e por outro lado a Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente está a tratar na outra perspetiva que com certeza terá oportunidade de discutir quando chegarmos a essa altura do debate. Obrigada.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Deputado André Bradford (PS): Não lhe deram mais nada para falar!?

O Orador: Sra. Secretária é só para esclarecer-lhe que de facto não há e não houve na sua intervenção inicial, quanto à habitação e requalificação urbana, um cuidado de corrigir aquilo que são as vossas políticas de apoio, porque elas de facto estão inacessíveis à grande maioria dos proprietários das habitações afetadas.

Quero esclarecer-lhe que no que diz respeito à Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente, com a qual a senhora vai colaborar no combate às térmitas, a única verba que está inscrita para pragas urbanas são cerca de 45 000€ e é para erradicação das térmitas subterrâneas na Praia da Vitória e não para térmitas de madeira seca, que são elas a grande praga que afeta o parque habitacional urbano da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar para as intervenções de tribuna.

A primeira intervenção é da Sra. Deputada Arlinda Nunes.

Tem a palavra.

Deputada Arlinda Nunes (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

“O caminho faz-se caminhando.” A simplicidade expressa nas palavras do poeta castelhano, António Machado, cimentam todas as realidades como se de uma doutrina se trate. Eu acrescento - o caminho faz-se por partes. O caminho do partido socialista tem sido um caminho percorrido com responsabilidade, com sentido de dever a cumprir. No meio de alguns sobressaltos e dificuldades, o Governo do Partido Socialista encontrou sempre a solidez necessária para avançar em segurança e aqui está, novamente, a apresentar, o que de forma responsável se compromete a cumprir.

A aposta expressa neste Plano e Orçamento, assenta numa reorientação da política económica regional e na forma como esta poderá estimular um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo que leva à definição de prioridades.

O investimento na área da Solidariedade Social tem sido, ao longo desta legislatura, uma prioridade constante, superando as expectativas previamente delineadas e verificando um contínuo aumento ano após ano, sendo que, entre o Plano Regional Anual de 2014 e o previsto no Plano para 2015 constatamos um aumento de 18,7%. O mesmo é dizer, um investimento de 31 milhões de euros na Solidariedade Social, para 2015. E este facto é, per si, revelador da preocupação que o Governo do Partido Socialista tem demonstrado em relação a uma área tão delicada e sensível como são as matérias abrangentes pelas políticas sociais da Região Autónoma dos Açores.

As medidas previstas no Plano Regional Anual para 2015, no que respeita à Solidariedade Social visam, essencialmente, a continuação do rumo que o Governo Regional dos Açores e o Partido Socialista têm percorrido no sentido de minimizar os efeitos nefastos causados pelas políticas de austeridade e medidas antissociais e que se tem refletido na vida das açorianas e dos açorianos com situações de perda de qualidade de vida, privação, de pobreza e consequentemente situações que também encaminham à exclusão social.

Assim, estas medidas assentam na promoção da coesão social, com enfoque em ações de suporte às pessoas, às famílias e à comunidade. Estas ações incidem, sobretudo, na proteção à infância, aos idosos, no suporte à pessoa com deficiência, na promoção de igualdade de oportunidades, no combate à violência, à exclusão e à discriminação de grupos de risco.

O Partido Socialista e os seus Governos têm trabalho feito nesta área, que se apresenta como pilar fundamental para prosseguir no novo ano que se aproxima.

Em 2013 tínhamos 231 instituições com acordos de cooperação celebrados, instituições estas, parceiras numa linha de ação comum e que, cada vez mais, exige ser transversal à sociedade civil.

Uma intervenção baseada em princípios de cooperação, de solidariedade, de equidade, de proximidade, assente numa gestão sustentável e eficiente, que para tal conta com 689 respostas sociais e com uma frequência de 24.871 utentes.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Causas várias, como o aumento da esperança de vida, o decréscimo tendencial da natalidade, o conseqüente envelhecimento gradual da população e os contínuos desafios a que têm estado sujeitas as açorianas e açorianos, bem como a dinâmica daí resultante levam à procura de respostas concretas, desde a vertente lúdica, a programas de prevenção, promoção, proteção, à disponibilização de equipamentos e infraestruturas especializadas com capacidade de resposta eficaz e imediata.

É demais sabido que a necessidade de melhor conciliar a vida pessoal com a vida profissional, a alteração das estruturas familiares, o desgaste económico e social das famílias, o isolamento das pessoas com mais idade, as situações de violência e as conseqüências da exclusão, que atinge vários grupos sociais e faixas etárias são problemas atuais e preocupantes.

Como resposta a estas problemáticas, o Governo Regional propõe, no Plano e Orçamento para 2015, um aumento de 14% relativamente ao ano anterior, nas políticas destinadas à Infância e Juventude.

Requalificar algumas infraestruturas e promover a criação de novas respostas nesta área permitirá disponibilizar, em áreas populacionais onde se justifique, mais serviços com o objetivo de melhorar a qualidade de vida sociofamiliar.

É na área da Família, Comunidade e Serviços que as restrições do Governo da República mais se fizeram sentir.

O aumento de impostos, a quebra nos rendimentos das famílias e o desequilíbrio na distribuição destes, conduziram a um aumento drástico das desigualdades sociais, afetando de modo abrangente a classe média e aumentando os casos de carência económica.

Perante tais factos, o Governo Regional afeta 12,9 milhões de euros ao apoio à criação, melhoramento e apetrechamento das infraestruturas e equipamentos que servem de suporte ao trabalho desenvolvido, e a desenvolver, (referindo aqui as infraestruturas destinadas a acolher as pessoas sem-abrigo, cuja necessidade se acentuou nos últimos anos), mas também à necessidade de acudir a situações de precariedade excepcional.

Para responder de forma rápida às situações mais vulneráveis, o Governo Regional, do Partido Socialista, não se demite da sua responsabilidade em prestar auxílio de emergência através dos apoios complementares previstos na lei, a título de exemplo os Apoios à Precariedade Económica Excepcional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pobreza absoluta!

A Oradora: Ainda nesta área importa salientar os 3 milhões de euros, atribuídos pelo Governo Regional dos Açores para reforço das verbas nacionais, destinados a manter os acordos de cooperação estabelecidos com as IPSS'S e Misericórdias.

O Governo dos Açores mantém, igualmente, as políticas de apoio à recuperação de habitação degradada, ao arrendamento social e à regeneração habitacional social da Região, direcionadas às famílias açorianas.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Lutar por uma sociedade inclusiva, implica trabalhar em prol do bem-estar da população mais fragilizada, sejam os idosos, as pessoas com necessidades

especiais ou ainda os que, de alguma forma são vítimas de discriminação, seja esta de género, por doença, pela pobreza, pela etnia, pela orientação sexual, ou por qualquer outra situação minoritária. Mas não quero deixar passar esta oportunidade de ser mais uma voz a alertar para que, a luta pela inclusão e o combate à discriminação sejam uma causa coletiva, onde todos e cada um têm um dever de cidadania a cumprir.

O alargamento da rede regional de equipamentos sociais, a requalificação de estruturas já existentes e o reforço de respostas sociais que proporcionem apoios alternativos à institucionalização irão permitir aos idosos viver esta etapa das suas vidas em maior conforto, com condições técnicas apropriadas à sua situação, e em ambiente familiar, privilegiando assim, sempre que possível, a proximidade e companhia da família em detrimento da institucionalização.

Mesmo em tempo de dificuldades é importante proporcionar aos que, durante uma vida ativa, deram um contributo válido, quantas vezes um esforço muito além das suas capacidades, para que hoje sejamos o que somos – açorianas e açorianos com uma herança de valores, tradições e património de que muito nos orgulhamos.

É para estes que se justifica a manutenção do programa sénior ativo, proporcionando-lhes experiências e sentimentos inesquecíveis. É também, não só para estes, mas para todos, que as políticas socialistas e o Governo Regional criaram, mantem e reforçam o Complemento Regional de Pensão cuja importância da medida é comprovada quando se constata que, por exemplo, em 2014, foram despendidos 24,2 milhões de euros a esse apoio e que, desta forma, ajudaram cerca de 34 mil idosos a enfrentar as dificuldades sentidas pelos cortes nas pensões nacionais.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na continuação do que são políticas de inclusão social, que se exigem cada vez mais próximas, destacamos o alargamento e requalificação da rede de suporte institucional direcionada aos públicos com necessidades especiais; neste âmbito, o investimento regista um aumento exponencial, que atinge os 2,8

milhões de euros destinados à criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência e ao apoio de entidades que desenvolvam atividades de ação social nessa área. Sublinho ainda, o aumento de 14% no investimento destinado à Igualdade de Oportunidades e que visa, essencialmente, manter, em todas as ilhas, estruturas de apoio, prevenção, atendimento e acolhimento para as vítimas de violência; e implementar, monitorizar, promover e apoiar ações de sensibilização, de suporte à decisão, como planos de prevenção e de integração.

Não posso, nem quero terminar, sem antes, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista registar o esforço que o Governo dos Açores tem feito, até ao limite das suas competências e da sua capacidade financeira, agindo numa postura pro ativa, presente e consciente, numa luta contínua no combate à pobreza, à exclusão e às desigualdades sociais. Uma governação que se tem pautado por uma clara política de apoio aos mais desfavorecidos, aos mais desprotegidos, sempre com o compromisso de trabalhar por uma sociedade mais justa e solidária.

Disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é isso que se verifica!

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Zuraída Soares, para uma interpelação tem a palavra.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 18 horas e 50 minutos.

Eram 18 horas e 36 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares para continuarmos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 53 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Terminada a intervenção da Sra. Deputada Arlinda Nunes, abro agora então um período de inscrições.

(Pausa)

Não havendo passamos então à próxima intervenção de tribuna e tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente da Assembleia, antes de iniciar a minha intervenção permita-me que lhe dê nota e assinale que hoje se comemora e assina o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres.

Fazendo menção a essa questão, manifestar nesta oportunidade a necessidade do empenho de todas as Sras. e Srs. Deputados, todos os Governos, todos as Sras. e Srs. Membros do Governo, para que este flagelo que leva a vida a tantas mulheres e crianças e raparigas por esse mundo fora, tenha sempre uma palavra de denúncia e de alerta, que é uma realidade que todos nós temos obrigação de combater.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando em 2010 se comemorou o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social tivemos a oportunidade de alertar, nesta casa e junto da população, para os terríveis indicadores sociais e económicos que se estavam a verificar nas nossas ilhas.

Relembro apenas, como aparte, que as transferências para a Região Autónoma dos Açores, por parte do Estado, excluindo pensões, durante o ano de 2010, eram 125 milhões de euros e que no ano de 2011, foram de 109 milhões de euros, ou seja, reduziram nesse ano 16 milhões de euros, por parte do Governo do PS, liderado por José Sócrates.

Na altura que fizemos esses alertas, fomos acusados, e como costuma ser habitual em tantas ocasiões, de alarmismo e de não conhecermos a realidade da Região.

Já então se previa que esta forma como os sucessivos governos socialistas dos Açores olhavam para o declínio social a que se assistia não levaria a uma melhor forma de debelar a pobreza e a exclusão social que se sentia na Região.

Pois bem, a habitual negação socialista, levou a que nada fosse feito. Quatro anos perdidos.

Hoje é a realidade que ultrapassa todos os nossos avisos e denúncias.

Hoje, com o governo PS os Açores transformaram-se numa região torpedeada por problemas sociais, onde se destacam a pobreza, a exclusão, o desemprego - em especial o desemprego jovem - o abandono precoce da educação ou o avassalador número de estudantes abrangidos pela ação social escolar que é bem revelador dos baixos rendimentos das famílias e que se tem vindo a deteriorar de ano para ano.

É neste contexto de dificuldades que o PSD Açores tem vindo a elaborar um conjunto de iniciativas e propostas, fruto de muitas reuniões e encontros com os Açorianos, por todos os concelhos dos Açores e pela diáspora, procurando trabalhar para as soluções e tratando de ter em atenção que a crise social que se instalou nos Açores não se compadece com querelas político-partidárias mas exige um redobrado empenho em responder às verdadeiras necessidades dos Açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Ah sim! O senhor acredita mesmo nisso?

O Orador: E foi nesse espírito que apresentámos nesta Assembleia várias propostas na área social, como a criação de uma rede social ao nível de freguesia; o alargamento do apoio domiciliário a idosos aos domingos e feriados; a alteração do Regime Jurídico da Educação Especial e do Apoio Educativo de forma a aumentar para os seis anos o regime de intervenção precoce; o reforço das equipas transdisciplinares e dos seus horários, quer na intervenção precoce quer junto da comunidade escolar; a introdução de algumas majorações no financiamento das Instituições Particulares de Solidariedade Social em função das várias especificidades e a garantia aos desempregados que constituam agregados familiares monoparentais prioridade no seu encaminhamento nas Agências de Emprego da Região, em condições de igualdade com a prioridade que é assegurada aos agregados familiares em que ambos os cônjuges estão desempregados.

A estas propostas juntam-se agora as medidas como o aumento em 10% dos complementos regionais de pensão e de abono de família e a criação do complemento regional para crianças e jovens em idade escolar que sejam beneficiários do RSI.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E os outros?

O Orador: São medidas que visam beneficiar cerca de 80 mil Açorianos e que não merecem continuar apenas a viver com os restos dos milhões de euros de impostos que o governo regional gasta.

São açorianos que merecem saber que nos Açores é possível pagar menos impostos e reservar mais atenção para as necessidades sociais dos Açorianos.

Depois de se ter aumentado o salário mínimo beneficiando uma larga maioria de Açorianos, uma medida que, diga-se em abono da verdade, teve o carimbo do PSD e do CDS/PP, entendemos que podemos nos Açores reduzir a carga fiscal que foi aumentada por iniciativa da TROIKA, com o aval dos Governos Socialistas de José Sócrates e António Costa com o apoio de Carlos César, Sérgio Ávila e Vasco Cordeiro nos Açores, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... mas que foi sempre combatida, com lealdade e maturidade democrática por parte do PSD Açores e do seu Presidente Duarte Freitas.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao vivermos a maior crise social dos últimos 40 anos, deparamo-nos com um Governo Regional alheado da realidade, alienado nas suas tricas partidárias e governativas, e entretido com as guerrilhas internas e com as danças de cadeiras no seio de um poder socialista regional que apenas é capaz de repetir frases feitas e lugares comuns, sem conseguir responder aos desafios que os Açores enfrentam e que se vão avolumando de dia para dia.

A verdadeira Via Açoriana que preocupa os açorianos é a autoestrada que os socialistas construíram para o emprego de familiares e amigos à volta da mesa do poder regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A tragédia social que se abateu sobre os Açores encontra como resposta dos socialistas a construção do museu do socialismo do passado. Uma Casa da Autonomia Socialista destinada a ocupar socialistas que se recusam a ir embora no presente, mesmo tendo deixado já projetos para o futuro.

É um entretenimento de luxo, e em alternativa a esses luxos socialistas o que propomos é ajudar quem mais precisa.

É, para além de uma questão de justiça, uma questão de moral pública.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruto da Costa, uma breve intervenção apenas para registar aqui a absoluta incoerência do PSD ao vir aqui, acusar o Governo do PS e acusar este Grupo Parlamentar de estar a desenvolver políticas que estão a causar o drama social nos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, as más políticas nacionais afetam e condicionam muito as boas políticas regionais ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... como nós já diversas vezes aqui referimos.

O PSD ter a lata de vir aqui referir, ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Sim Sr. Deputado, é o dom absoluto de descaramento ter a capacidade de vir aqui reescrever a história. O senhor representa a austeridade, a insensibilidade social ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e políticas, que estas sim estão a devastar a nossa economia e a destruir o nosso tecido social.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas essa responsabilidade é sua, Sr. Deputado! E essas políticas têm sido feitas pelo Governo e os senhores pediram a confiança dos açorianos e pediram o voto aos açorianos.

Portanto, é bom que se diga e também não é justo, que se venha, como o PSD fez, recentemente, criticar a política dos milhões.

Srs. Deputados, a forma como o PSD encarou esta realidade é inacreditável.

Os senhores estão a desresponsabilizar-se.

A partir do momento que os senhores reconhecem que a Região tem, fruto de muito trabalho, os recursos financeiros para poder ter políticas robustas de investimento e de apoio às famílias, aquilo que se espera é que o PSD tivesse a capacidade de chegar aqui e de dizer como é que se faz mais, como é que se faz melhor, mas isso não tem a capacidade de referir.

Mais, Srs. Deputados: nós não esperamos que o PSD viesse aqui responsabilizar-se nem apoiar as políticas do Governo, mas nós exigimos que o PSD assuma coerentemente aquilo que defende na República, o que retira capacidade para poderem fazer as afirmações absolutamente inaceitáveis que foram aqui feitas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, José San-Bento, eu esperava isso, se calhar, de muita gente mas de si não.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não?!

O Orador: Quem representou e reelegeu Sócrates com 97% de votos em Congresso vem aqui, agora dizer que a culpa é dos outros.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Quem inscreveu três milhões de euros, numa Casa da Autonomia, para este Plano e Orçamento, dinheiro esse que faz muito mais falta a criar apoios sociais.

Olhe, e para terminar, vou dar-lhe uma frase de alguém que na Região estuda e conhece bem os problemas sociais, o Sociólogo, açoriano, Fernando Diogo, que disse no passado dia 20 de outubro de 2014 (não foi há muitos anos, foi o mês passado): “A sociedade açoriana reproduz pobres”. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Como qualquer outra!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, apenas para referir, Sr. Deputado, nós não temos aqui o tempo necessário para podermos ter esse debate mais aprofundadamente, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor até tem!

O Orador: ... mas há uma coisa que é de elementar honestidade intelectual: é reconhecer o ponto de partida com que nós arrancamos naquilo que são as várias situações e indicadores sociais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor fale de ponto de partida? Então fale do ponto de partida do Governo eleito em 2011!

O Orador: Sim senhor, nós temos vindo a progredir, ainda temos números que não são aqueles números que nós ambicionamos e que queremos atingir, mas a verdade Sr. Deputado, é que agora nós não escondemos a pobreza, nós não escondemos problemas que existiam na área da educação e que antigamente eram escondidos e atirados para baixo do tapete.

Nós agora estamos a ter um processo de apoio e de reconhecimento dessas dificuldades e continuamos a desenvolver políticas que vão permitir que os Açores recuperem nesses indicadores.

Termino apenas com uma outra questão, Sr. Deputado, o que eu não esperava é que o senhor viesse aqui apresentar um exercício que é profundamente demagógico, como o senhor muito bem sabe, atendendo à estrutura de financiamento de vários programas e de várias ações, atendendo àquilo que é o papel de participação dos fundos comunitários, não é justo vir aqui fazer certos tipos de comentários, como por exemplo: “os senhores compram um navio e não apoiam a pobreza!”.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Isso é absolutamente demagógico. Os senhores já disseram isso e disseram coisas ainda piores.

Isso revela ignorância ou demagogia da vossa parte...

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, por favor, algum silêncio.

O Orador: ... e qualquer uma dessas questões é muito grave.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Rendeiro (PSD): Não é um navio! É a Casa da Autonomia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo mais inscrições, passo a palavra ao Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos para a última intervenção de tribuna sobre esta matéria.

Deputado Valdemiro Vasconcelos (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O investimento público regional previsto, nesta proposta de orçamento para 2015, e no que à Ilha Graciosa diz respeito, será da ordem dos 28 milhões de euros.

Todos nós temos a certeza que uma parte significativa desta verba não será investida na ilha Graciosa. Ou por falta de verba, ou por falta de tempo, ou ainda, porque o dinheiro levará outro caminho, como é costume.

Mas partamos do princípio de que grande parte destes 28 milhões de euros serão gastos na Graciosa. Na economia da minha ilha, no apoio aos meus conterrâneos, no combate à difícil situação económica e social por que passa a sociedade graciosense.

Nos últimos 18 anos a Ilha Graciosa foi sempre contemplada com vastas somas de euros. Os Planos e Orçamentos públicos foram sempre os maiores de sempre em cada ano que passou. Estamos aqui e agora perante o 18.º Plano de Investimentos maior de sempre, no dizer do marketing político do Partido Socialista.

Mas a desgraça é evidente quando comparamos as verbas gastas e os resultados alcançados; quando os graciosenses se dão conta do que se fez e do que não se conseguiu, fazer em Autonomia, com um governo próprio, com as maiorias absolutas do Partido Socialista.

E olha-se para a sociedade graciosense, em Novembro de 2014, com pouca esperança. Porque a realidade é deveras difícil para os mais novos e mais velhos, para os que vivem do campo e para os que vivem do mar, para os que sofrem as agruras de um problema de saúde e não têm quem lhes socorra a tempo e a horas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esses estão tramados!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Apesar dos tantos milhões apregoados, o resultado é de haver ainda graciosenses sem médico de família; é a grave falta de deslocação de médicos

especialistas à Graciosa; é a gravíssima situação da falta de medicamentos na nossa Ilha; são as enormes listas de espera para consultas e outros atos médicos. Apesar dos tantos milhões apregoados, o resultado é uma sociedade graciosense que se debate com uma alta taxa de abandono escolar precoce. Uma alta taxa de população, com 15 ou mais anos, somente com o ensino básico concluído. É uma sociedade em que o seu futuro já está hipotecado à partida.

Apesar dos tantos milhões apregoados, o resultado é uma sociedade graciosense onde a pobreza abunda, e que só encontra comparação nos anos idos do antes de 25 de Abril.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É ver a alta taxa de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, e também a alta taxa de famílias com rendimentos mensais inferiores a 350€.

Apesar dos tantos milhões apregoados, o resultado é haver tantos graciosenses desempregados e tantos jovens sem perspetivas de futuro na sua ilha.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A maior dos Açores!

O Orador: Apesar dos tantos milhões apregoados, os erros de governação persistem na área dos transportes quando colocam a Graciosa de fora do Plano Integrado de Transportes. Quando o transporte marítimo continua a servir muito mal a Graciosa e o transporte aéreo severamente limitado na disponibilidade de lugares e de carga, continuando a penalizar a economia da ilha.

Apesar dos tantos milhões apregoados e gastos, os erros de governação persistem numa área que já chegou a ser apontada como o futuro da Graciosa, o turismo. A novela das Termas do Carapacho envergonha qualquer pessoa responsável.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Gastou-se 4 milhões de euros e agora preparam-se para gastar outros tantos milhões para reparar os erros e as asneiras que se fizeram.

Sras. e Srs. deputados:

Como todos podem constatar, a Graciosa é um exemplo de como se pode governar mal uma sociedade, apesar dos milhões prometidos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem era o Secretário?

O Orador: Como se vê, o problema deste Governo Regional, grande parte das vezes, não é falta de dinheiro, é sim falta de ambição, falta de arrojo, falta de competência para gastar com eficiência.

Como já se vê, um dos maiores problemas deste Governo Regional socialista é o cansaço de quase 20 anos no poder.

Sim, só pode ser o cansaço de quase 20 anos de permanência no poder.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sim, só pode ser o cansaço de quase 20 anos de permanência no poder.

Porque, se assim não fosse, como poderia alguém, com o mínimo de bom senso, justificar, perante os graves problemas sociais por que passam tantos graciosenses, tantos açorianos, o gasto de quase 3 milhões de euros, com um capricho chamado “Casa da Autonomia”, o equivalente a 10,4% do total do investimento...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Tenho para mim que foi o Deputado João Bruto da Costa que escreveu essa parte do discurso!

O Orador: Calma! Calma!

... público previsto para a Graciosa em 2015?

Quem de bom senso poderia justificar um investimento na solidariedade social, numa ilha tão necessitada como a Graciosa, de somente 801 mil euros, em comparação com os 2 milhões e 910 mil euros com este capricho denominado “Casa da Autonomia”?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Afinal apetece perguntar a este governo socialista quem está primeiro: ...

Deputado André Bradford (PS): Foi o Sr. Deputado João Bruto da Costa que escreveu?

O Orador: Não. Foi o Sócrates!

O Orador: ... os graciosenses e os restantes açorianos que passam necessidades da mais variada espécie ou uma “Casa da Autonomia”?

Os graciosenses e os açorianos no seu todo merecem e precisam de alguém que os governe com um sentido humanista da política.

Os graciosenses ambicionam por dias melhores. A Graciosa quer partilhar com as outras ilhas uns Açores dinâmicos, com futuro.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, relativamente a esta intervenção do Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos, tenho que dizer-lhe que há coisas que foram referidas nos últimos Plenários, salvo erro no último Plenário em que nós tivemos a falar sobre as taxas de investimento, as taxas de execução na Graciosa e ficou provado por A+B que na Graciosa, de facto, havia uma taxa de execução bastante elevada.

O senhor não concorda com isso, respeito a sua posição mas não é assim.

Relativamente à questão do RSI ainda bem que existe esse programa de apoio, porque se fosse possível o PSD já tinha acabado com ele há muito tempo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade. Aliás foi o PSD e o CDS-PP que criaram esse programa!

Deputado Berto Messias (PS): Não! Apenas mudaram de nome!

O Orador: Relativamente à questão da pobreza eu gostava de dizer que longe vão os tempos em que algumas pessoas, e mesmo alguns organismos, se satisfaziam com a manutenção de uma orla de pobres à sua volta. Isso já

acabou. Isso agora já não é assim, felizmente. A política é outra. Esses tempos acabaram.

Nós ainda temos problemas na Graciosa, é verdade. Reconheço. Temos lá e temos em algumas ilhas, mas neste período de grandes incertezas e de grandes problemas a nível europeu, a nível mundial e a nível do nosso País, nós temos que reconhecer que o número é capaz de aumentar e tem aumentado. Mas também é verdade dizer que todos os dias lutamos para resolver esses problemas. O senhor também deve saber disso, como é Provedor de uma Santa Casa da Misericórdia, suponho que há mais de 20 anos, também deve ter os problemas que nós temos no dia a dia para tentar resolver. O senhor também tem obrigação de ajudar nesta luta, que é uma luta diária e é uma luta que neste caso não há nem posição nem oposição.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É uma luta de todos nós e todos temos essa obrigação.

O senhor com a responsabilidade que tem na Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia, também tem essa obrigação.

Queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que para nós, PS, as pessoas sempre estiveram em primeiro lugar, quer os senhores queiram, quer os senhores não queiram.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente às questões sociais, à área social e relativamente à Graciosa eu esperava tudo, menos que o senhor viesse aqui falar, porque o senhor como Provedor da Santa Casa, e muito bem, e muito bem, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Eleito pelos irmãos!

Deputado André Bradford (PS): Há mais de 20 anos! A prova viva da alternância democrática!

O Orador: Exatamente! Mais de 20 anos!

Sr. Deputado Luís Maurício ainda bem que me lembrou isso, porque era isso mesmo que eu queria dizer: foi eleito pelos seus irmãos e ainda bem.

Mas eu queria dizer-lhe que na Graciosa, e o senhor tem que ver a diferença porque o senhor é capaz de fazer isso com independência e com justiça, o senhor tem que olhar para aquela ilha e tem que perceber que muito foi feito em

termos sociais. O senhor sabe que nós tínhamos um lar de idosos e um jardim de infância, em 96. Na altura havia uma centena de utentes. Nós temos 17 valências agora com 655 utentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já tínhamos!

O Orador: O senhor podia ter feito essa justiça sabendo que nós tínhamos feito uma evolução muito grande, ao longo dos últimos anos.

O senhor sabe que beneficiamos um lar, um lar de idosos que estava sem condições; fizemos um lar na Praia; nós fizemos casas assistidas na sua Santa Casa da Misericórdia na Praia.

Portanto nós fizemos um grande esforço para realmente melhorar as condições sociais naquela ilha.

Sr. Deputado, é pouco? É.

Temos que fazer mais? Temos.

Mas não se critica assim.

Muito obrigado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos tem a palavra.

(*) **Deputado Valdemiro Vasconcelos (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado tem razão, mas não a tem toda e aquela que tem não interessa a ninguém.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)

O Orador: Oh Sr. Deputado, o que é que tem a ver a Santa Casa da Misericórdia para aqui? O senhor não veio falar, por exemplo, que em 2008 foi previsto para a Graciosa 25 milhões, realizado, 8 milhões; em 2009 previsto

para a Graciosa 30 milhões, realizado, 12 milhões e qualquer coisa; 2010, 32 milhões, realizado, 15 milhões; ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pouparam na Graciosa!

O Orador: ... previstos em 2011, 33 milhões, realizado, 16 milhões (deve ter sido ano de eleições. Ah, foi perto); 2012, previstos 38 milhões, realizado, 7 milhões; 2013, previstos 21 milhões, realizado, 6 milhões.

A Graciosa nunca passou dos 38%, durante estes anos de 2008 a 2013, Sr. Deputado. Nunca chegou aos 50% sequer! 38%!

Previstos 171 milhões, nestes 2008 a 2013, realizados 67 milhões.

Já disse atrás, a diferença foi 108 milhões.

Oh Sr. Deputado, onde é que foram parar estes milhões?

Dinheiro que devia ser investido na Graciosa e com a sua conivência, desapareceu do mapa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Onde será que eles foram?

Quanto à questão de o senhor devia vir aqui tentar resolver os problemas da sua ilha e não veio, só veio falar da Santa Casa da Misericórdia, porque sabe que eu sou Provedor de lá, com muita honra e eleito pelas pessoas e pelos irmãos da Santa Casa, o senhor não veio falar sobre o Centro de Saúde, não veio falar sobre a falta de medicamentos ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

O Orador: ... o senhor não veio falar sobre, por exemplo a história dos médicos especialistas. Porquê?

Fico por aqui.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão da Graciosa, Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos, o senhor é provedor da Santa Casa da Misericórdia por direito próprio e foi eleito pelos irmãos e está a fazer um bom trabalho. Atenção.

Deputado Valdemiro Vasconcelos (PSD): Muito obrigado!

O Orador: Eu não disse que estava a fazer um mau trabalho, aliás, eu utilizei o exemplo de V. Exa. porque V. Exa. acompanha as políticas sociais na Graciosa e como tal o senhor tem tanta responsabilidade como os outros responsáveis naquela ilha.

Portanto, o senhor não pode enjeitar responsabilidade. O senhor é Provedor da Santa Casa, também tem o seu papel.

Queria dizer-lhe outra coisa.

O Sr. Deputado, é daquelas Santas Casas que, felizmente, fruto do trabalho seu e também dos outros, das pessoas que lutam todos os dias naquela ilha, que teve boas condições para trabalhar e para prestar o serviço que presta.

O senhor sabe, que isso é verdade.

Portanto, o senhor não tem que ficar mal disposto com esta minha intervenção.

Relativamente à questão das verbas e da execução das verbas, Sr. Deputado, fizeram uma maldade a si. Entregaram-lhe as contas mal feitas. Isso não corresponde à verdade.

Deputado Valdemiro Vasconcelos (PSD): Pergunte àquele senhor!

O Orador: Não, isso já foi discutido aqui.

Essa discussão já foi feita aqui. Essas taxas de execução que o senhor falou só têm a ver com o Capítulo 50, não estão os fundos comunitários.

Portanto, o senhor falhou mas não teve culpa disso. Eu sei que o senhor não teve culpa, fizeram-lhe essa maldade.

Mas essas taxas de execução não correspondem à verdade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário ...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados eu pedia um pouco da vossa atenção porque eu só disse “considerando o nosso horário ...” nem sequer acabei.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa que indique os tempos para o debate de amanhã.

Secretário: Governo Regional, 175 minutos e 10 segundos;

PS, 142 minutos e 08 segundos;

PSD, 93 minutos e 55 segundos;

CDS-PP, 44 minutos e 30 segundos;

BE, 7 minutos e 15 segundos;

PCP, 7 minutos e 5 segundos;

PPM, 5 minutos e 45 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Agora, sim, boa noite a todos e até amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 28 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documentos entrados

1 – Propostas de Lei:

Assunto: Autoriza o Governo a alterar a Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro, que estabelece as bases de ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das atividades da pesca e da aquicultura nessas águas n.º 121/X - n.º 258/XII

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 10 – 31

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 11 – 21.

2 – Iniciativas Europeias:

Assunto: Para uma economia circular: programa para acabar com os resíduos na Europa [COM (2014)398]. N- 122/X

Proveniência: Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus - 4ª- CAE/XII - AR

Data de Entrada: 2014 – 11 – 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2014 – 12 – 01.

3 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Aprova um conjunto de medidas que visam a introdução do inglês como disciplina obrigatória do currículo a partir do 3.º ano de escolaridade - MEC - (Reg. DL 433/2014)

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 11 – 30

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2014 – 11– 10.

4 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Plano Anual Regional para o ano 2015](#) – n.º 41/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 10 – 31

Comissão: Economia e restantes Comissões Permanentes para parecer até 12/11/2014

Data limite do parecer: 2014 – 11– 20;

Assunto: [Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano 2015](#) – n.º 42/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 10 – 31

Comissão: Economia e restantes Comissões Permanentes para parecer até 12/11/2014

Data limite do parecer: 2014 – 11– 20;

Assunto: [Revoga o Decreto Legislativo Regional n.º 14/2006/A, de 6 de abril](#) – n.º 43/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 11 – 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2014 – 12– 15;

Assunto: [Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores \(PAE\) – n.º 44/X](#)

Data de Entrada: 2014 – 11 – 18

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 01– 07.

5 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Recomenda à Assembleia da República que altere a redação na alínea b\) do artigo 288.º da Constituição da República Portuguesa, no sentido da mesma passar a ter a seguinte formulação: a forma democrática de governo – n.º 102/X](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2014 – 11 – 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2014 – 12– 10;

Assunto: [Identificação de processos e técnicas de construção de bote baleeiro – n.º 103/X](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2014 – 11 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2014 – 12– 10;

Assunto: [Pedido de substituição integral do Projeto de Resolução - Recomenda à Assembleia da República que altere a redação na alínea b\) do artigo 288.º da Constituição da República Portuguesa, no sentido da mesma passar a ter a seguinte formulação: a forma democrática de governo – n.º 102/X](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2014 – 11 – 11

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2014 – 12– 10.

6– Petições:

Assunto: Centralização dos Serviços de urgência da Ilha do Pico no concelho da Madalena – n.º 30/X

Proveniência: Vanda Maria Alves Serpa

Data de Entrada: 2014 – 10 – 22

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda Admissibilidade;

Assunto: Pelo aumento do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional na Região Autónoma dos Açores – n.º 31/X

Proveniência: Vitor Nelson Garcia da Silva

Data de Entrada: 2014 – 10 – 03

Comissão: Economia

Aguarda Admissibilidade;

Assunto: Elevação da freguesia de Porto Judeu a Vila - n.º 32/X

Proveniência: Olivério de Melo da Rocha

Data de Entrada: 2014 – 11 – 10

Comissão: Comissão de Política Geral

Aguarda Admissibilidade.

7 – Requerimentos:

Assunto: [Frequência de disciplinas para conclusão do ensino secundário](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2014 – 11 – 03

Referência: 54.06.00 – N.º 326/X;

Assunto: [Devolução de Apoios Comunitários](#)

Autores: Renato Cordeiro, António Ventura, Bruno Belo e Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 11 – 04

Referência: 54.03.00 – N.º 327/X;

Assunto: [Ligações Marítimos Pico-Faial](#)

Autores: Duarte Freitas, Cláudio Lopes e Jorge Macedo (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 11 – 04

Referência: 54.03.06 – N.º 328/X;

Assunto: [Vagas para alunos repetentes](#)

Autores: Judite Parreira, António Ventura e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 11 – 04

Referência: 54.03.00 – N.º 329/X;

Assunto: [Processo de Inquérito](#)

Autores: António Ventura, Luís Rendeiro e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 11 – 05

Referência: 54.03.03 – N.º 330/X;

Assunto: [Deslocação do Antigo Diretor Regional de Saúde, Armando Leal de Almeida](#)

Autores: Artur Lima, Félix Rodrigues e Ana Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2014 – 11 – 05

Referência: 54.01.00 – N.º 331/X;

Assunto: [Reordenamento e ampliação do Porto da Casa no Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2014 – 11 – 05

Referência: 54.01.09 – N.º 332/X;

Assunto: [Procedimento adotados no caso da droga encontrada nas instalações da Secretária Regional da Educação e Cultura](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2014 – 11 – 05

Referência: 54.01.00 – N.º 333/X;

Assunto: [Empreitada de construção do edifício multiserviços na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2014 – 11 – 10

Referência: 54.07.09 – N.º 334/X;

Assunto: [Centro de Processamento de resíduos do Corvo – atraso nos trabalhos de eletrificação](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2014 – 11 – 11

Referência: 54.07.09 – N.º 335/X;

Assunto: [Instalação de linha elétrica em Pedro Miguel afeta moradores](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 11 – 12

Referência: 54.03.07 – N.º 336/X;

Assunto: [Governo Regional abandona RIAC do Canadá](#)

Autor: José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 11 – 17

Referência: 54.03.00 – N.º 337/X,

Assunto: [Acusações da RIAC só agravam as dúvidas](#)

Autor: José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 11 – 19

Referência: 54.03.00 – N.º 338/X;

Assunto: [Crianças sem apoio no Programa de Intervenção Precoce](#)

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 11 – 20

Referência: 54.03.02 – N.º 339/X.

8 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Avaria no equipamento de análises clínicas do Centro de Saúde da Ilha Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 11 – 04

Referência: 54.03.04 – N.º 302X;

Assunto: [Monitorização do ar em estabelecimentos de ensino](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 11 – 04

Referência: 54.03.00 – N.º 309X;

Assunto: [Estaleiros Navais da Madalena](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 11 – 04

Referência: 54.03.06 – N.ºs 169/X e 298/X;

Assunto: [Bolsas de estudo - Ensino Superior](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 11 – 07

Referência: 54.03.00 – N.º 278/X;

Assunto: [Lactopico e o Governo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 11 – 07

Referência: 54.03.06 – N.º 292/X;

Assunto: [Quotas Leiteiras](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 11 – 07

Referência: 54.03.00 – N.º 293/X;

Assunto: [SERCLA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 11 – 07

Referência: 54.03.00 – N.º 296/X;

Assunto: [O Governo Regional deve um milhão de euros à lavoura devido à seca](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 11 – 20

Referência: 54.07.00 – N.º 263/X;

Assunto: [Direito de distribuição de panfletos pela PSP](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 11 – 20

Referência: 54.06.00 – N.º 267/X;

Assunto: [Autorização de arranque do ano letivo na Academia Musical da Ilha Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 11 – 20

Referência: 54.03.04 – N.º 320/X;

Assunto: [Reordenamento e ampliação do Porto da Casa do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 11 – 20

Referência: 54.07.09 – N.º 332/X.

9 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a remeter por correio eletrónico, o relatório de auditoria aprovado e abaixo indicado:

- Relatório n.º 9/2014-FC/SRATC (Proc.º n.º 14-202FC1) – “Auditoria aos adicionais a contrato de empreitada de construção da nova Escola do Ensino Básico da Ribeirinha”

Autor: Presidente do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2014 – 10 – 31;

Assunto: Documento entregue na Mesa pelo Secretário Regional da Saúde no âmbito da interpelação ao Governo Regional com o tema "Que estratégia para o Serviço Regional de Saúde?".

Autora: Secretaria Regional da Saúde

Data de Entrada: 2014 – 11 – 03;

Assunto: Remetido por correio eletrónico a Proposta de Alteração n.º 4C- Aprova o Orçamento do Estado para 2015 - n.º 117/X - n.º 254/XII - (PCP)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 11 – 04

Comissão: Economia;

Assunto: Remetido por correio eletrónico a Proposta de Alteração n.º 8C-
Aprova o Orçamento do Estado para 2015 - n.º 117/X - n.º 254/XII - (PCP)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 11 – 04

Comissão: Economia;

Assunto: Remetido por correio eletrónico a Proposta de Alteração n.º 11C
sobre a Proposta de Lei - Aprova o Orçamento do Estado para 2015 - n.º 117/X
- n.º 254/XII - (PCP)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 11 – 04

Comissão: Economia;

Assunto: Parecer sobre as Grandes Opções do Plano para 2015, aprovado a 4
de novembro de 2014

Proveniência: Conselho Económico e Social

Data de Entrada: 2014 – 11 – 07;

Assunto: Enviada por correio eletrónico a comunicação de Reunião do
Conselho de Opinião da RTP, SA - informações.

Proveniência: José Lourenço, Dr. - Representante Região Conselho
Opinião Radio e Televisão Portugal

Data de Entrada: 2014 – 11 – 07;

Assunto: Ofício a remeter Deliberação, referente à visita de Sua Excelência o
Primeiro-Ministro de Portugal aos Açores e à ampliação da pista do Aeroporto
da Horta

Proveniência: O Presidente da Câmara Municipal da Horta, José Leonardo
Goulart da Silva

Data de Entrada: 2014 – 11 – 11;

Assunto: Enviado por correio eletrónico **Propostas de Alteração** sobre a Proposta de Lei - Aprova o Orçamento do Estado para 2015 -. n.º 117/X - Proposta de Lei n.º 254/XII

Proveniência: Assembleia da República – “BE”

Data de Entrada: 2014 – 11 – 14;

Assunto: Ofício a remeter a síntese do referido Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu relativo a 2013

Proveniência: O Presidente do Tribunal de Contas Europeu, Vitor Caldeira

Data de Entrada: 2014 – 11 – 17;

Assunto: Enviado por correio eletrónico **Propostas de Alteração** sobre a Proposta de Lei - Aprova o Orçamento do Estado para 2015 - n.º 117/X - Proposta de Lei n.º 254/XII

Proveniência: “Os Verdes” Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 11 – 17;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014 - Procede à criação de novos índices remuneratórios para os docentes contratados a termo resolutivo nas escolas públicas do sistema educativo regional

Proveniência: Gabinete do Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2014 – 11 – 17;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2014 - Sétima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos decretos legislativos regionais números 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/a, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro e 14/2014/A, de 1 de agosto, que estabelece o regime jurídico da

atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional

Proveniência: Gabinete do Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2014 – 11 – 17;

Assunto: Ofício a enviar cópia da Ata da reunião do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras, em cumprimento do estabelecido no n.º 8 do artigo 15.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro

Proveniência: Gabinete do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeira (CAPF), Manuel Proença

Data de Entrada: 2014 – 11 – 19.

10 – Relatórios:

Assunto: [Relatório e Parecer Setorial sobre as Propostas de Plano Anual e Orçamento para 2015, de modo a que o mesmo seja submetido à Comissão de Economia](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 11 – 12;

Assunto: [Relatório e Parecer Setorial sobre as Propostas de Plano Anual e Orçamento para 2015, de modo a que o mesmo seja submetido à Comissão de Economia](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 11 – 11;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que "Aprova um conjunto de medidas que visam a introdução do inglês como disciplina obrigatória do currículo a partir do 3.º ano de escolaridade - MEC - \(Reg. DL 433/2014\)" – n.º 135-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 11 – 11;

Assunto: [Relatório e Parecer Setorial sobre as Propostas de Plano Anual e Orçamento para 2015, de modo a que o mesmo seja submetido à Comissão de Economia](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 11 – 12;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 255/XII – Que “Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 96/89, de 28 de Março, regulando a proteção social dos tripulantes dos navios registados no registo internacional da Madeira - n.º 118-AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 11 – 12;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 253/XII – Aprova as Grandes Opções do Plano - n.º 116-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 11 – 05;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.11.20;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 254/XII – Aprova o Orçamento do Estado para 2015 - n.º 117-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 11 – 05;

Assunto: [Proposta de Lei que Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da instalação e](#)

modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais - ME - (Reg. DL 442/2014). - n.º 134-AR

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 11 – 06;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei - Estabelece o regime especial aplicável à adaptação de moinhos, azenhas ou outras infraestruturas hidráulicas equivalentes para produção de energia hidroelétrica – MAOTE (Reg. DL 426/2014) – n.º 132-OGP

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 11 – 10;

Assunto: Proposta de Lei n.º 256/XII – Procede à reforma da tributação das pessoas singulares, orientada para a família, para a simplificação e para a mobilidade social, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei Geral Tributário, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, e o Decreto-Lei n.º 26/99, de 28 de janeiro- n.º 119-AR

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 11 – 14;

Assunto: Proposta de Lei n.º 257/XII – Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro e uma reforma da fiscalidade ambiental –

n.º 120-AR

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 11 – 14;

Assunto: [Autoriza o Governo a alterar a Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro, que estabelece as bases de ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das atividades da pesca e da aquicultura nessas águas](#) - n.º 258/XII – n.º 121-AR

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 11 – 18;

Assunto: [Proposta de alteração à Proposta de Lei n.º 254/XII/4.ª – “Aprova o Orçamento do Estado para 2015”](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 11 – 20;

Assunto: [Parecer sobre a Proposta de Plano e Orçamento Regional para 2015](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 11 – 20;

Assunto: [Relatório e Parecer Final sobre a Proposta de Plano e Orçamento Regional para 2015](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 11 – 20.

10 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários números 76, 77, 78 e 79.

P’la redatora, Noélia Escobar